



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL**

RAUL COELHO BARRETO NETO

**MARUJOS DE PRIMEIRA VIAGEM:
OS APRENDIZES-MARINHEIROS DA BAHIA (1910-1945)**

Santo Antônio de Jesus
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

RAUL COELHO BARRETO NETO

**MARUJOS DE PRIMEIRA VIAGEM:
OS APRENDIZES-MARINHEIROS DA BAHIA (1910-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História Regional e Local.

Orientador: Prof. Dr. Charles D'Almeida Santana.

Santo Antônio de Jesus
2009

FICHA CATALOGRÁFICA

B273m Barreto Neto, Raul Coelho
Marujos de primeira viagem: os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945) / Raul Coelho Barreto Neto. – Santo Antônio de Jesus, 2009.
147f.: il.

Orientador: Charles D'Almeida Santana

Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Universidade do Estado da Bahia, 2009.

1. Marinha do Brasil – História. 2. Escolas de Aprendizes-Marinheiros. 3. Educação – História. I. Santana, Charles D'Almeida. II. Universidade do Estado da Bahia. III. Título.

BANCA EXAMINADORA

Charles D'Almeida Santana (orientador)
Doutor em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Andréa da Rocha Rodrigues
Doutora em História, Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Walter da Silva Fraga Filho
Doutor em História, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Ao capitão-de-fragata Raul Coelho Barreto,
recruta número 75 da turma de 1939;

Aos tantos outros meninos que passaram pela
Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia.

AGRADECIMENTOS

Mais uma vez singrando mares desconhecidos – ainda que bastante próximos –, pude contar com inúmeros e valiosos auxílios. Iniciando pelo meu porto sede, sou afetuosamente grato aos meus pais, Raul e Maria Bernadete, assim como aos meus irmãos, avós e demais familiares, por todo o apoio e preocupação relativos ao trabalho. Especialmente à tia Anita, todo o meu carinho e admiração. Aos raros, porém fiéis amigos, inspiradores e incentivadores em muitos instantes dessa empreitada, dedico dose não menos generosa de reconhecimento. Apenas depois de arregimentados estes primeiros membros da tripulação foi que me senti suficientemente encorajado a suspender ferros e avançar rumo a águas mais profundas.

Aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local da Universidade do Estado da Bahia, em especial Walter Fraga Filho e Sérgio Diniz Guerra, o meu muito obrigado pela atenção dispensada. De igual forma, agradeço à doutora Andréa da Rocha Rodrigues, da Universidade Estadual de Feira de Santana, e à Renata Bahia de Oliveira, pesquisadora e colega da Universidade Católica do Salvador que também contribuiu para com este estudo. Por fim, ainda dentro do meio acadêmico e historiográfico baiano, sou enormemente agradecido a Charles D’Almeida Santana, meu amigo e orientador. Suas infindáveis paciência e dedicação foram bússolas necessárias para o encontro de portos seguros.

Na cidade do Rio de Janeiro, ofereço meu abraço aos amigos e familiares que me acolheram durante a fase de procura por fontes e referências, bem como ao professor Álvaro Pereira do Nascimento, proeminente investigador da nossa história naval. Especificamente na Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, sou grato a todos os que, mais uma vez, tão bem me receberam. Em especial à capitão-de-fragata Mônica Hartz Moitrel, chefe do Departamento de História Marítima e Naval, à capitão-tenente Maria da Glória Silva, encarregada da Divisão de Acesso à Documentação, e ao servidor civil José Antônio, o meu reconhecimento. Ainda em terras – ou mares – cariocas, meus agradecimentos ao contra-almirante Odyr Buarque de Gusmão, principal articulador das minhas atividades junto à Marinha.

Encerrando esta breve sessão de retribuições, gostaria de agradecer aos ex-alunos da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia que, de algum modo, auxiliaram-nos no desenvolvimento desta dissertação. Pela cordialidade em nos atender e

pela confiança depositada, muito obrigado aos entrevistados Hilton Mendes Moreno, Luiz Marques Rocha Filho e Washington Trindade. Por ter deixado tão rica obra memorialista às futuras gerações de leitores, peço a João Palma Netto que, esteja onde estiver, receba os meus sinceros cumprimentos. Finalmente, por ser o timoneiro simbólico deste navio o qual batizei *Marujos de primeira viagem*, dedico-lhe, meu avô, o mais longo e apertado dos abraços.

*Há três espécies de homens:
os vivos, os mortos e os que andam no mar.*

Platão

RESUMO

Esta dissertação tem como principal objetivo investigar aspectos relacionados à história da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia e seus alunos na primeira metade do século XX, mais precisamente entre os anos de 1910 e 1945. O item inicial do texto volta-se à análise dos ideais de educação republicanos e ao panorama educacional baiano à época, buscando levantar as alternativas oferecidas ao jovem de baixa renda no estado. Uma delas, a carreira militar. Já o tópico seguinte aborda as formas de ingresso na referida organização naval, bem como as motivações que levavam tantos meninos à vida no mar e as possibilidades deles serem aceitos pela Marinha. Em seguida, o trabalho apresenta um perfil geográfico dos pequenos recrutas a partir de um tratamento estatístico dado às fontes encontradas. Passando ao capítulo subsequente, o estudo tenta perceber a importância que as escolas de aprendizes tinham para a Armada nacional no período, tendo-se como referência maior seu desenvolvimento técnico-profissional. Posteriormente, achando-se os rapazes já matriculados e em sala de aula, procura-se averiguar o funcionamento do curso propriamente dito, inclusive as dificuldades de toda ordem por ele enfrentadas no dia-a-dia. Por fim, os últimos pontos da pesquisa debruçam-se sobre a hierarquia e a disciplina aplicadas aos internos por seus superiores. Além de se expor as bases de organização destes dois pilares dentro da Escola, os principais tipos de infração e penalidade que compunham a rotina dos aprendizes são também apresentados e discutidos.

Palavras-chave: Marinha do Brasil – História; Escolas de Aprendizes-Marinheiros; Educação – História.

ABSTRACT

This dissertation has as main objective the investigation of aspects related to the history of the School of Apprentice-Sailor of Bahia and its pupils in the first half of the 20th century, precisely during the period 1910-1945. The initial item of the text analyzes the republican ideals of education and Bahia's educational panorama at that time, trying to identify the alternatives offered to the poor youth in the state. One of those, the military career. The following topic approaches the ways to join that naval organization, as well as the motivations that lead so many boys to the life in the sea and the possibilities of them to be accepted by the Navy. After that, the work presents a geographic profile of the young conscripts from a statistical treatment given to the joined sources. Passing to subsequent chapter, the study tries to perceive the importance that schools of apprentice had for the Brazilian national Navy in the period, having as main reference its technician-professional development. Later, finding the youngsters already registered and in classroom, the study investigates the operation of the course, including the difficulties of all order it faced day-by-day. Finally, the last points of the research talk about the hierarchy and discipline that were applied to the students by their commanders. Beyond displaying the basis of organization of these two pillars of the School, the main types of infraction and penalty that composed the routine of the apprentices are also presented and discussed.

Keywords: Brazilian Navy – History; Schools of Apprentice-Sailors; Education – History.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Jovens remetidos pela Justiça alistados na Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1928-1939)	36
TABELA 2 – Residência dos jovens alistados na Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1928-1939)	51
TABELA 3 – Lotação de alunos da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1911-1934)	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHMS – Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

AM – Arquivo da Marinha.

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia.

APMI – Arquivo Público Municipal de Itabuna.

BN – Biblioteca Nacional.

EAMBA – Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia.

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

SDM – Serviço de Documentação da Marinha.

SRPM – Serviço de Relações Públicas da Marinha.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
CAPÍTULO 1	
MENINOS, TODOS A BORDO!	23
1.1 – O panorama educacional	25
1.2 – Ingressando na Escola de Aprendizes	32
1.3 – Um perfil geográfico dos recrutas	50
CAPÍTULO 2	
FORMANDO OS “BATALHÕES DA ESPERANÇA”	55
2.1 – A importância das escolas para a Marinha	57
2.2 – Os ensinamentos básico, profissional e complementar	64
2.3 – As condições estruturais	76
CAPÍTULO 3	
“NEM A MARINHA DEU JEITO!”	83
3.1 – As bases hierárquicas e disciplinares	85
3.2 – As contravenções e penalidades	89
3.3 – O “ser” aprendiz fora da Escola	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS	119
GLOSSÁRIO	133
ANEXOS	134

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao longo da infância, quando ainda me faltava o devido discernimento sobre as coisas da vida e mal sabia organizar os pensamentos, sempre escutei da parte do meu avô paterno a firme e orgulhosa sentença de que ele havia sido “adotado pela Marinha”. Pronunciada infinitas vezes, acabei por internalizá-la em algum recanto da memória, deixando-a em desuso, entretanto. Foi somente com a passagem para uma fase mais amadurecida da minha existência que ela começou a ganhar contornos mais nítidos. Encerrada a graduação em História, passei a levantar possibilidades temáticas para um eventual mestrado. Remexendo minhas vivências e afinidades, lembrei-me da velha frase e passei a dedicar boa parte do meu tempo a fim de lapidá-la. Dar a ela um formato que me possibilitasse enxergar as razões que levaram o comandante Barreto, garoto simples residente em Itapagipe, na Salvador dos anos 1930, a reservar à Armada uma importância maternal.

Tendo por sede o Rio de Janeiro, onde até hoje se localiza a “espinha dorsal” da Marinha, a primeira companhia de aprendizes-marinheiros, no Brasil, foi criada a 27 de agosto de 1840. Conforme o ato assinado pelo ministro Antonio Francisco de Paula e Holanda Cavalcanti, o visconde de Albuquerque, ela abrigaria até duzentos jovens com idade entre os 10 e 17 anos, ficando subordinada ao Corpo de Imperiais Marinheiros.¹ Sete anos antes, um primeiro passo já havia sido dado no sentido de se enriquecer e sistematizar a formação dos pequenos marujos, quando da regulamentação das escolas de primeiras letras a bordo de navios da Esquadra.² Até então, o ensino limitava-se às artes e técnicas navais e dava-se no dia-a-dia das em-

¹ BRASIL. *Coleção das leis do Império do Brasil desde a Independência – 1840*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, v. 11, 1841, p. 281-83.

² BRASIL. *Coleção das decisões do governo do Império do Brasil de 1833*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 3. ed., 1908, p. 368.

barcações. Aparentemente, o processo de aprendizagem muito se assemelhava ao que ocorria em séculos anteriores, quando as crianças arregimentadas iam para o mar “quase sempre sem nenhuma preparação ou treinamento prévio”.³

De acordo com Fábio Pestana Ramos, a presença de menores grumetes e pajens a bordo de naus e caravelas data, pelo menos, do Seiscentos, época em que se inaugura a expansão marítima portuguesa pelo Atlântico. Nesse período, estima-se que aproximadamente “10% da tripulação das caravelas, urcas e galeões, fossem elas de guerra, mercantes ou de corsários, era constituída por meninos com menos de 15 anos”. Muitas vezes realizados de modo forçado, esses recrutamentos eram normalmente motivados pela falta de mão-de-obra adulta e pela pobreza que afligia as famílias dos infantes.⁴ Além disso, Norbert Elias, em seus estudos sobre o labor marítimo, sustenta que “apenas pessoas iniciadas em tenra idade na vida no mar” poderiam dominar as técnicas da navegação à vela. Ter o que ele chama de “mente de um artesão”, imprescindível para se exercer cargos de comando a bordo.⁵

Província das mais prestigiosas, a Bahia somente seria contemplada com sua companhia de aprendizes no dia 27 de janeiro de 1855, uma década e meia após o estabelecimento da primeira unidade.⁶ Regulamentada pelo visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, ela teve como primeiros quartéis as corvetas *Bertioga* e *Euterpe*. Em 1870, passou a funcionar no forte de São Marcelo, sendo finalmente transferida para edifício situado nos terrenos do Arsenal de Marinha em 1885, após reorganização administrativa promovida pelo Almirantado. Naquela oportunidade, as companhias foram rebatizadas como escolas e receberam uma identificação numérica, cabendo à da Bahia o número sete. Já no século XX, sofreu ampliações estruturais, mantendo a capital do estado como sede até a sua desativação, em 1973. Ao longo dos seus quase 120 anos de atuação, foram milhares os jovens por ela alistados e, uma vez concluído o curso, elevados a marinheiros nacionais.⁷

³ VENANCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 195.

⁴ RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 19 e 22; e CABANTOUS, 1993 *apud* VENANCIO, 2004, p. 193.

⁵ ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, 2001, p. 92.

⁶ BRASIL. *Coleção das leis do Império do Brasil de 1855*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, t. 16, parte 1, 1856, p. 58.

⁷ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 50490, Livro histórico da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia, cap. 1, f. 1-2. Sobre a extinção da Escola, ver AM, Aviso n. 0090, Ministério da Marinha, 24 jan. 1973. Ver anexos A, B e C do trabalho.

Expressivos, estes números traduzem a relevância das escolas de aprendizes não só no período imperial, como também na República. “Se as Rodas dos Expostos foram as primeiras instituições de auxílio à criança no Brasil”, essas organizações navais, por sua vez, tornaram-se as “pioneiras voltadas ao seu aprendizado profissional”.⁸ Mais que isso, com o seu estabelecimento, pela primeira vez criou-se no país “uma instituição inteiramente pública para menores”. No quadro social baiano em particular, ela consistia em uma das “pouquíssimas alternativas” de educação profissionalizante destinada à infância pobre.⁹ É justamente sobre esse e inúmeros outros aspectos relacionados à Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia e seus personagens onde se concentra o foco do estudo ora apresentado.

Não faz tanto tempo que pesquisar o passado das Forças Armadas resumia-se basicamente a debruçar-se sobre os seus “grandes” homens e feitos. Destrinchar cronologicamente a vida de heróis e exaltar conquistas militares, como aquela obtida na Guerra do Paraguai na segunda metade do século XIX. Esse tipo de abordagem, habitualmente denominado nos dias de hoje como “paradigma tradicional”, é descrita por Peter Burke como “história rankeana”, uma referência ao alemão Leopold von Ranke, apontado por muitos como o pai da chamada “História científica”. Segundo o autor, os investigadores que por ela se norteiam teórica e metodologicamente enxergam o texto histórico como uma narrativa acrítica e objetiva, essencialmente dedicada à dimensão política do processo. Em geral, aquilo o que não diga respeito aos interesses do Estado nos planos nacional e internacional é marginalizado; considerado tópico de interesse periférico.¹⁰

Até a década de 1960, um dos raros trabalhos que fugiam à regra no país era *História Militar do Brasil*, de Nelson Werneck Sodré. Lançada no ano seguinte à instauração do regime militar, é provável que a obra tenha gerado certa inquietação e desconfiança em grande parte do oficialato da época. Nela, o general, de orientação marxista, decompõe criticamente a nossa trajetória marcial desde a Colônia e traz aspectos até então pouco conhecidos das estruturas de poder existentes na caserna. Em contrapartida, os sujeitos quase não aparecem em sua análise, de cunho mais geral. Os poucos por ele citados são chefes militares em evidência no cenário

⁸ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, p. 77.

⁹ VENANCIO, 2004, p. 199.

¹⁰ BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Edunesp, 1992, p. 10-15.

nacional nas mais variadas fases, como os ex-presidentes Floriano Peixoto e Eurico Gaspar Dutra. Os grupos subalternos, quando mencionados, aparecem como massa homogênea. Seus componentes são desprovidos de nome ou rosto; não possuem a vida marcada por individualidades e experiências próprias.¹¹

Foi somente com o despertar das últimas décadas que a história militar passou a ser observada a partir de outros ângulos. Sentindo-se atraídos pela idéia de explorar o pretérito “do ponto de vista do soldado raso e não do grande comandante”, como coloca Jim Sharpe, vários pesquisadores da área das ciências humanas tiveram a iniciativa de desenvolver projetos antes impensáveis.¹² Neste sentido, o próprio Elias, ainda que de forma breve, nos brinda com uma apurada investigação sobre a gênese da profissão naval na Inglaterra, apresentando-nos alguns de seus valores e tradições mais longínquos. Deixando de lado o que chama de “face institucional” e voltando-se para as “relações humanas reais por trás dessa face”, ele nos leva a refletir sobre o fato de que corporações como a Marinha não se fazem por si só. Por trás delas invariavelmente existem seus construtores, sejam eles renomados almirantes ou grumetes anônimos.¹³

No Brasil, é visível o recente crescimento no número de estudos que versam sobre as relações sociais presentes nas Forças Armadas, inclusive na Marinha de Guerra. Compreendendo que os militares “não se encontram isolados da sociedade abrangente”, na qual são recrutados, Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay, por exemplo, organizaram há poucos anos extensa publicação sobre diversos aspectos pertinentes ao meio. Sob o título de *Nova história militar brasileira*, seu leque de temas abrange desde a deserção de soldados no século XVIII até o homossexualismo por trás dos muros das organizações.¹⁴ No que diz respeito à Armada nacional, especificamente, um dos trabalhos a serem destacados é *A ressaca da marujada*, de Álvaro Pereira do Nascimento. Ocupando-se essencialmente do cotidiano a bordo de navios da Esquadra imperial, ele discute algumas de suas nuances em um nível de aprofundamento raramente notado na bibliografia oficial.¹⁵

¹¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

¹² SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Edunesp, 1992, p. 40.

¹³ ELIAS, 2001, p. 92.

¹⁴ CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova” história militar. In: _____ (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 12.

¹⁵ NASCIMENTO, 2001. Dentre os aspectos trabalhados pelo autor, destacamos o processo de alistamento de marinheiros e as práticas disciplinares – principalmente os castigos físicos – adotadas contra estes por seus superiores.

Apesar dessa proliferação, o volume de material existente talvez pudesse ser maior, não fosse as desavenças por tanto tempo nutridas entre os meios acadêmico e militar. Afinal, sabemos que o envolvimento das nossas Forças Armadas em diversos momentos da história política do Brasil sempre levou setores formadores de opinião, inclusive dentro das universidades, a defenderem de modo irrevogável idéias e posicionamentos antimilitaristas. Por outro lado, a imagem que muitos oficiais mantinham da Academia, especialmente nos chamados Anos de Chumbo, era a de covil de subversivos que punham em risco os interesses da Pátria. Diante de feridas difíceis de serem cicatrizadas, acreditamos que somente o passar do tempo e o apelo ao bom-senso possam, aos poucos, apagar esse mútuo ressentimento.

Em relação à infância pobre e ao universo de instituições no país que se dedicaram ao seu acolhimento e instrução nas mais diferentes épocas, farto número de pesquisas seguramente pode ser encontrado. Todavia, poucas são ainda as que tratam exclusivamente da formação militar de menores. Em obra organizada por Mary Del Priore intitulada *História das crianças no Brasil*, Renato Pinto Venancio ofereceu-nos um capítulo dedicado aos meninos combatentes na Esquadra do século XIX.¹⁶ Similarmente, da parceria entre Vera Regina Beltrão Marques e Sílvia Pandini nasceu o artigo “Feios, sujos e malvados: os aprendizes-marinheiros no Paraná oitocentista”, publicado na *Revista Brasileira de História da Educação*.¹⁷ Sobre a Escola de Aprendizes da Bahia, entretanto, nada de mais sistematizado foi por nós descoberto, o que confere à presente pesquisa certo grau de ineditismo.

Escolhido o objeto de pesquisa, algumas possibilidades de investigação logo foram abertas. No tocante ao recorte temporal, malgrado a sedução provocada pelo período oitocentista, nossa aproximação afetiva com o tema levou-nos a adotar como alvo a primeira metade do século XX. Como delimitações específicas, dois anos emblemáticos dentro da história naval brasileira: o de 1910, marcado pela eclosão da Revolta dos Marinheiros, mais conhecida por Revolta da Chibata; e 1945, quando a Marinha deu por encerrada sua participação na Segunda Guerra Mundial. Em ambas as oportunidades, a corporação pôde testemunhar transformações dos mais distintos gêneros e graus em sua estrutura, inclusive no que concerne às escolas de aprendizes.

¹⁶ VENANCIO, 2004.

¹⁷ MARQUES, Vera Regina Beltrão; PANDINI, Sílvia. Feios, sujos e malvados: os aprendizes marinhaeiros no Paraná oitocentista. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 8, p. 85-104, jul./dez. 2004.

Quanto aos objetivos do trabalho, delineamos aquilo o que nos parece essencial para a compreensão da Escola e seus aprendizes no período estabelecido. Em primeiro lugar, buscaremos perceber o papel desempenhado pela instituição no panorama educacional baiano à época, incluindo sua capacidade de absorver meninos e a imagem que mantinha perante a sociedade. Acompanhar – pelo menos em parte – a trajetória da Armada nacional através das escolas de aprendizes, especialmente no que se refere às mudanças técnicas e administrativas por ela sofridas, é outro aspecto proposto. No entanto, o elemento humano e suas relações com o mundo sem dúvida representam o que há de mais relevante nesta análise. Lançar nosso olhar às salas de aula navais, aos recrutas, praças, oficiais, mestres e professores significa mergulharmos no que pode ser identificado como o principal problema da pesquisa: a construção do poder na Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia.

Para que esse poder seja discutido, nos afastaremos de qualquer espécie de ortodoxia paradigmática. Em vez disso, orientados pelo o que hoje se propõe como construção do conhecimento histórico, pretendemos travar um diálogo com referências que possam trazer contribuições acerca dessa categoria teórica; que indiquem vias de interpretação para o nosso objeto. Por estarmos lidando com a vida no interior de uma organização militar, a leitura de Michel Foucault apresenta-se como auxílio bastante significativo. Particularmente na terceira parte do texto, algumas conexões entre suas idéias em torno do chamado poder disciplinar e o funcionamento da Escola serão estabelecidas. Outros autores que marcam presença em nossa análise são Edward Thompson, Pierre Bourdieu e Michel de Certeau. Percebendo o social a partir de diferentes ângulos, eles também trazem a ela suas colaborações.¹⁸

Quase todas as fontes primárias encontradas a respeito da Escola na primeira metade do Novecentos estão preservadas no Arquivo da Marinha (AM), na ilha das Cobras, Rio de Janeiro, órgão subordinado à Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. Durante duas semanas de intensa atividade em suas salas e corredores, cerca de 2500 registros fotográficos de documentos foram feitos, sendo que nem tudo pôde ser efetivamente utilizado no texto. Por um lado, o fato de a Marinha concentrar seu acervo em um mesmo espaço facilita o levantamento e con-

¹⁸ Ver, dentre outras referências, FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987; THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; BOURDIEU, Pierre. *Sur le pouvoir symbolique*. *Annales*, Paris, v. 32, n. 3, p. 405-11, maio/jun. 1977; e CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1984.

tato com o material existente sobre a organização investigada. Economizam-se tempo e esforços. Por outro, estar balizado por horários rígidos e relativamente reduzidos, algo inerente às repartições militares, converte-se em uma preocupação a mais, em especial quando o pesquisador acha-se fora de sua cidade sede.

Podemos classificar as fontes encontradas no AM em três grandes conjuntos. Em primeiro lugar estão os relatórios, tanto aqueles anualmente remetidos ao presidente da República pelo ministro da Marinha, quanto os elaborados por oficiais que comandaram a Escola de Aprendizes da Bahia. Infelizmente, poucos destes últimos puderam ser encontrados. Outra categoria são os papéis relativos às matrículas dos alunos. Em geral, trata-se de petições feitas à instituição por genitores e outros reclamantes, cartas de recomendação, atestados de antecedentes criminais, além das fichas ou termos de alistamento. Por fim, destacamos os chamados livros de contra-venções disciplinares, espécie de diário onde era efetuado o controle das infrações cometidas pelos rapazotes. Em apenas cinco volumes – quantidade por nós localizada –, eles muito enriquecem as discussões em torno das relações de poder estabelecidas não só dentro, mas também do lado de fora da Escola.

Em escala bem menor, outras contribuições foram igualmente achadas no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), no Arquivo Histórico Municipal de Salvador (AHMS) e na Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB). Nos dois primeiros, tivemos acesso a algumas correspondências trocadas entre o Comando da Escola e o poder público sobre assuntos diversos. Na Biblioteca, por sua vez, nosso contato foi com publicações abrigadas no setor de Obras Raras e boa quantidade de jornais da época, onde se encontram estampadas notas a respeito daquela organização naval e seus discentes. Da mesma forma, artigos relacionados à temática da disciplina e da educação na Armada editados por periódicos cariocas foram rastreados no sistema de buscas da Biblioteca Nacional (BN).

Desde o início da busca por subsídios, percebemos que, a partir do momento em que neles nos debruçássemos para análise, nos depararíamos com um desafio metodológico não raro nos estudos históricos. Das fontes acumuladas ao longo do caminho, as únicas que expressam o ponto de vista dos aprendizes-marinheiros são as entrevistas obtidas com três ex-alunos da Escola e a obra memorialista de João Palma Netto, recruta alistado em 1941.¹⁹ Infelizmente nós não tivemos o privilégio de

¹⁹ PALMA NETTO, João. *CS-4 – Caça-submarinos Gurupá: memórias de um marinheiro*. Salvador: Jubiabá, 1984.

Alessandro Portelli em seu tocante trabalho sobre a infância pobre na Roma do pós-guerra, ocasião em que colheu depoimentos de dezenas de senhores que, quando jovens, foram amparados pelos irmãos salesianos.²⁰ Nessas circunstâncias, cabe ao pesquisador redobrar a atenção e aguçar o seu senso crítico. Partir para uma leitura dita “a contrapelo” da documentação oficial, segundo Walter Benjamin, a fim de encontrar possíveis contradições e melhor aproximar-se do objeto investigado.²¹

Transcorridos mais de 60 anos, rastrear indivíduos dispostos a falar a respeito dos seus tempos de aprendiz foi tarefa difícil. Não existem associações de ex-alunos ou listagens específicas e atualizadas no AM que possam ajudar na sua localização. Dos parques entrevistados, dois já conhecíamos de um projeto anterior sobre os naufrágios navais brasileiros na Segunda Guerra Mundial: Hilton Mendes Moreno e Washington Trindade, ambos matriculados no princípio da década de 1940. Após aproximadamente três anos, a vitalidade do primeiro continua a mesma. O segundo, enfrentando alguns problemas de saúde, contribuiu pouco menos para com esta nova empreitada. Quanto ao terceiro depoente, Luiz Marques Rocha Filho, este foi localizado por intermédio de uma matéria de jornal e, seguramente, foi o que nos prestou o maior número de contribuições. Sem as fontes orais, reconhecemos que várias peculiaridades concernentes à vida na Escola não seriam tão bem captadas.

Frases atribuídas aos jovens também aparecem nos livros de contravenções. Ao lado do registro da falta cometida existia um espaço reservado para a colocação dos argumentos de defesa do aprendiz. Porém, devemos ressaltar que seu preenchimento invariavelmente ficava a cargo dos praças e oficiais de serviço, sendo que, por vezes, o próprio militar responsável pelas anotações estava diretamente envolvido no imbróglio. Assim, é plausível que em muitas ocorrências as palavras expostas não expressem fielmente as versões concedidas pelos envolvidos. Não temos conhecimento se, depois de feito o registro, o aluno tinha o direito de lê-lo para que efetuassem eventuais correções ou ratificasse o que ali estava posto, medida por nós considerada sensata. Observando-se as inscrições, é provável que tal procedimento não fosse de praxe, abrindo assim brechas a arbitrariedades.

No tocante ao trabalho propriamente dito, este é um texto que tipicamente carece do auxílio de um glossário para que seja mais bem apreendido. Apenas através

²⁰ PORTELLI, Alessandro (Coord.). *República dos sciuscìa: a Roma do pós-guerra na memória dos meninos de Dom Bosco*. São Paulo: Salesiana, 2004.

²¹ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-32.

dele nos é possível acessar determinados itens do jargão naval, cujo leque de vocábulos é capaz de pregar peças até mesmo em pessoas que, a exemplo deste pesquisador que vos escreve, estão de alguma forma ligadas ao meio.²² Além disso, procurando tornar as linhas mais fluentes, destacamos que a grafia das ditas fontes primárias foi atualizada, sem, todavia, em nosso entendimento, haver prejuízos para o sentido das passagens transcritas. Entendemos que quanto mais claro e agradável for um texto – atributos a serem buscados por quem o escreve –, maiores serão as chances de ele ser integralmente lido.

O trabalho está dividido em três capítulos. Abriremos o primeiro apresentando aspectos do ideário educacional fomentado no Brasil pelo regime republicano, assim como as opções ofertadas aos jovens dos grupos menos abastados na Bahia da primeira metade do Novecentos. Localizada a Escola de Aprendizes-Marinheiros dentro deste contexto, nos deteremos à investigação das formas, motivações e possibilidades de ingresso dos menores na instituição, o que, como veremos, nos conduzirá a uma gama de alternativas e trajetórias bastante variada. Em seguida, ainda tendo em foco essa diversidade, buscaremos levantar um perfil dos rapazes matriculados sob o ponto de vista geográfico.

Na segunda parte, inicialmente tentaremos perceber de que forma as escolas de aprendizes-marinheiros enquadravam-se na estrutura administrativa da Marinha de Guerra e eram estrategicamente pensadas por seus almirantes. Já devidamente registrados e acomodados os meninos nas salas de aula, passaremos então a dissecar as parcelas que integravam o curso ao qual eles estavam submetidos: os ensinamentos elementar, profissional e complementar. Diretamente associado a isso, em um momento posterior direcionaremos nossos esforços no sentido de averiguar as condições físicas de funcionamento da Escola e de que maneira este fator presumivelmente interferia no andamento das atividades empreendidas.

Por fim, mergulharemos na hierarquia e na disciplina da Escola, aproximando-nos primeiramente de suas diretrizes e de como, na prática, elas ocorriam nas relações diárias entre aprendizes, praças, oficiais e demais sujeitos. Para tanto, não nos concentraremos pura e simplesmente na tipologia das violações que, aos olhos dos militares, eram cometidas pelos internos, mas também em suas causas e consequências; nas tensões, disputas e estratégias que as marcavam. Encerrando o ter-

²² Como auxílio, ver, dentre outros, LYRA, Márcio de Faria Neves Pereira de. *Tradições do mar: usos, costumes e linguagem*. 7. ed. Brasília: SRPM, 1999.

ceiro capítulo, seguiremos os passos dos meninos pelas ruas de Salvador, tentando visualizar os significados de ser um aprendiz de marinho para além das grades e muros da instituição.

CAPÍTULO 1

MENINOS, TODOS A BORDO!

O dia 16 de fevereiro de 1937, ao que parece, foi um dos mais movimentados no distrito da Conceição da Praia, Cidade Baixa, mais especificamente na Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia. Afinal, vivia-se o período de matrículas para mais um ano letivo que em breve se iniciaria e dezenas de menores, acompanhados dos pais ou tutores, aglomeravam-se em suas dependências a fim de assegurar uma das vagas oferecidas. Uns entravam, outros saíam. Vários aguardavam a sua vez. Àquela altura faltava pouco. Já cientes da aprovação alcançada pelos meninos na inspeção de saúde e no exame de admissão – provavelmente realizados alguns dias antes –, e tendo entregue aos responsáveis pelo recrutamento a documentação necessária, os requerentes precisavam então apenas finalizar o processo seletivo, assinando os termos de alistamento de seus rebentos ou protegidos.²³

Pelo menos seis dos 61 candidatos admitidos naquela terça-feira não haviam sido apresentados ao comandante da Escola pelos seus genitores. Antonio Calmon Wilkens e Guilherme Souza Santos, ambos contando 15 anos de idade, Raimundo Manoel Moura, Lourival Dario de Alcântara e Raimundo Pinto de Souza, de 16, além de Evandro de Oliveira, este de idade ignorada, tinham como origem a Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim, tradicional centro de amparo e formação criado ainda no final do século XVIII. Localizada não muito longe dali, após o cais do porto e a feira de Água de Meninos, é possível que o pequeno grupo, liderado pelo seu tutor, padre Arnaldo Castro, tenha se sentido suficientemente disposto a, mesmo em

²³ Sobre os alistamentos realizados na Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia no ano de 1937, ver AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 25169, termos 706-81.

uma Salvador onde os dias de verão normalmente mostram-se ensolarados, vencer a pé os poucos quilômetros que separavam as duas instituições.²⁴

Podemos sugerir que para os menores – não só os admitidos em 1937, mas também em outros anos – toda aquela movimentação promovida pelo alistamento na Escola de Aprendizes demarcava uma situação diferente em suas vidas, apesar das prováveis semelhanças com a oportunidade quando foram aceitos em São Joaquim, em passado não muito longínquo. Afinal, substituindo os clérigos e mestres de ofícios pelos oficiais e sargentos, mesmo que essa troca não fosse fruto de um desejo espontâneo ou trouxesse necessariamente mudanças significativas em suas condições de existência, eles passariam a conviver com outros sujeitos; a aprender diferentes saberes; enfim, a encarar uma nova rotina. Exercitando nossa capacidade imaginativa, vislumbramos novatos lançando a homens fardados de branco atentos e curiosos olhares, como que buscando respostas ainda não encontradas.

Para o padre Arnaldo, no entanto, os procedimentos burocráticos enfrentados naquele dia talvez não mais significassem uma novidade. Sabemos que a Casa Pia costumeiramente encaminhava alguns dos seus internos à Escola, geralmente quando estes atingiam a idade de 14 anos e, conforme o regulamento, não mais podiam lá permanecer.²⁵ Além disso, segundo Alfredo Eurico Rodrigues Matta, nas levas enviadas ao mundo naval estavam “os alunos considerados piores pela instituição”, os que “não tinham rendimento nos estudos” e, particularmente, aqueles que eram “re-metidos para mestres ou fábricas”, mas fugiam, sendo posteriormente achados rondando as ruas da capital. Na concepção dos mesários do Colégio de São Joaquim, acrescenta o autor, a medida era reputada como um castigo aos que não se enquadravam no regime por eles adotado.²⁶

De forma nenhuma podemos afirmar que o comportamento exposto por Matta era algo recorrente na política da Casa Pia. Muito menos devemos automaticamente associar o envio do mencionado conjunto de internos a essa prática. Seja como for, o fato é que essas transferências para a Escola de Aprendizes ocorriam – ainda que de modo irregular – e supostamente integravam um projeto educacional de envergadura bem maior, para além das dimensões local e estadual, conduzido pelas autori-

²⁴ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 25169, termos 754-58 e 768.

²⁵ RODRIGUES, Andréa da Rocha. *A infância esquecida*: Salvador 1900-1940. Salvador: Edufba, 2003, p. 185.

²⁶ MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. *Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim*: de recolhido a assalariado. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 1999, p. 151.

dades que regiam os destinos do Brasil na era republicana. Uma campanha voltada não só às crianças órfãs, mas também a outras igualmente desprovidas de melhor sorte afetiva e material. Mais do que um aparente gesto de boa vontade dos sacerdotes de São Joaquim, agregar aqueles seis jovens à Marinha – pelo menos por algum tempo – era, dentro de um quadro mais amplo, medida fundamental com vistas à construção daquilo o que se idealizava como país.

Partindo para um nível mais aprofundado de análise, a seguir direcionaremos nossos olhares a esses ideais de educação e, conseqüentemente, de sociedade defendidos pela República, que diretamente contribuía com aquilo o que se almejava como nação. Tendo como referência a realidade social verificada na Bahia na primeira metade do século XX, com destaque para Salvador e outros municípios da região do Recôncavo, tentaremos enxergar quais eram as principais demandas, carências e o que se ofertava em termos de formação educacional e profissional ao menor, em especial o de baixa renda. Posteriormente, ainda dentro deste emaranhado, buscaremos perceber qual papel era reservado à Escola de Aprendizes-Marinheiros na absorção de tais indivíduos.

1.1 – O panorama educacional

O estabelecimento do regime republicano no Brasil, na derradeira fase do Oitocentos, foi responsável pela promoção de diversas transformações institucionais e administrativas nas esferas do poder. A partir de sua implantação, grande parte da estrutura até então existente no Rio de Janeiro – e mesmo em outros importantes núcleos do país –, representada pelo centralismo e outras características próprias do antigo governo monárquico, passou a ser substituída, ao mais acelerado ritmo, por outra configuração política, esta alicerçada em valores essencialmente positivistas e federalistas. A própria promulgação da Carta constitucional de 1891, menos de dois anos após a proclamação da República, é um importante evento para que percebamos o fato de que alterações estavam em curso no comando nacional.²⁷

²⁷ Sobre a questão, ver VILLA, Marco Antonio. *O nascimento da República no Brasil: a primeira década do novo regime*. São Paulo: Ática, 1997; e CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Consolidar esse novo intento, todavia, demandava similarmente mudanças de caráter ideológico que abrangessem a dimensão social. Dentre as prioridades, era preciso enfrentar a delicada herança legada pelo Império nessa área – estando aí naturalmente incluídos os mais de 300 anos de escravidão –, incompatível com a insurgente proposta de nação pensada pelos republicanos. Neste sentido, “educar” o povo – em geral excluído do processo de modificação política ocorrido²⁸ – tornou-se um dos relevantes instrumentos usados com o intuito de remediar os problemas que afligiam um percentual expressivo de brasileiros e, por conseguinte, atingir o ansiado exemplo de país.

Em uma reflexão sobre o período, José Augusto Ramos da Luz expõe que, na ótica dos que estavam chegando ao poder,

o analfabetismo e a falta de escolas, e, como conseqüência, a existência de um povo inculto, perigoso e inexpressivo, eram as principais causas do atraso do país e não conseqüências de uma sociedade excludente. A educação possibilitaria a construção de uma nação civilizada onde o povo brasileiro, afastado das nefastas conseqüências do analfabetismo, da corrupção, dos costumes bárbaros e inferiores, seria inserido num projeto republicano que tinha no ideal de progresso um dogma que se tornou o principal motivo das transformações sociais.²⁹

Assim, percebemos que essa campanha de abrangência – pelo menos em tese – nacional e basicamente fundamentada “em modelos europeus e norte-americanos”³⁰, além de eleger a educação como elemento propulsor da sociedade rumo àquilo o que se concebia como progresso e civilização, também possuía alvos muito bem definidos. Isso se torna evidente através dos próprios discursos aplicados à época, onde devemos interpretar como “povo” não a população brasileira em sua totalidade, mas prioritariamente o conjunto de cidadãos menos abastados; as chamadas “classes perigosas”, expressão ao que parece criada na primeira metade do século XIX, segundo Sidney Chalhoub.³¹ Além disso, devemos salientar dois outros aspectos ao tratarmos do sistema educacional dentro do referido contexto: a existência

²⁸ CARVALHO, 1987, p. 89-91.

²⁹ LUZ, José Augusto Ramos da. Educação, progresso e disciplina na Salvador republicana: a criança como ponto de partida. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 5., 2004, Salvador. *Anais...* Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2004, p. 731.

³⁰ *Ibidem*, p. 733.

³¹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 20 e 23.

de um modelo específico de formação para essas pessoas e a necessidade imprescindível de iniciá-las o mais cedo possível em tal processo.

Em uma lógica onde “saúde, moral e trabalho compunham o trinômio sobre o qual se deveria assentar a ‘educação do povo’”, averiguamos que na Salvador dos anos 1910 ou 1920 o ensino secundário era, em linhas gerais, privilégio de poucos grupos sociais.³² A instrução das camadas populares resumia-se à escola primária e profissional, sendo que mesmo esse estágio elementar por vezes era a elas inacessível. O quadro sugeria “uma concepção educacional liberal, sem dúvida, mas tradicional, respeitando pragmaticamente o *status quo*”,³³ seguindo aquilo que pode ser compreendido como “divisão social do conhecimento”. Desse modo, preservando-se um antigo panorama, “o povo continuava distante das escolas e voltado para os trabalhos pesados”.³⁴

Inspirado nas práticas desenvolvidas pelas corporações de ofício existentes no Brasil ao longo dos períodos colonial e imperial,

o ensino técnico-profissional é organizado com o objetivo expresso de atender às “classes populares”, às “classes pobres”, aos “meninos desvalidos”, “órfãos”, “abandonados”, “desfavorecidos da fortuna”. Figurava, portanto, menos como um programa propriamente educacional, e mais como um plano assistencial aos “necessitados da misericórdia pública”. O seu objetivo inequívoco – muitas vezes, explicitamente proposto – era o da regeneração pelo trabalho.³⁵

Como se observa, portanto, eram destacadamente os indivíduos mais moços; as crianças e os adolescentes, aqueles que deveriam receber uma especial atenção por parte do novo projeto. Uma política não mais limitada basicamente a proteger, alimentar e vestir, mas, para além dessas tradicionais ações, também dirigida a um assistencialismo capaz de moldar, habilitar e profissionalizar. Transformar inúmeros meninos relegados ao esquecimento em cidadãos plenos e úteis à nação. Ainda de acordo com o plano, vale ressaltar que tal responsabilidade paulatinamente deixaria

³² CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 306.

³³ NUNES, Antonietta D’Aguiar. *Política educacional no início da República na Bahia: duas versões do projeto liberal*. 2003. 2 v., 541 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, f. 263.

³⁴ LEAL, Maria das Graças de Andrade. *A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1972)*. 1995. 312 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, f. 173.

³⁵ NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fename, 1974, p. 164.

de estar – como há séculos esteve – quase que única e exclusivamente a cargo das organizações particulares e religiosas, passando às mãos do Estado.³⁶

Para o poder público, conforme Margareth Rago,

confinando o menor abandonado, os pequenos mendigos, os órfãos, que perambulavam às soltas pelas ruas, fumando, jogando, fazendo Deus sabe o que!, nas instituições assistenciais, a nação estaria salvando-os do perigo das ruas, espaço onde estavam sujeitos a contraírem todos os vícios e onde acabariam “aparelhando-se para todos os crimes”.³⁷

Aparentemente, contudo, a cidade do Salvador e a Bahia como um todo não dispunham à época do número de instituições necessárias – fossem elas públicas ou privadas, religiosas ou não –, a fim de adequadamente cumprirem essa “missão civilizadora”; esse confinamento, ao que se supõe, em bem maior escala. No que diz respeito ao acolhimento infantil, a principal referência seguramente continuava a ser o Asilo dos Expostos, mantido pela Santa Casa de Misericórdia local.³⁸ Além dele, existiam outras poucas alternativas, a exemplo das Escolas do Abrigo dos Filhos do Povo. Criadas em 1918, essas, ao contrário do Asilo, não recebiam prioritariamente crianças órfãs ou enjeitadas e, em razão disso, apresentavam outro perfil assistencial.³⁹ Em virtude dessa escassez de estabelecimentos, devemos também realçar o papel desempenhado pelas denominadas “famílias substitutas”, destino de grande parte dos infantes em situação de abandono.⁴⁰

Se para as crianças a oferta de vagas era reduzida, para os de idade um pouco mais avançada, hoje chamados adolescentes, as chances de colocação pareciam ser ainda menores. Segundo Renato Pinto Venancio, os asilos dos expostos abrigavam indivíduos até estes completarem sete anos.⁴¹ Mesmo que sua afirmativa diga respeito, em princípio, ao período imperial, é possível que tal prática, de uma manei-

³⁶ PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 350.

³⁷ RAGO, Margareth. A preservação da infância. In: _____. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. cap. 3, p. 121.

³⁸ COSTA, Paulo Segundo da. Internato N. S^a. da Misericórdia. In: _____. *Ações sociais da Santa Casa de Misericórdia da Bahia*. Salvador: Contexto e Arte, 2001. cap. 4, p. 37-78.

³⁹ FREXEIRAS, Raymundo. *As provas das minhas idéias – O Abrigo dos Filhos do Povo: pela causa da criança e o conflito social*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921, p. 179-202.

⁴⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil – 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 55.

⁴¹ VENANCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 196.

ra geral, tenha sido mantida com o advento da República. A Casa Pia, por sua vez, também estabelecia, como já visto, limites etários à permanência dos internos em São Joaquim. Ao completarem a idade – em geral, no fim da terceira infância –, para muitos o futuro tornava-se ainda mais incerto. Afinal de contas, em função de vários percalços – inclusive a concorrência com outros menores –, nem todos os oriundos desses locais conseguiriam ser absorvidos por centros onde seu processo de formação deveria ter continuidade.

Dentro da proposta então defendida de se oferecer uma educação profissionalizante aplicada particularmente ao jovem de baixa renda – política que se intensificaria a partir da Era Vargas⁴² –, existiam instituições que já atuavam na capital baiana desde o século XIX, como o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, criado em 1872. Mais tarde, a ele viriam se juntar outras como o Liceu Salesiano do Salvador, fundado pelos seguidores de dom Bosco em 1900, e a Escola de Aprendizes-Artífices, inaugurada dez anos mais tarde, ambas igualmente sediadas na capital.⁴³ No interior do estado, a situação era possivelmente mais alarmante, destacando-se poucos estabelecimentos como a Escola Profissional de Menores Pobres de Muritiba e a Escola Agrícola de Santo Amaro. Essa última, inclusive, recebia crianças expostas provenientes de Salvador, o que reforça a perspectiva de que, de fato, havia uma insuficiência na quantidade de vagas.⁴⁴

Em muitos desses espaços, verificamos a existência de um conjunto de rituais que convenientemente contribuíam para com o novo arquétipo educacional fomentado pelos setores hegemônicos. Tais práticas, respaldadas e incentivadas por figuras públicas como Rui Barbosa – um dos idealizadores da reforma do ensino primário e das unidades complementares de instrução no país –, consistiam em uma formação física, intelectual e moral do jovem dentro dos moldes militares, embora essas instituições não mantivessem qualquer vínculo com nossas Forças Armadas.⁴⁵ Esse tipo de treinamento fazia parte do dia-a-dia do Liceu de Artes e Ofícios desde o ano de 1922.⁴⁶ A Casa Pia, da mesma forma, durante algum tempo também lançou mão de

⁴² RODRIGUES, 2003, p. 41.

⁴³ ARAÚJO, Manoel Firmo Nazareno de. *Dezesseis lustros a serviço da educação na Bahia (1900-1980)*. Salvador: Escolas Profissionais Salesianas, 1983, p. 35-71.

⁴⁴ RODRIGUES, *op. cit.*, p. 144.

⁴⁵ SOUZA, Rosa Fátima de. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 20, n. 52, 2000, p. 107.

⁴⁶ LEAL, 1995, f. 181.

exercícios marciais na capacitação dos seus pupilos, utilizando-se para tanto de um ex-interno como preceptor.⁴⁷

Buscando os motivos que levavam esses centros de ensino à adoção de práticas aparentemente deslocadas de lugar, encontramos nas palavras de Alcir Lenharo uma possibilidade de interpretação. Segundo ele, a transmutação social então almejada “passava necessariamente pelo trato do corpo como recurso de se alcançar toda a integridade do ser humano”, condição que, pelo menos em tese, era perseguida pela ideologia republicana. Assim, “o enfoque da militarização do corpo, higienizado e eugenizado, era percebido enquanto ferramenta de transformação do corpo social”. Se para atingir essa dita “integridade” humana fazia-se necessária uma adequada lapidação comportamental e moral do indivíduo, esta, por sua vez, só se concretizaria com a disciplinarização, primeiramente, do seu físico.⁴⁸

O corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso. Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física.⁴⁹

A partir dessa visão de Michel Foucault, podemos compreender que o ato de disciplinar o corpo físico das crianças não estava única e exclusivamente associado ao castigo corporal ou ao assédio moral, como geralmente se imagina. Na verdade, talvez devamos pensar no exercício desse controle menos a partir do uso da força bruta do que através de outras formas mais indiretas e invisíveis de demonstração, sendo que organizar uma rotina, vigiar reações e estabelecer rituais, como ocorria na Casa Pia ou no Liceu de Artes e Ofícios, eram apenas algumas delas.

Em um sistema educacional onde se nota a militarização da infância como característica marcante, a carreira militar certamente apresentava-se como uma das principais alternativas consideradas pelas autoridades e instituições que buscavam espaços habilitados a dar seguimento à formação de seus alunos. Indo ao encontro dessa possibilidade, o país investia consideravelmente no serviço militar obrigatório,

⁴⁷ RODRIGUES, 2003, p. 176.

⁴⁸ LENHARO, Alcir. A militarização do corpo. In: _____. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus, 1986. cap. 3, p. 75 e 83.

⁴⁹ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 26.

novo elemento introduzido em 1916 e direcionado àqueles que completavam a idade de 18 anos. Parte de um plano mais abrangente idealizado pelo ministro da Guerra Hermes da Fonseca visando à modernização das Forças Armadas, as campanhas de atração de pretendentes tinham o conhecido poeta e jornalista Olavo Bilac como uma espécie de garoto-propaganda oficial.⁵⁰

Em uma de suas mensagens endereçadas aos “meninos brasileiros”, veiculada por um tradicional periódico especializado em assuntos navais, Bilac os trata não como crianças, mas como “homens que já deveis ser”. Alerta que naquela “crise perigosa da formação do Brasil”, era necessário que “a vontade, a seriedade e a atenção” já estivessem “dominando os espíritos das crianças”. Que “nos corpos de dez anos” já se temperassem “almas de vinte, e na inocência do menino” já se afirmasse “a energia do cidadão”. Para que a “alvorada se perpetue em dia glorioso”, insiste, seria indispensável que os jovens vivessem, pensassem e trabalhassem como adultos. Ao final, ele recomenda para que se adestrem, se eduquem e conquistem “força física e moral”, tornando evidente a importância estratégica desse discurso às ambições nacionais naquele momento.⁵¹

Mesmo na esfera militar, contudo, a oferta de vagas não parecia estar à altura dessas ambições. Pelo menos até os anos finais do Oitocentos, o Exército Brasileiro manteve na cidade do Salvador o seu centro de instrução para rapazes, a chamada Companhia de Aprendizes-Militares do Arsenal de Guerra da Bahia. Sobre ela, aliás, pouquíssimas referências foram por nós encontradas em comparação à quantidade de menções feitas à Companhia de Aprendizes-Artífices do Arsenal da Bahia, esta administrada pela Marinha de Guerra e desativada em 1899.⁵² Considerando-se as primeiras décadas do século XX, entretanto, invariavelmente surgia um nome como opção, “uma vez que atuava praticamente sozinha” em meio ao referido processo de

⁵⁰ DOMINGOS NETO, Manuel. Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 47-49.

⁵¹ BILAC, Olavo. Palavras aos meninos brasileiros. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 11, n. 132, jun. 1918, p. 8. Interpretando essas palavras de Bilac, podemos apontar a perspectiva de que “o serviço militar sanciona o ingresso do indivíduo no mundo dos adultos, sugerindo, entre outras coisas, a imagem do menino que desempenha as tarefas militares como se já fosse homem”. (LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: SCHMITT, Jean-Claude; LEVI, GIOVANNI (Org.). *História dos jovens: a época contemporânea*. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 17).

⁵² Uma das raras referências encontradas sobre a Companhia de Aprendizes-Militares do Arsenal de Guerra da Bahia consta em: MOURA, Vera Lúcia Braga de. *Pequenos Aprendizes: assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX*. 2003. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, f. 98.

afunilamento e às escassas possibilidades de destinação desses menores: o da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia.⁵³

1.2 – Ingressando na Escola de Aprendizes

Por que e como jovens meninos iam para o mar? Essa é a pergunta inaugural elaborada por David Phillipson em seus estudos sobre os aprendizes-marinheiros na Marinha Real, quando aos 10 ou 12 anos de idade, entre os séculos XVIII e XIX, estes deixavam suas famílias rumo à vida naval. Para o caso britânico, em particular, ele nos apresenta basicamente duas razões: em primeiro lugar, na Inglaterra desse período os rapazes geralmente começavam a trabalhar nessa idade, especialmente em comunidades rurais. De mais a mais, aquele que desejasse ser marinheiro deveria iniciar o quanto antes seu aprendizado, de modo que “muito se tinha a aprender”. As chances de tornar-se um bom marujo, sustenta o autor, seriam maiores se o concorrente fosse moço, forte e ágil. Aliado a esses fatores, ele aponta a questão financeira e o sonho que diversos meninos do campo acalentavam em mudar de vida, em busca das maravilhas presentes nos contos marinheiros.⁵⁴

Ainda que diga respeito, a priori, a outra realidade social; mesmo que Phillipson tenha deixado de incluir outros impulsos que, ao longo da história, também tenham levado jovens ingleses a servir nos navios de Sua Majestade, este é um panorama que não deve ser perdido de vista ao transferirmos o foco de análise às formas, motivações e possibilidades de ingresso dos pequenos brasileiros no universo naval. Para uma melhor compreensão desses três aspectos que compunham a dinâmica de recrutamento na Escola de Aprendizes, contudo, faz-se necessária, antes de qualquer outra coisa, a exposição de algumas considerações que julgamos de fundamental importância sobre as peculiaridades da composição social da Armada nacional na fase investigada.

A estrutura hierárquica da nossa Marinha de Guerra, de uma maneira geral, constitui-se tradicionalmente a partir de dois grandes grupos. Os oficiais são aqueles militares que, em sua maioria, foram formados pela Escola Naval, sediada na cidade

⁵³ RODRIGUES, 2003, p. 49.

⁵⁴ PHILLIPSON, David. *Band of brothers: boy seamen in the Royal Navy*. Stroud: Sutton, 2003, p. 1.

do Rio de Janeiro, e ocupam cargos de comando, sejam embarcados em belonaves ou não. Muitas vezes – os exemplos são bem mais recorrentes no período imperial – são oriundos de famílias pomposas e de larga tradição marítima. Por outro lado, todos os que não compõem o oficialato são chamados praças, mesmo que por vezes seja possível nos depararmos com classificações onde suboficiais e sargentos não se encontrem categorizados como tal. São aqueles que guarnecem os navios de guerra e demais repartições da Marinha em solo e, em sua maioria, têm como berço as camadas sociais menos abastadas, justamente as que estavam na mira preferencial dos republicanos.

Ratificando este cenário, José Murilo de Carvalho explana que, no Brasil, enquanto “o recrutamento de oficiais passou de aristocrático para endógeno e de classe média” ao longo do tempo, o de praças “foi consistentemente feito nas classes pobres”.⁵⁵ Nessas circunstâncias, podemos sugerir que a maioria dos homens que serviam à Esquadra possuía, atrelada a essa pobreza, a condição racial de negro ou mulato, o nordeste e o sul do país como origem regional e sobrevivência em situação extremamente precária, estando vários deles desempregados.⁵⁶ Perfil bastante semelhante pode ser identificado nos incorporados ao Exército. No início da década de 1910, vemos que algumas de suas fontes regulares de arregimentação eram “os nordestinos afugentados pelas secas”, e “os desocupados das grandes cidades que procuravam o serviço militar como emprego”.⁵⁷

Apesar de no decorrer da primeira metade do século XX, mais precisamente entre os anos de 1910 e 1945 aqui focados, as escolas de aprendizes gradativamente terem passado a se firmar como a principal porta de entrada para a Marinha – tópico que oportunamente abordaremos mais adiante –, outras formas de admissão na carreira naval também existiam, haja vista elas não preencherem “adequadamente os claros verificados” na tropa.⁵⁸ O voluntariado era aberto aos mais velhos, situados além da faixa etária compreendida entre os 14 e 18 anos, em linhas gerais a exigida para ingresso via escolas de aprendizes. O sorteio militar, por sua vez, outra modalidade de alistamento à época, era essencialmente direcionado aos mem-

⁵⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 19.

⁵⁶ SILVA, Marcos Antonio da. *Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo: Brasiliense, 2002, p. 26.

⁵⁷ CARVALHO, 1913, *apud* CARVALHO, *op. cit.*, p. 20.

⁵⁸ ROCHA, Álvaro de Rezende. Pessoal. In: MARTINS, Helio Leoncio (Coord.). *História naval brasileira*. v. 5, t. 2. Rio de Janeiro: SDM, 1985, p. 70.

bros da Marinha Mercante, pescadores e marítimos portuários matriculados nas Capitânicas dos Portos.⁵⁹

Infelizmente não dispomos de informações suficientes para afirmar se os seis internos enviados ao meio naval pelo Colégio de São Joaquim naquele fevereiro de 1937 eram órfãos, a despeito do fato de o referido grupo estar acompanhado por um tutor ser forte sinal de que eles se encontrassem em tal condição. Afinal, além de uma ampla maioria de alunos vivendo na orfandade, temos conhecimento de que alguns dos que passavam pelas dependências da Casa Pia possuíam uma família devidamente constituída.⁶⁰ Independentemente disso, é certo que vários dos jovens carentes que se juntavam à Armada por intermédio da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia não tinham pais vivos ou conhecidos.

Ainda no Império, defendia-se o conceito de “que as crianças órfãs, bastardas ou abandonadas tornar-se-iam mais facilmente soldados ou marinheiros ideais”.⁶¹ A considerar a manutenção do fluxo destes meninos para o mar na primeira metade do Novecentos, deduzimos que tal pensamento acabou preservado dentro das propostas educacionais republicanas.

Segundo esse modo de ver, os garotos mantidos pelo poder público teriam a pátria como pai e mãe, e os demais combatentes como irmãos; eles formariam os então denominados “batalhões da esperança” e supostamente dedicariam à “nação” todo amor, fidelidade e lealdade que os demais mortais costumavam consagrar aos familiares.⁶²

Mesmo que muitos sequer tivessem a mínima idéia do que fosse “nação”, anualmente lá estavam eles engrossando as filas que se formavam defronte o prédio da Escola. Nem todos esses jovens, entretanto, eram levados diretamente a ela por instituições assistenciais. Em uma realidade composta por diferentes trajetórias de vida, também havia aqueles que, com a ausência das figuras paternas, viviam com parentes que os acolhiam e orientavam. Este parece ter sido o caso de Mariano da Anunciação, 15 anos, residente em Salvador, filho de Eugênia “de tal”, falecida assim como seu pai, apresentado em 1928 por sua tia e tutora, Maria José do Nasci-

⁵⁹ Sobre as formas de ingresso na Marinha de Guerra no início do século XX, ver CAMINHA, Herick Marques. Pessoal. In: MARTINS, Helio Leoncio (Coord.). *História naval brasileira*. v. 5, t. 1 B. Rio de Janeiro: SDM, 1997, p. 48; e ROCHA, 1985, p. 70.

⁶⁰ Sobre a questão, ver MATTA, 1999, p. 93-101.

⁶¹ VENANCIO, 2004, p. 195.

⁶² *Ibidem, loc. cit.*

mento. Já o menor José de Oliveira Nascimento, 16, igualmente órfão de pai e mãe, foi conduzido para recrutamento no ano seguinte por Cecília Castro de Oliveira, sua avó e responsável.⁶³

Na mesma medida, eram freqüentes os casos de órfãos de pai que tinham o alistamento requisitado por suas mães viúvas. Nessas situações, porém, ainda que muitos deles se ressentissem da falta da figura paterna no lar ou mesmo de maiores cuidados maternos, podemos presumir que, de um modo geral, a situação social desses pretendentes a marinheiro fosse pouco menos conturbada que a de colegas seus vindos das instituições ou sob a guarda de tutores, por exemplo. Talvez motivadas por uma compreensível preocupação com o futuro dos seus filhos ou quem sabe por necessidades financeiras mais imediatas – levando-se em conta o fato de os aprovados passarem a receber, além da estrutura material, um pequeno soldo mensal –, foi assim que pelo menos 15 dessas mães compareceram à Escola entre os meses de abril e maio de 1932. Uma marca inigualável no que diz respeito aos anos por nós examinados.⁶⁴

Quando da inexistência de um ou ambos os pais, contudo, normalmente cabia ao Estado, principalmente através dos juízes de Menores, o requerimento da vaga e, em diversas ocasiões, também a apresentação destes meninos. Para tanto, os candidatos, dentre outros documentos exigidos no ato do arrolamento, eram acompanhados por petições assinadas por essas autoridades. Foi de posse de um desses ofícios, datado de 12 de julho de 1914, que o jovem Francisco Xavier dos Santos, com apenas 14 anos, foi encaminhado pelo então juiz da comarca de Cachoeira, Álvaro Pedreira de Cerqueira, prestando assim, na avaliação deste magistrado, “um serviço ao dito menor e à República”.⁶⁵ Mesmo não sendo possível conhecer sua trajetória dentro da Escola, a presença de uma simples observação na parte superior da carta, acrescentada 11 dias mais tarde pelo seu comandante, indica que Francisco se tornou mais um membro dos “batalhões da esperança”.

Lamentavelmente não foram encontradas fontes, em quantidade satisfatória, concernentes ao despacho de órfãos pelo Poder Judiciário à Escola de Aprendizes durante as décadas de 1910 e 1920, capazes de serem convertidas em dados esta-

⁶³ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 25168, termos 47 e 138.

⁶⁴ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 25168, termos 304, 305, 307, 311, 315, 323, 327, 343, 349, 352, 370, 373, 374, 377 e 384. Para uma amostra de petição materna, ver o anexo D.

⁶⁵ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12095, documento sem numeração. Para um modelo de solicitação realizada à Escola de Aprendizes por um juiz de Direito, consultar o anexo E.

tísticos para análise. Consultando o índice do AM, vemos que um escasso material foi preservado. Em face de alguns poucos maços de documentos desfalcados, o que apenas podemos perceber é que tal prática ocorria regularmente no período. Por outro lado, através da tabela 1, por nós organizada abaixo, é possível rastreamos a movimentação dos rapazotes – a maioria em estado de abandono – entregues à Marinha por prepostos da Justiça entre 1928 e 1939, recorte temporal coberto pelos termos de alistamento disponíveis.⁶⁶

TABELA 1

Jovens remetidos pela Justiça alistados na Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1928-1939)

Ano	Alistados	% Total
1928	9	13,2
1929	32	27,5
1930	24	24,5
1931
1932	8	6,6
1933	3	5,0
1934	7	13,0
1935	5	5,7
1936	4	4,0
1937	1	1,3
1938	-	-
1939	1	1,0

Fonte: AM – Termos de alistamento da EAMBA.

Uma primeira consideração a ser feita em relação a esses dados diz respeito ao fato de não existirem quaisquer registros de inscrições efetuadas em 1931 – seja de postulantes vítimas da orfandade ou não –, elemento que nos causa estranheza. Organizados em seqüência, o termo 286 é esperadamente sucedido pelo de número 287. Contudo, enquanto o primeiro é datado de 1º de dezembro de 1930, o segundo traz, em sua primeira linha, um inusitado 14 de abril de 1932. Analisando as páginas do relatório dos serviços da Escola referente àquele ano, nenhum indício capaz de justificar tal possibilidade pôde ser encontrado, não nos dando margem a considerar, assim, que a seleção efetivamente não tenha acontecido. Pelo contrário, nelas estão

⁶⁶ AM, Divisão de Documentos Escritos, estantes 25168 e 25169. Para a visualização dos modelos de termos de alistamento encontrados, recorrer aos anexos F, G e H.

detalhadamente anotadas várias atividades desenvolvidas no período, cuja lotação informada foi de 120 alunos.⁶⁷

Em contrapartida, impressiona o número de 56 alistados no biênio 1929-1930, marca que, tendo-se em conta os já mencionados levantamentos realizados acerca das décadas precedentes, provavelmente não mais representasse uma novidade na história recente da instituição. Particularmente em 1929, dos anos apresentados na tabela aquele em que constatamos um maior fluxo de encaminhamentos, podemos apontar dois responsáveis diretos pelo envio da maior parte dos 32 menores. João Mendes da Silva, então juiz de Órfãos da Capital, tem seu nome presente em 14 dos termos, sendo que, no ano anterior, no mínimo outros seis rapazes já haviam sido por ele recomendados à Escola. Lauro Lopes Villas-Boas, por sua vez, na condição de curador-geral de Órfãos e Ausentes soteropolitano, responde pela destinação de 12 meninos ao estabelecimento.⁶⁸

Considerando-se o fechamento provisório e, pouco depois, a extinção da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Sergipe no começo da década de 1930, além da própria proximidade geográfica, é possível encontrarmos no universo de recrutados registros de jovens remetidos pela Justiça do estado vizinho à unidade localizada na Bahia. Somente em fevereiro de 1934, por exemplo, pelo menos três dos candidatos matriculados foram apresentados pelo juiz de Menores de Sergipe. Somando-se a estes o envio de um quarto discente em agosto, verificamos que a maioria absoluta das sete expedições executadas naquele ano foi subscrita por magistrados sergipanos. Sobre sua condição familiar, mesmo constando nos termos os nomes dos pais, não temos subsídios para assegurarmos se estes ainda eram vivos. Caso o fossem, é provável então que outros motivos, como ações delituosas, tenham levado a Justiça a destinar aqueles forasteiros à vida naval.⁶⁹

Descortinando os caminhos que conduziam estes meninos à Escola, vale ressaltar que os togados não eram os únicos defensores da Lei a apresentá-los às suas juntas de alistamento. Além destes, as autoridades policiais, sobretudo nos primeiros anos do Novecentos, também respondiam por inúmeras solicitações ao Comando da

⁶⁷ AM, chamada 04/00853, gav. 003, rel. 83, cx. 061. Sobre a lotação da Escola no referido ano, ver *ALMANAQUE do pessoal da Marinha* (1931). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1932, p. 803.

⁶⁸ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 25168, termos 25, 26, 41, 48, 57, 68, 84, 94, 101, 111, 113, 115, 119, 120, 126, 131, 135, 140, 141, 144, 149, 152, 155, 156, 161, 162, 164 A, 170, 174, 175, 177, 181.

⁶⁹ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 25168, termos 476, 478 e 480; e estante 25169, termo 517.

organização. Benfeitorias que, dirigidas a sujeitos cuja maior parte penava dentro ou à beira da indigência, recebiam atenção especial por parte da imprensa, esta talvez igualmente engajada na campanha pela “educação”. Em um espaço de tempo de apenas nove dias, entre agosto e setembro de 1910, por exemplo, o jornal *Diário de Notícias* estampou em suas páginas duas breves notas sobre menores apresentados pelo chefe de Polícia, ambos mandados à capital pelo delegado de Santo Amaro. Eram eles João Pereira Rocha e Silvério dos Santos Rodrigues, este último com 14 anos de idade, “órfão de pai e mãe” e “encontrado em abandono” pelas ruas daquela cidade.⁷⁰

O elemento mais inquietante suscitado pela tabela, entretanto, não diz respeito a particularmente nenhum alistado. Pelo contrário, revela um preponderante aspecto geral relacionado àquilo que pode ser interpretado como mudanças empreendidas pela Marinha na política de recrutamento das suas escolas de aprendizes e, por extensão, na corporação como um todo. Observando-se os dados, é notório o fato de que, no decorrer da década de 1930, o número de postulantes apresentados pelo Poder Judiciário e admitidos foi gradativamente minguando até praticamente deixar de existir. De igual maneira, não localizamos para este período qualquer referência a meninos enviados pela Polícia, como visto prática outrora corriqueira. Essa constatação, porém, leva-nos a cogitar a hipótese de tais procedimentos, em função de mudanças legislativas, terem passado a se suceder exclusivamente por intermédio dos juízes de Menores, em vez de simplesmente desaparecido.

Diante deste quadro, como podemos, afinal, compreendê-lo? O que teria levado a Escola de Aprendizes da Bahia a não mais acolher, pelo menos no volume em que até então acolhia, esses indivíduos? Teriam descoberto as autoridades, dos mais altos aos mais baixos escalões, outras soluções para problemas tão antigos como a orfandade e a criminalidade infanto-juvenil capazes de desprezar o papel até então desempenhado pela Armada junto à sociedade? Será que a partir da década seguinte, a de 1940, infelizmente não coberta estatisticamente, ocorreu uma sensível retomada deste tipo de seleção, frustrando assim a nossa perspectiva de análise? Pelo menos a partir das fontes consultadas, nada nos leva a pensar neste sentido. Em vez disso, talvez uma das chaves da questão possa ser achada implícita em um verbo aparentemente desprezioso citado algumas linhas acima: “acolher”.

⁷⁰ BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 24 ago. 1910, p. 3; e 2 set. 1910, p. 1. Para um modelo de solicitação encaminhada à Escola por autoridade policial, ver o anexo I.

Se para grande parte do poder público a Escola era vista como uma espécie de depósito de órfãos, infratores e indigentes; um centro assistencial pronto a acolhê-los ou uma casa de correção apta a puni-los e regenerá-los, para a Marinha ela tinha como finalidade precípua, ao lado de suas demais congêneres, a contínua preparação de pessoal voltado ao atendimento das inúmeras necessidades navais.⁷¹ Ao que parece, a corporação não via com muito bons olhos a idéia de essas organizações de ensino servirem como refúgio para mazelas sociais de toda ordem, abrigan-do novos alunos de maneira aleatória e indiscriminada. Tendo como missão consti-tucional mais relevante a defesa do mar territorial brasileiro, seu compromisso pri-mordial deveria ser com a formação de profissionais suficientemente capacitados a tripular suas belonaves. Tal choque de interesses, entretanto, apesar de longa data, mostrou-se uma tensão convenientemente administrável até certo tempo.

Desde o século XIX, enviar esses rapazes ao mar já parecia ser uma solução cômoda para muitas autoridades civis, que dependia basicamente da elaboração de um ofício respaldado por sua firma. Uma transferência de responsabilidade, malgra-do todos serem representantes do Estado. Nessa época, no entanto, as demandas operacionais da Esquadra faziam com que a absorção de meninos órfãos, abando-nados ou infratores usualmente fosse acatada como um mal necessário. Afinal, as duras condições de trabalho habitualmente afugentavam os alistamentos espontâ-neos. Além disso, nas embarcações à vela, todo tipo de força braçal, inclusive a dos pequenos grumetes – estes geralmente respondendo pelos serviços mais pesados – , era indispensável.⁷² Partindo-se deste ponto, o principal critério então considerado para o recrutamento do candidato era a sua robustez, de modo que inúmeras crian-ças remetidas pelos agentes policiais “não chegavam a ser aceitas por debilitação fí-sica gerada pela própria miséria”.⁷³

Inaugurada a era dos navios a vapor na Marinha de Guerra, ainda no Império, este cenário não parece ter sofrido alterações muito significativas. Foi somente com a modernização dos seus meios flutuantes proporcionada pelo Programa Naval de 1906, mas preponderantemente após as lições deixadas pela Revolta da Chibata e seus desdobramentos, quatro anos mais tarde, que a postura do nosso Almirantado

⁷¹ ROCHA, 1985, p. 81.

⁷² NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, p. 76-85; e VENANCIO, 2004, p. 198-206.

⁷³ FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Edufba, 1996, p. 130.

em relação ao hábito dos encaminhamentos aparentemente passou a se expressar de forma mais clara e intransigente. Neste sentido, em 1911, ainda sob efeito das cenas em que seus recém-incorporados *Dreadnoughts*, controlados por marujos amotinados, apontavam ameaçadoramente seus poderosos canhões contra a capital federal, o ministro da Marinha, contra-almirante Joaquim Marques Baptista de Leão, manifestava ao presidente da República sua preocupação em “confiar à polícia a incumbência de fornecer meninos às escolas de aprendizes”.⁷⁴

Como poucas vezes na história naval brasileira, a hierarquia e a disciplina – os dois principais pilares da doutrina militar – estavam abaladas e, diante dessa inaceitável situação, providências precisavam ser tomadas no que diz respeito à instrução, mas prioritariamente à captação de pessoal, visando-se garantir o futuro da própria Marinha. Esse raciocínio ganha contornos mais nítidos se considerarmos que, para grande parte dos seus oficiais, a culpa pela deflagração do movimento de 1910 deveria recair sobre o caráter dos revoltosos e não no tratamento dado a estes pela corporação. Em seu modo de ver, era intolerável que a Esquadra nacional, à época composta por algumas das máquinas de guerra mais modernas do mundo, paradoxalmente continuasse a ser servida por guarnições recrutadas dentro de um nível de profissionalização ainda tão incipiente; por elementos “imprevidentes e preguiçosos” que traziam consigo “a tara da incapacidade de progredir”.⁷⁵

Assim, se tradicionalmente o envio de candidatos não garantia a sua admissão pela Escola, os indeferimentos talvez tenham se tornado mais recorrentes a partir dos anos que se seguiram a Revolta. Afinal, face às turbulentas circunstâncias, a Marinha havia definitivamente alçado os centros de formação voltados a jovens recrutadas à condição de seus principais provedores de praças, sendo que a eles deveriam se voltar as maiores atenções. Dali em frente, porém, há indícios de que a composição física gradualmente passou a ganhar a companhia do histórico do indivíduo como um dos aspectos fundamentais a serem observados nas inscrições. Isso nos leva a suspeitar que, na visão das autoridades navais, o fato de o menino ter sido apresentado pela Polícia ou mesmo algum juiz muitas vezes poderia denunciar uma

⁷⁴ RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha, contra-almirante Joaquim Marques Baptista de Leão, em 1911. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911, p. 36.

⁷⁵ UM OFICIAL da Armada (José Eduardo de Macedo Soares). *Política versus Marinha*. [S.l.: s.n.], [1911?], p. 86.

má índole, algo a ser evitado nas escolas levando-se em conta o quão perigoso era o convívio entre aprendizes carentes e “delinqüentes”.⁷⁶

O caso do jovem João Baptista de Matos nos ajuda a refletir sobre a questão. Baiano, filho de Maria Francisca de Matos, em julho de 1914, quando tinha apenas 13 anos de idade, ele foi apresentado ao comandante da Escola pelo chefe da Segunda Circunscrição Policial, sediada em Salvador, a fim de ser alistado na instituição administrada sob a “competente direção” daquele militar. A súplica do comissário, no entanto, parece não ter surtido o efeito desejado, haja vista João não ter sido aceito “por falta de desenvolvimento físico”, segundo a justificativa oficial. Com tão pouca idade e de origem humilde, é provável que ele de fato não reunisse as condições corporais necessárias para ser admitido. A adequação etária, por sinal, quando da reorganização das escolas sob orientações mais rígidas, havia passado a figurar abertamente como um importante requisito para a seleção de postulantes, de acordo com memorandos emitidos à época pela Inspetoria de Marinha.⁷⁷

Por outro lado, desconfiamos que mesmo ostentando um físico privilegiado – partindo-se do princípio de que efetivamente não o possuía –, o fato de o reprovado João Baptista ter sido conduzido por um delegado de polícia pode não ter contado pontos a seu favor junto ao Comando da Escola, especialmente se a apresentação estivesse relacionada a algum desvio de comportamento. Averiguando o documento que provavelmente o acompanhou, nele não constam as motivações que levaram ao seu encaminhamento. Entretanto, em razão da inexistência de qualquer observação próxima ao nome da mãe, pressupomos que ele não fosse órfão. Seja como for, nos chama a atenção que, no material analisado relativo aos engajamentos procedidos naquele ano, somente João apareça como enviado pela Polícia e, por coincidência ou não, seja o único recusado pelos militares. Certamente logo devolvido a quem de direito, infelizmente desconhecemos o seu destino.

A história das escolas de aprendizes é marcada pela adoção de alguns conjuntos de normas que, substituídos em seqüência, procuravam melhorar seu funcionamento e adequá-las às novas realidades técnicas e profissionais vivenciadas pela

⁷⁶ VENANCIO, 2004, p. 198. Realidade existente nas escolas de aprendizes-marinheiros brasileiras desde o Oitocentos, o autor a classifica como uma “prática institucional perversa”. Em um plano geral, foi somente a partir das primeiras décadas do século XX que as autoridades passaram a perceber a “necessidade de criar espaços distintos para os delinqüentes e para os abandonados”. (PANDINI, Sílvia. *A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná: viveiro de homens aptos e úteis (1910-1928)*. 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, f. 13).

⁷⁷ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12095, documentos sem numeração.

Armada. É através deles que se torna possível acompanhar, de modo mais explícito, o tratamento dado à questão dos alistamentos ao longo do tempo. Em seu relatório anual de 1906 – portanto anterior à Chibata –, tendo possivelmente em vista o processo de modernização da Esquadra, o ministro Júlio César de Noronha comentava o regulamento a ser implantado no ano seguinte, um dos, se não o primeiro do período republicano. Rezavam suas palavras que, com a vigência daquele estatuto, “nenhum menor” seria matriculado sem que tivesse entre 14 e 16 anos de idade e fosse apresentado às juntas “pelo pai, mãe, viúva, tutor ou juiz competente”.⁷⁸

À primeira vista, o documento deixa transparecer a idéia de que, uma vez em vigor, passou a existir uma maior sistematização no que diz respeito ao angario de novos meninos. Ao que parece, todavia, apesar de eventuais aperfeiçoamentos por ele trazidos, suas regras não eram rigorosamente cumpridas, continuando a receber as escolas aprendizes fora dos requisitos determinados. Isso talvez se explique pelo fato de que, com a incorporação prevista de 14 navios construídos na Inglaterra, era prioritário para o Almirantado formar uma quantidade de homens capaz de suprir as futuras demandas das suas forças de alto-mar.⁷⁹ Esse entusiasmo, porém, não seria duradouro. Acusando o potente golpe desferido por João Cândido e seus colegas de farda, ele rapidamente passou a ceder espaço à desconfiança. Conseqüentemente, o regulamento, incompatível com a recém-nascida realidade vivida nos conveses e quartéis, acabou substituído por outro em fevereiro de 1912.⁸⁰

Até o final da década de 1920, pelo menos mais uma regulamentação seria aplicada às escolas. Ainda assim, a patente insatisfação demonstrada nessa fase por alguns de seus comandantes revela que as normas às quais estavam submetidos continuavam aquém das expectativas. À frente da escola da Bahia em 1928, o capitão-tenente Teófilo de Faria sustentava que o regimento então em vigor, pouco restritivo, já não mais correspondia “às reais necessidades da Marinha”, pois ele havia sido “traçado em época muito especial, quando se impunha atrair o pessoal em massa”. Cobrando providências que dessem respaldo a uma seleção mais criteriosa, inclusive no tocante ao que ele chama de “aspecto cultural”, argumentava a respeito

⁷⁸ *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha, vice-almirante Júlio César de Noronha, em 1906*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906, p. 60.

⁷⁹ MARTINS, Helio Leoncio. A Revolta dos Marinheiros – 1910. In: _____ (Coord.). *História naval brasileira*. v. 5, t. 1 B. Rio de Janeiro: SDM, 1997, p. 141.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 206-7.

das frágeis regras relacionadas à observação daqueles que eram alistados e por enquanto se achavam na condição de estagiários, no aguardo de sua efetivação:

O tempo [...] prescrito atualmente para adaptação do candidato é muito restrito, nada se podendo concluir [...] com referência à conduta do menino e às aptidões que ele deve ter para a vida que vai iniciar. Em 30 dias, o menor é [...] incapaz de prática de atos pelos quais se possa fazer uma apreciação segura sobre seus instintos, inclinações e hábitos, pois, além de seu natural e justo acanhamento, está ele ainda debaixo da impressão viva que lhe proporciona o novo cenário, todo entremeado de agitações desconhecidas e que [...] lhe espicaçaram quando ainda civil.

Completando o seu raciocínio, mais adiante o oficial expunha que somente se passava a perceber inclinações com o curso já em andamento, na medida em que o sujeito ia “perdendo um pouco o caráter de antes” e, segundo ele, “pondo em prática as artimanhas e os hábitos” de que era portador.⁸¹ Curiosamente, é justo a partir do período em questão que verificamos, por meio da tabela 1, o acentuado decréscimo no número de rapazes enviados pela Justiça à Escola de Aprendizes. Essa possível relação entre os dois elementos nos leva a considerar que, além das críticas desses militares terem seus alvos preferenciais – os menores problemáticos –, elas, de alguma forma, também podem ter ajudado a modificar o quadro do recrutamento.

Transcorrida mais de uma década, o regulamento de 1939 já não mais previa o ingresso de alunos através dos “juízes competentes”. A faixa etária para matrícula, por sua vez, havia sido elevada para dos 16 aos 18 anos, aspecto que traduz a intenção da Diretoria do Ensino Naval em captar recrutas, pelo menos em tese, mais amadurecidos.⁸² Além disso, a Casa Pia passara a encontrar maiores dificuldades para encaixar seus internos na Escola “devido à reprovação nos exames de admissão”. Aliada à deficiência da educação oferecida pelo Colégio de São Joaquim, causa apontada por Andréa da Rocha Rodrigues, levantamos a hipótese de reformulações no processo seletivo também terem contribuído para tal situação.⁸³ Fechado o cerco contra os indesejáveis, a década de 1930 encerrava-se com apenas um alistamento realizado por um juiz de Direito, contrastando explicitamente com o que ou-

⁸¹ AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 30-31.

⁸² *REGULAMENTO para as escolas de aprendizes-marinheiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939, p. 4-5.

⁸³ RODRIGUES, 2003, p. 179.

trora ocorria. Assim, foi provavelmente a partir dessa época que, para muitos, a Marinha tornou-se intento ainda mais difícil, quiçá inalcançável.

Contudo, a despeito da expressiva quantidade de rapazotes tradicionalmente levados pelo poder público e por instituições religiosas, era seguramente através de seus pais que a absoluta maioria deles chegava à Escola. Mesmo nesses casos, no entanto, devemos relativizar a idéia de que as apresentações se davam de forma livre e espontânea. Afinal, em se tratando de famílias majoritariamente de baixa renda – freqüentemente chefiadas por lavradores e operários –, é sensato supormos que a opção pela vida naval muitas vezes ocorria menos por conta de uma descoberta vocacional do pretendente do que em função de carências sócio-econômicas enfrentadas em seu lar. Neste sentido, ter acesso a um ensino elementar gratuito, uma alimentação “sã e abundante”, vestuário “decente e confortável”, além do próprio vencimento mensal – vantagens anunciadas nas periódicas convocações feitas pela Armada –, era certamente uma proposta sedutora.⁸⁴

Mário Augusto da Silva Santos nos revela um retrato preocupante do mercado de trabalho na Salvador daqueles tempos, o que nos leva a compreender o fato de tantos buscarem o meio militar como opção profissional. De acordo com os dados do censo de 1920, “o setor primário empregava 13121 pessoas na capital baiana”. Isto representava apenas “4,62% do total da população”. A produção industrial “em maior escala”, por sua vez, “não encontrou campo propício na Bahia em geral e em Salvador em particular”. Percorrendo-se as zonas industriais da cidade, o que essencialmente se via era um modesto número de pequenas fábricas mantidas por firmas comerciais, com destaque para a produção de têxteis, cigarros, charutos e gêneros alimentícios. Além disso, o autor cita a existência dos vendedores ambulantes, que, “em proporção considerável”, competiam com o comércio formal e achavam-se dispersos pelos logradouros públicos.⁸⁵

Nas petições que acompanhavam os candidatos, eram inúmeras as situações em que, apelando ao Comando da Escola, seus genitores confessavam não dispor de condições para sustentá-los e educá-los. Em uma das cartas do ano de 1910, por exemplo, Antonio Francisco Solano Cardoso, residente em Ilhéus, “não tendo meios para dar a educação necessária a seu filho de nome Izidro Solano Cardoso, de treze

⁸⁴ ESCOLAS de aprendizes-marinheiros: vantagens do alistamento. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, jul. 1907, p. 22.

⁸⁵ SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do povo: sobrevivência e tensão* – Salvador, (1890-1930). Salvador: Edufba, 2001, p. 16-17.

anos”, vinha reclamar sua matrícula naquela instituição.⁸⁶ Em outra, datada de junho de 1914, Porfíria Ângela de Souza, da localidade de Areia, Bahia, mãe de Augusto de Souza Coelho, “não podendo dar-lhe a educação necessária”, também recorria à Marinha a fim de alistar seu rebento. Aqui, nos chama a atenção o fato de um certo João Honório de Oliveira assinar o requerimento pela suplicante, em virtude da mesma “não saber escrever”.⁸⁷ Augusto foi aceito algumas semanas depois. Quanto a Izidro, sabemos unicamente do seu despacho para exames de saúde.

Em um cenário composto não só por mães viúvas, mas também por aquelas que eram solteiras, não nos surpreende o fato de tantas mulheres como a senhora Porfíria se dirigirem pessoalmente a uma organização militar na tentativa de encontrar colocação para sua prole. Levando-se em conta os anos investigados, o de 1930 é o mais emblemático neste particular. Na ocasião, invertendo uma tendência normalmente verificada, 37 dos 98 novatos matriculados tiveram a vaga requerida e foram conduzidos à Escola por suas mães, contra apenas 30 procedimentos efetuados pelos pais. Em meio a esses termos de alistamento estão os de Theodoro Ferreira e Álvaro Moreira, ambos com 15 anos, e o de Armando Bittencourt, 14. Singelamente registrados com o sobrenome materno, em nenhuma das três fichas o pai é identificado.⁸⁸

Selecionado 13 anos mais tarde, Luiz Marques Rocha Filho expõe, através de suas reminiscências, as circunstâncias que o trouxeram de São Sebastião do Passé, no Recôncavo baiano, para a capital:

Minha mãe era dona de casa, criando os filhos todos. Quatorze filhos. E papai era marceneiro. Família pobre, ele não tinha muita condição. [...]. Mas a gente não passou fome, não, porque a turma toda já trabalhava. Eu, com dez anos, já trabalhava. [...]. Interessante de tudo isso é que o primeiro filho a abandonar a família fui eu. Dezesete anos, por aí. [...]. Me disseram que eu, na Marinha, ia ganhar 200 mil réis [...], com direito a cama, mesa e dormida. [...]. Eu sempre tive aquela idéia de desenvolver, sair do interior, porque [...] não tinha opção nenhuma pra mim. [...]. Não havia condição de estudo. A minha família não podia me mandar pra aqui [Salvador] pra estudar, porque lá no interior só tinha primário. E então eu apelei pra Marinha.⁸⁹

⁸⁶ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12091, documento sem numeração.

⁸⁷ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12095, documento sem numeração.

⁸⁸ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 25168, termos 197, 218 e 265. Para o total de aprendizes alistados no ano de 1930, ver termos 189-286.

⁸⁹ ROCHA FILHO, Luiz Marques. Entrevista concedida em ago. 2007.

Longe de estar seguindo uma vocação, aqui, de novo, enxergamos o “apelo” à carreira naval com o objetivo de suprir demandas de ordem social e financeira. Diferente das demais situações trazidas, porém, a fala de Rocha Filho nos sugere que o ato de recorrer a ela nem sempre era uma iniciativa paterna, mas também algo que poderia partir do próprio menino. Neste sentido, igualmente quando da ausência familiar havia aqueles que batiam à porta da Escola em busca de um futuro melhor. Pelo menos é isso o que nos diz um ofício de março de 1910, onde o então comandante solicitava ao juiz de Órfãos da Capital autorização para inscrever quatro menores que, segundo ele, se diziam abandonados e pediam para ali serem alistados: Aristóbulo Seabra, Cláudio dos Santos, Maximiano de Macedo e Teófilo Santa Cruz. Todavia, em se tratando de um tempo quando rotineiramente decretava-se “caça” a novos marujos, temos motivos para questionar essa versão.⁹⁰

De igual maneira, frente às dificuldades materiais enfrentadas ou por força de outros fatores, destinar mais de um filho à Armada era prática relativamente comum. No tocante a esse ponto, é interessante notarmos que o recrutamento de aprendizes de mesma filiação ocorria tanto em anos distintos como também dentro de um único processo seletivo. Somente em 1928, nos deparamos com dois casos de irmãos – nenhum deles gêmeos – aprovados pelas juntas de arregimentação: do arraial do Rio Fundo, município de Nazaré, provinham os jovens Alpiniano e Manoel Augusto dos Santos, remetidos pelo seu pai, Augusto Severiano dos Santos. Abelardo e José da Silva Muniz, por sua vez, residiam em Itabuna e foram levados à Escola a pedido do “doutor” Ruffo Galvão, que também respondia por uma terceira apresentação – esta de um órfão – naquele 1º de fevereiro.⁹¹

A julgar pelo tratamento recebido nos documentos, Galvão parecia ser pessoa influente naquela cidade. Aliás, investigando mais de perto a trajetória dos sujeitos que aparecem nos termos distinguidos como “doutor”, descobrimos que, de fato, alguns eram figuras públicas de certa expressão. Um deles era José Eduardo Freire de Carvalho Filho, intendente municipal de Salvador entre os anos de 1900 e 1903. Outro, Epaminondas Berbert de Castro, mais tarde viria a se tornar procurador-geral do Estado da Bahia. Em ambos os ensejos, eles não rubricam na condição de pais dos candidatos, assim como não há indicações de que possuíssem qualquer grau de

⁹⁰ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12090, documento sem numeração.

⁹¹ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 25168, termos 2, 3, 19, 19A e 20.

parentesco com estes.⁹² Supostamente era em virtude de seu engajamento na “educação do povo” ou por uma aproximação com a família do menor que esses indivíduos lançavam mão de seu prestígio, tendo como propósito assegurar o acesso de seus protegidos à instituição.

Utilizar-se de toda espécie de recurso – mesmo os ilícitos – parecia válido se o intuito fosse conquistar seu lugar como aprendiz de marinheiro. Admitido em 1943, Hilton Mendes Moreno confessa que só o conseguiu por ter adulterado sua certidão de nascimento, haja vista seus 15 anos não atenderem a idade mínima exigida para ingresso, à época de 16.⁹³ Em seu relatório de 1929, o comandante da Escola, capitão-tenente Raul de Santiago Dantas, já reconhecia a existência desse tipo de procedimento, demonstrando que o exemplo de Hilton estava distante de se configurar como um caso isolado. De acordo com o oficial, nos estados onde as averbações de registro civil não eram “perfeitas”, usualmente apareciam postulantes com certidões “tiradas à última hora e muitas vezes com as idades aumentadas ou diminuídas, sendo para isso necessário o pagamento de uma determinada quantia”.⁹⁴

Vivendo em estado de penúria ou não, existiam igualmente aqueles que eram entregues por familiares ao universo naval em decorrência do “mau” comportamento no ambiente doméstico e em outros espaços sociais. Para vários destes rapazes, sustenta Walter Fraga Filho, “a vadiagem era uma forma de rebelar-se contra imposições do mundo adulto. Rebeldia que se expressava no desprezo pelo trabalho, na preferência pela rua em detrimento da casa e no gosto pelas bebidas alcoólicas”.⁹⁵ Reforçando a questão, Veloso Costa afirma que a escola de aprendizes, dentre outras funções, operava como

corretora de meninos que precocemente se rebelavam contra as determinações paternas. Quando o adolescente revelava espírito indisciplinado, inclinações más, desvios das boas normas, recebia dos genitores a ameaça de colocá-los na Marinha. E o faziam, obtendo, quase sempre, resultados satisfatórios. Se a Escola de Aprendizes não o corrigia, era considerado irrecuperável, caso perdido. Dizia-se: “nem a Marinha deu jeito”.⁹⁶

⁹² AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 25168, termos 26 e 117.

⁹³ MORENO, Hilton Mendes. Entrevista concedida em jan. 2007.

⁹⁴ AM, chamada 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161, p. 6-7.

⁹⁵ FRAGA FILHO, 1996, p. 112.

⁹⁶ COSTA, Veloso. Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco. In: _____. *A Marinha em Pernambuco*. Recife: Fundarpe, 1987, p. 105.

Ainda que desconfiemos de certas situações, a documentação analisada não nos permite apontar categoricamente exemplos que evidenciem a ocorrência de encaminhamentos dessa natureza. Isso talvez se explique pelo receio de grande parte dos pais em comprometer a inscrição de seus filhos arredios, se por ventura manifestassem abertamente as causas de sua apresentação. Presumimos que fosse na tentativa de detectar esses inconvenientes que a Marinha exigia dos interessados – pelo menos por determinado período – um atestado de antecedentes criminais e carta de recomendação. Em uma dessas correspondências, datada de janeiro de 1922, Diocleciano Barbosa de Castro, professor na cidade de Alagoinhas, dava o seu aval ao ex-aluno José Mendes de Sousa, garantindo de próprio punho que este “sempre teve bom procedimento”. Julgado apto em todas as etapas, ele seria um dos pleiteantes a compor as turmas daquele ano.⁹⁷

Se por um lado existiam genitores que confiavam seus rebentos à Escola, por outro havia os que, tomados pelo receio e insegurança, sequer cogitavam tal alternativa. Um dos prováveis agentes responsáveis por essa espécie de sentimento era a imagem que publicamente se tinha de uma corporação que, até os primeiros anos do século XX, recorria aos castigos físicos a fim de disciplinar suas fileiras. Possivelmente preocupados com eventuais impactos que essa impressão poderia trazer aos recrutamentos, alguns oficiais, através de seus escritos, tratavam de desmistificá-la. Em 1910, mesmo ainda sob o estalar da chibata, o comandante Arthur Dias defendia o combate ao “ridículo preconceito de que os serviços sob nossa gloriosa bandeira” valiam “como castigo”. Empregando um discurso desafiador, para ele “o verdadeiro, o maior, o mais triste castigo” era o que as autoridades “inconscientemente” infligiam à infância com o “analfabetismo e a vadiagem”.⁹⁸

Um ofício endereçado à cúpula da Escola em abril daquele ano ajuda-nos a refletir sobre o que é discutido nos últimos parágrafos. Nele, o chefe de Polícia solicitava providências no sentido de que os menores Joaquim Santana Vieira e Joviano Alves dos Santos não fossem matriculados, pois haviam fugido “do seio das respectivas famílias, residentes em Santo Amaro, em companhia de aprendizes” daquela instituição.⁹⁹ Em primeiro lugar, não sabemos se os menores foram alistados, nem

⁹⁷ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12860, documento sem numeração.

⁹⁸ DIAS, Arthur. Ainda a instrução do pessoal. In: _____. *Nossa Marinha: notas sobre o renascimento da Marinha de Guerra do Brasil no quadriênio de 1906 a 1910*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Liga Marítima Brasileira, 1910. cap. 9, p. 266.

⁹⁹ AM, estante 12090, documento sem numeração.

ao menos se era essa sua intenção. Assumindo que o fosse, abrem-se então algumas hipóteses para as fugas, dentre elas a de que, vivendo em um ambiente hostil e desagregado, a dupla havia encontrado no mar uma oportunidade de refugiar-se. Da mesma maneira, aqui vislumbramos a possibilidade de estarmos diante de jovens que, seduzidos pelas conversas travadas com os visitantes acerca da vida marinheira, não receberam o devido apoio por parte dos pais.

A trajetória de João Palma Netto certamente ilustra a de inúmeros outros que optaram pela carreira naval. Em 1941, quando se tornou recruta, o indivíduo que concluísse curso em uma das escolas de aprendizes estaria atrelado à Marinha por um período mínimo de nove anos, tempo bastante considerável.¹⁰⁰ Entretanto, alheio ao sistema que o aguardava, segundo ele, nada foi capaz de demovê-lo da idéia de seguir para Salvador. Filho de família estruturada e com certa condição financeira, desde criança preenchia o seu imaginário com elementos característicos do “ser marinheiro”:

Maragogipe fica cercada de colinas verdejantes. Entre elas penetra o mar pela embocadura do rio Paraguaçu. Não tinha até então, pois, idéia do que fosse um oceano. [...]. Marinheiro em Maragogipe era raridade. O primeiro que vi [...], encheu-me de respeito e admiração. O bichão passou pela minha porta “impando” naquela farda bonita de endoidecer menino. [...]. Daí por diante me ocorriam, constantemente associados, mar, Marinha, ser marinheiro, dar balões, valentias, brigas. Com o correr dos anos, fui aduzindo outras impressões, outros conhecimentos, viagens, lugares belos, cidades desconhecidas, países exóticos, aventuras.¹⁰¹

Embora provavelmente a maioria dos interessados em ingressar na Escola não fosse afeita aos livros, a própria literatura muitas vezes poderia aguçar esse tipo de sentimento expressado por Palma Netto. Afinal, dentro de uma realidade de vida geralmente sem tantas perspectivas, é difícil não se encantar, por exemplo, com as estórias de Mess Lethierry, velho marujo fruto da inventividade de Victor Hugo que

viu em Madagascar plumas de pássaros das quais bastavam três para cobrir uma casa. [...]. Viu cemitérios de elefantes. Viu na África uma espécie de homens-tigres de sete pés de altura. [...]. Viu na Califórnia um tronco de árvore oco, no interior do qual um homem a cavalo podia andar cento e cinqüenta passos. [...]. No rio Arinos, afluen-

¹⁰⁰ PALMA NETTO, João. *CS-4 – Caça-submarinos Gurupá: memórias de um marinheiro*. Salvador: Jubiabá, 1984, p. 13.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 25-26.

te do Tocantins, nas matas virgens do norte da Diamantina, verificou a existência do terrível povo-morcego [...], homens que nascem com os cabelos brancos e os olhos vermelhos, habitam os bosques sombrios, dormem de dia, acordam de noite, e pescam a caçam nas trevas [...].¹⁰²

Se havia uma instituição apta a levá-los a todos esses longínquos recantos do planeta a fim de contemplar suas exóticas maravilhas, essa era a Marinha. Antes de atingi-los, entretanto, uma primeira escala se fazia necessária na capital baiana.

Santo Amaro, Alagoinhas, Maragogipe... Recapitulando a origem dos meninos aqui citados, verificamos que, independentemente das razões, grande parte deles provinha de municípios localizados no interior do estado ou mesmo de distintas unidades da Federação. Assim, reconhecendo a pertinência desse aspecto para este trabalho, nas próximas páginas nos deteremos a discutir que composições podemos obter, a partir dele, das sucessivas turmas que ingressavam na Escola de Aprendizes da Bahia. Afinal de contas, de que regiões vinham os pequenos alistados?

1.3 – Um perfil geográfico dos recrutas

Tendo suas primeiras unidades criadas em meados do Oitocentos, as escolas de aprendizes-marinheiros constituíram-se como “raras opções de ascensão social para os filhos dos forros ou de negros livres” a partir do período pós-abolição.¹⁰³ Para alcançarmos o perfil étnico da Escola nas décadas iniciais do século seguinte, era nosso propósito inicial utilizar a documentação interna gerada pela própria Marinha. Contudo, os termos de alistamento estranhamente não trazem o habitual espaço dedicado pelos meios militares à identificação da cútis do sujeito. Ainda que tais apontamentos existissem, eles seriam fruto da subjetividade dos recrutadores, seguramente não expressando uma visão unânime e absoluta. Além disso, por razões desconhecidas, os documentos referentes aos matriculados, à exceção aos do ano de 1939, não são acompanhados por fotos, também contribuindo para que qualquer exposição mais categórica sobre o assunto seja arriscada.¹⁰⁴

¹⁰² HUGO, Victor. *Os trabalhadores do mar*. [1866]. São Paulo: Martin Claret, 2004, p. 88.

¹⁰³ VENANCIO, 2004, p. 200.

¹⁰⁴ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 25169, termos 845-944.

Se por um lado os termos não nos elucidam muito no que diz respeito ao aspecto racial, por outro eles nos trazem contribuições mais consistentes no sentido de mapear a procedência geográfica dos alunos aceitos pela corporação. Ainda assim, porém, aqui as lacunas também se reproduzem de modo abundante, como podemos visualizar a seguir:

TABELA 2

Residência dos jovens alistados na Escola de Aprendizizes-Marinheiros da Bahia (1928-1939)

Ano	Salvador	Interior	Outros estados	N/D
1928	34	18	-	16
1929	47	25	-	44
1930
1931
1932
1933
1934	14	10	3	27
1935	39	22	19	7
1936	34	18	39	7
1937	29	15	31	2
1938	34	12	15	2
1939	73	20	6	1

Fonte: AM – Termos de alistamento da EAMBA.

Observando os registros, notamos que claramente faltava um padrão em seu preenchimento, de maneira que, a depender do ano – ou mesmo dentro de um único processo seletivo –, determinadas informações não são disponibilizadas, a exemplo do local de residência. A impressão que temos perante essa situação é a de que, se a Escola possuía seus problemas, esses supostamente não eram apenas causados por eventuais falhas nos regulamentos que a geriam, mas também, dentre outros motivos, em virtude da ausência de melhor senso de organização da parte de vários comandantes que por ela passaram. Ao que parece, esses dados não eram efetivamente importantes para os alistadores. Todavia, a despeito dessas omissões, a tabela 2 indica a pluralidade regional presente na instituição.

À exceção de 1939, o número de aprendizes apresentados como residentes em Salvador mostra-se proporcionalmente estável no decorrer dos anos. Em contrapartida, nos chama a atenção o súbito crescimento da fatia de moços vindos de ou-

tros estados brasileiros, especialmente do Distrito Federal, no período compreendido entre 1935 e 1937. No triênio, foram 12, 13 e 20 rapazes cariocas alistados, respectivamente.¹⁰⁵ Em nossas investigações, atônitos por esse curioso fato, infelizmente não conseguimos achar uma justificativa plausível para a sua ocorrência. Nenhuma anormalidade na Escola de Angra dos Reis capaz de provocar uma migração em massa é assinalada em relatório pelo então ministro Henrique Aristides Guilhem. Pelo contrário, em suas observações ele registra o “pleno funcionamento” daquela unidade.¹⁰⁶ Em face da inexistência de pistas, supomos que uma maior concorrência no Rio de Janeiro tenha sido responsável por trazer tantos jovens à região Nordeste.

Em levadas menores, entretanto mais regulares, também encontramos recrutas sergipanos chegados a Salvador basicamente por conta das razões já esclarecidas em um outro momento: a proximidade geográfica e a inexistência de uma escola de aprendizes em seu estado. Somente em 1936, pelo menos 14 dos 39 concorrentes oriundos de fora tinham como procedência municípios situados em Sergipe, sendo seis deles de Aracaju e outros quatro da cidade de Lagarto. Da mesma forma, não raro nos deparamos com meninos vindos do Espírito Santo, destacadamente de sua capital, Vitória. Entre 1936 e 1938, por exemplo, são 20 as matrículas contabilizadas, quatro delas, no derradeiro ano, efetuadas através do capitão dos Portos capixaba e com a devida autorização dos genitores.¹⁰⁷

Quanto aos jovens do interior da Bahia, estes, assim como os soteropolitanos, surgem nas estatísticas obedecendo a certa linearidade. De acordo com os termos, podemos indicar os municípios do Recôncavo como principal pólo de origem destes recrutados. Não obstante a recorrência de lugares como Santo Amaro, Cachoeira e Nazaré, centros de porte na região, verificamos uma distribuição bastante equitativa na proveniência dos menores. Com incidência pouco menor, aparecem aqueles que residiam em grandes cidades situadas em outras áreas do estado, sendo Ilhéus uma das que se destacam. Somente ao longo dos cinco últimos anos apresentados pela

¹⁰⁵ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 25169, termos 579-85, 587, 589, 590, 592, 594, 682-85, 688-90, 692, 693, 697-700, 727-35, 737-43, 761, 764, 770 e 779.

¹⁰⁶ *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha, vice-almirante Henrique Aristides Guilhem, referente ao período 1937-1939.* Rio de Janeiro, [s.d.], p. 177.

¹⁰⁷ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 25169, termos 614, 616, 626, 632, 642, 651, 653-59, 661, 671-76, 717-24, 791, 792, 819 e 821-23.

tabela, para se ter uma idéia, foram 16 os requerentes daquela urbe acolhidos como aprendizes-marinheiros.¹⁰⁸

A existência de tantos moradores das mais diversas localidades baianas levamos a, associado às justificativas que os conduziam à carreira naval, cogitar sobre as possibilidades por meio das quais o nome da Escola chegava ao seu conhecimento, particularmente aos que viviam em regiões mais remotas. Afinal, estamos tratando de uma época quando, além de não terem o alcance necessário, as informações circulavam por vias não tão eficientes e dinâmicas quanto as de hoje. Neste sentido, um dos modos usuais de se ter contato com a instituição era por intermédio de parentes e conhecidos que residiam ou habitualmente visitavam Salvador, a exemplo do que ocorreu com o já mencionado Luiz Rocha Filho, incentivado a alistar-se, segundo ele, por ação de pessoas próximas.¹⁰⁹

A ida de aprendizes aos seus redutos era outro método comum de divulgação da Escola. Ocorridas geralmente em dias de folga, quando os rapazes aproveitavam para rever seus amigos e familiares, essas viagens, ainda que não necessariamente tivessem esse propósito, acabavam colaborando na atração de novos recrutas. Nem sempre, contudo, os passeios ao interior se davam de maneira voluntária. Buscando propagar a imagem da instituição, excursões a locais estratégicos eram organizadas regularmente por seus comandantes. Em 1928, por exemplo, argumentando que os melhores alunos eram os de fora da capital, o tenente Teófilo de Faria marchou com seus pupilos a Feira de Santana, Mata de São João, São Sebastião e Santo Amaro, com escalas nos lugarejos de Parafuso, Feira Velha, Aliança, Lapa e Humildes. Uma caminhada de cerca de 250 km que possivelmente rendeu frutos ao oficial.¹¹⁰

Menos dispendiosas e “pirotécnicas”, as convocações veiculadas em jornais de circulação local nos períodos de inscrição pareciam ser também uma ferramenta bastante utilizada. Uma matéria na *Liga Marítima Brasileira* alertava para a importância da divulgação das escolas pela “imprensa dos estados”, iniciativa indispensável em “favor do aproveitamento de tantos rapazes sem meios de educação e sem futuro existentes nas nossas cidades do litoral e, em maior número ainda, nas do

¹⁰⁸ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 25169, termos 565, 571, 601, 637, 680, 702, 716, 770A, 800, 807, 912, 915, 920, 940, 941 e 944.

¹⁰⁹ ROCHA FILHO, Luiz Marques. Entrevista concedida em ago. 2007.

¹¹⁰ AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 21-22.

interior”.¹¹¹ Atendendo a essa solicitação encontramos o prefeito de Itabuna, que, em maio de 1942, a pedido do capitão-tenente Augusto Roque Dias Fernandes, comandante da escola da Bahia, anunciava no *Jornal Oficial* do município o novo edital de convocação para arrolamento. Fora do núcleo principal já identificado, a cidade era das que mais fornecia efetivos à Marinha.¹¹²

Passados pouco mais de três meses dessa publicação, em 31 de agosto, o presidente Getúlio Vargas assinaria a declaração de guerra ao Eixo, levando o país a ingressar oficialmente na Segunda Guerra Mundial. “O pessoal da Armada, se era insuficiente no tempo de paz, tornou-se terrivelmente escasso durante a campanha, quando recebemos dos americanos 24 navios”.¹¹³ Diante desse quadro, intensificou-se a formação de aprendizes, recorrendo-se “ao processo pouco recomendável de compressão de programas e redução do intervalo entre a preparação das turmas”.¹¹⁴ Conclamados a “unir-se contra o inimigo” por grupos de estudantes civis de Salvador que visitavam cidades como Feira de Santana, Ilhéus e a própria Itabuna, é possível que muitos menores passassem então a saber acerca da Escola.¹¹⁵

Em guerra ou não, fossem eles negros ou brancos, da capital ou do interior, apresentados pelos pais, delegados ou por desejo pessoal, assim que registrados os recrutas recebiam um número o qual passaria a identificá-los até o término do curso. Uma praxe dentro dos costumes navais. De cabelos cortados, seguiam para o setor responsável a fim de pegarem o fardamento, sua maca e demais utensílios pessoais de um marujo. Logo os superiores estariam exercendo sua autoridade sobre eles, encaminhando-os aos seus alojamentos, bem como os familiarizando às normas da casa. Como veremos mais adiante, havia muito que aprender – dentro e fora da sala de aula – até o dia em que jurassem à Bandeira e, de meros aprendizes, passassem a ser marinheiros na acepção da palavra.

¹¹¹ UMA PROPAGANDA necessária. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 10, abr. 1908, p. 13.

¹¹² APMI, *Jornal Oficial*, Itabuna, 12 maio 1942, p. 8.

¹¹³ SALDANHA DA GAMA, Arthur Oscar. *A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi, 1982, p. 14.

¹¹⁴ ROCHA, 1985, p. 84.

¹¹⁵ MOUTINHO, Augusto César. *A sombra da guerra: o medo e a sobrevivência em um povoado baiano durante a Segunda Guerra Mundial*. Salvador: Quarteto, 2005, p. 43.

CAPÍTULO 2

FORMANDO OS “BATALHÕES DA ESPERANÇA”

Uma fogueira alimentada por 1827 livros ardia diante do prédio da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia no dia 19 de novembro de 1937. Sob os olhos dos seus alunos e do comandante Garcia D’Ávila Pires de Carvalho e Albuquerque, que supervisionou a cerimônia, nada menos que 808 exemplares de *Capitães da areia* e 223 de *Mar morto*, escritos por Jorge Amado, foram incinerados. Outros tantos, de autoria do paraibano José Lins do Rego, tiveram destino idêntico. As obras haviam sido apreendidas alguns dias antes nas livrarias Editora Bahiana, Catilina e Souza por membros da chamada Comissão de Buscas e Apreensões de Livros. Ordenada pelo comandante da Sexta Região Militar, coronel Antonio Fernandes Dantas, a caça fora direcionada ao material julgado simpatizante do “credo comunista”. Ocorrido pouco mais de uma semana após a instauração do Estado Novo no país, o ato não parece estar dissociado da mudança política estabelecida.¹¹⁶

A partir dos anos 1930, o tratamento da “questão social” iniciado na República Velha passou a se intensificar, transformando-a em “área de interesse prioritário” do governo getulista.¹¹⁷ Centralizador, o regime buscava disciplinar a população através de novos mecanismos de controle ideológico, muitos deles inspirados em práticas nazi-fascistas. Sua atenção voltava-se preferencialmente à juventude.¹¹⁸ Era preciso livrá-la do “mal” que à época alastrava-se pelo mundo, ameaçando as sociedades: o comunismo. Segundo Cynthia Pereira de Sousa, o ministro da Educação de Vargas,

¹¹⁶ BPEB, *Estado da Bahia*, Salvador, 17 dez. 1937, p. 3.

¹¹⁷ SOUSA, Cynthia Pereira de. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In: GOMES, Angela de Castro. (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 221.

¹¹⁸ PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 355.

Gustavo Capanema, “era anticomunista convicto, tendo inclusive encomendado um plano para combater a ‘subversão’ dentro de seu ministério”. Além disso, “contribuiu pessoalmente para a organização da Exposição Anticomunista”, realizada no Rio de Janeiro. Anualmente, coloca ainda a autora, ele discursava na cerimônia oficial em homenagem aos soldados mortos que contiveram a Intentona de 1935.¹¹⁹

A execração pública de figuras como Jorge Amado era um tipo de espetáculo mais comum do que se imagina. O impressionante número de exemplares do seu *Capitães da areia* queimados pelos militares não nos causa estranheza, já que o seu lançamento ocorreu justamente naquele ano de 1937. Além do mais, a temática do livro era considerada por demais provocativa, tratando da vida de meninos de rua na Salvador daqueles tempos. Poucas vezes – ou talvez jamais – questões como a criminalidade infanto-juvenil haviam sido tão abertamente abordadas pela literatura nacional.¹²⁰ Expatriado para Montevideu e Buenos Aires, onde escreveu e lançou as obras *A vida de Luiz Carlos Prestes*, *o Cavaleiro da Esperança* e *Terras do sem fim*, o escritor baiano foi dos primeiros exilados a voltar ao Brasil, em setembro de 1942. Finda a Segunda Grande Guerra, testemunhou a queda do Estado Novo, sendo, no ano seguinte, eleito deputado federal pelo Partido Comunista Brasileiro.¹²¹

Enfocando-se uma instituição como a Escola de Aprendizes-Marinheiros, podemos sugerir que suas ações doutrinárias, a exemplo da ocorrida naquele 19 de novembro, não se davam somente por conta da pouca idade dos recrutas. Futuro da Armada, ensiná-los as técnicas navais não era o bastante. Converter menores em futuros combatentes seria algo arriscado, caso a sua formação não fosse preenchida com outras lições. Por valores que, para os almirantes, bem orientassem o exercício da profissão. Neste sentido, a própria sublevação de 1935 já havia demonstrado o quão perigosa poderia ser a disseminação de ideais socialistas dentro da caserna. Mesmo não participando diretamente do movimento, componentes da Marinha acabaram expulsos de seus quadros após “infiltrações” terem sido identificadas em determinadas guarnições de navios e estabelecimentos.¹²²

¹¹⁹ SOUSA, 2000, p. 263.

¹²⁰ DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 113-19.

¹²¹ FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988, p. 222-25.

¹²² MARTINS, Helio Leoncio. Participação da Marinha no ciclo revolucionário – 1922-1938. In: _____ (Coord.). *História naval brasileira*. v. 5, t. 2. Rio de Janeiro: SDM, 1985, p. 141.

Essas “infiltrações” tinham origens conhecidas pelos oficiais. Ainda no ano de 1931, em seu relatório endereçado aos superiores, o então comandante da escola da Bahia, capitão-tenente Jorge da Silva Leite, comentava sobre as dificuldades de se encontrar “elementos de real valor” que pudessem ser aceitos em suas salas de aula. Na “indústria particular”, argumentava ele, “existia o operário inteligente e hábil, que a bordo prestaria relevantes serviços, nas respectivas especialidades”. Contudo, ponderava, “efetuar o recrutamento na indústria geraria perturbações muito graves à mesma”. Aliado a isso, alertava que “a propaganda de idéias libertárias no seio das classes operárias” seria “um evidente empecilho para a sujeição desse pessoal às imposições da disciplina militar”, deixando claro em seu discurso a preocupação com o perfil dos menores que deveriam ser matriculados.¹²³

Nenhuma “afetação” de cunho político poderia se sobrepor aos princípios que regiam a atividade. Zombar da hierarquia estabelecida, aspecto sagrado dentro das Forças Armadas, consistia em uma falta imperdoável. Desviar-se do compromisso de defender a Pátria feria o que estava constitucionalmente previsto. Para o tenente Leite, assim como para certamente tantos outros que estiveram à frente da Escola, transmitir aos jovens esses valores era apenas um dos objetivos a serem alcançados ao término do curso. Antes de nos atermos mais profundamente em seu processo de formação, porém, abriremos espaço a fim de investigar de que modo as escolas de aprendizes encaixavam-se na estrutura da Marinha de Guerra. Dentre os itens analisados, tentaremos perceber como elas conquistaram a intocável condição de principal porta de entrada na corporação e que tipo de imagem mantinham perante o nosso Almirantado.

2.1 – A importância das escolas para a Marinha

As páginas iniciais da publicação *Poder naval*, editada pela Armada, traz um interessante texto intitulado “O homem do mar”, o qual trata poeticamente a respeito do espírito marinho. A gravura que o ilustra, postada ao seu lado, insinua-nos uma passagem onde um jovial e destemido timoneiro, enfrentando águas revoltas, é gui-

¹²³ AM, chamada 04/00853, gav. 003, rel. 83, cx. 061, p. 3.

ado serenamente pela figura de Cristo. Um tanto extenso, reproduzimos a seguir alguns de seus principais trechos:

O Marinheiro é acima de tudo um valente. Ele precisa estar preparado para qualquer situação, em qualquer lugar, a qualquer momento. [...]. O Marinheiro é amante da paz. Mas ele sabe que se navegar é preciso, muito mais que isto, é preciso estar sempre preparado para lutar. [...]. O Marinheiro, quando diz que “estamos todos no mesmo barco”, não está apenas repetindo um ditado qualquer. [...]. A solidariedade no mar é fundamental para a vida dele e de todos os outros. [...]. O Marinheiro gosta do mar. E quanto mais gostar do mar, melhor marinheiro será. [...]. O Marinheiro tem tradições, para guardar e lembrar. [...]. O Marinheiro conhece bem a sua missão. Ele é responsável pela defesa da integridade nacional. Sabe da importância de estar sempre preparado para defender o seu País, e aceitar os sacrifícios.¹²⁴

Dotadas de força, as palavras carregam farta dose de subjetividade e soam de modo a instigar o imaginário. Elas, no entanto, perceptivelmente tomam a forma de mandamentos, procurando exprimir um modelo idealizado e deshistoricizado de marujo, muitas vezes colocado acima de qualquer suspeita. Na prática, é improvável que a Marinha de Guerra, ao longo da história, tenha tido a seu serviço, de maneira plena, estes indivíduos apresentados como verdadeiros “super-homens”. Trata-se de uma visão simplista e alheia a qualquer senso crítico afirmar categoricamente que todo marinheiro, como sugere o texto, é, de fato, “um amante da paz”, que realmente ele “gosta do mar” ou que invariavelmente, em todos os momentos de sua atividade profissional, a valentia se faz presente.

Dentro de sua condição humana, é mais sensato concebermos que igualmente há aqueles militares adeptos da guerra ou de outras formas de agressão – em um plano mais estrito – como recurso para resolver seus imbróglios. Navegadores aos quais a água salgada jamais tenha expressado maior significado, mas que, por determinadas circunstâncias de suas trajetórias, acabaram adotando como meio de trabalho e sobrevivência. Enfim, sujeitos que, diante de situações extremas no oceano, talvez tenham deixado de lado a sua valentia em prol de uma autopreservação. Além do apurado profissionalismo e senso de devoção ao seu ofício por certo existentes, o homem do mar seguramente também possui seus medos e incertezas; máculas e equívocos; angústias e momentos de reclusão.

¹²⁴ O HOMEM do mar. *Poder naval*, Rio de Janeiro, 1984, p. 4-5. Para a visualização da referida imagem, consultar o anexo J do trabalho.

Baseados no forte tradicionalismo da Marinha, supomos que o estereótipo retratado no *Poder naval* seja bem parecido com o que, na primeira metade do século XX, era buscado pela corporação como padrão moral e profissional dentro de seus quadros. Nessa época, conforme já ressaltado, as escolas de aprendizes, multiplicadas por todo o território nacional, tornaram-se suas principais provedoras de novos reforços. De simples mão-de-obra auxiliar, os mais moços haviam se convertido no “futuro da Armada”.¹²⁵ Todavia, até que a cúpula naval passasse a definitivamente depositar nestes centros preparatórios a crença de que eles poderiam fornecer-lhe o que procurava – ou pelo menos algo que se aproximasse disso –, um longo percurso precisou ser trilhado.

A criação das primeiras companhias de aprendizes no Brasil, em meados do Oitocentos, parece romper com uma postura cultural ainda bastante comum naquele período: a pouca importância atribuída ao fator etário. Até então, a inexistência de espaços específicos aos meninos recrutados fazia com que seu aprendizado se desse em conjunto com homens feitos. Indo ao encontro dessa perspectiva, Philippe Ariès afirma que essa “promiscuidade das idades”, herança medieval, apenas se tornou preocupação pedagógica fundamental no ocidente a partir do século XIX.¹²⁶ Porém, malgrado a novidade, o voluntário continuou a ser visto como o elemento “mais apto” a ingressar na carreira naval, especialmente “por conta de sua livre e espontânea apresentação” em um contexto onde boa parte dos alistamentos eram forçados.¹²⁷ A impressão que temos diante desse fato é a de que os almirantes não vislumbravam ainda todo o potencial de se educar menores para a vida marinha.

Os primeiros passos mais contundentes no sentido de se valorizar as escolas só seriam dados a partir de 1910, após a Revolta da Chibata. Com a assinatura do Decreto 8400, em 28 de novembro daquele ano, a baixa de inúmeros praças suspeitos de estarem envolvidos com o motim foi iniciada. Uma verdadeira “limpa nos quadros da marinhagem”, nas palavras do comandante Heitor Xavier Pereira da Cunha, autor de uma obra em desagravo aos seus colegas mortos durante a insurreição.¹²⁸ Nessas circunstâncias, os pequenos seriam peças indispensáveis a fim de se “com-

¹²⁵ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, p. 67.

¹²⁶ ARIÈS, Philippe. A vida escolástica. In: _____. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981. cap. 2, p. 166-68.

¹²⁷ NASCIMENTO, *op. cit.*, p. 67.

¹²⁸ PEREIRA DA CUNHA, Heitor Xavier. *A revolta na Esquadra brasileira em novembro e dezembro de 1910*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1953, p. 108.

pletar os efetivos de bordo, desfalcadíssimos pela eliminação das centenas de marinhaes antigos”.¹²⁹ Alertada para a necessidade de uma melhor estrutura e profissionalização do pessoal, as autoridades navais fizeram com que as escolas ganhassem um destaque que até então não possuíam.

Apesar de obterem maior espaço, os aprendizes continuariam a ser minoria nos anos subseqüentes, de acordo com o almirante Álvaro de Rezende Rocha. Em suas considerações acerca da política de recrutamento na Marinha entre o final da década de 1910 e início da de 1920, ele expõe que as baixas, deserções, reformas, promoções e falecimentos faziam com que as necessidades anuais de reposição de pessoal “atingissem o número aproximado de 2400” homens. Destes, cerca de 1000 deveriam proceder das escolas, enquanto que os 1400 restantes seriam sorteados e voluntários. Segundo o oficial, “grandes transformações” nas fileiras somente seriam assistidas a partir do período entreguerras (1918-1942), após a adoção de medidas como a reforma de 1923, proposta pela Missão Naval estadunidense. O voluntariado passou então a ser percebido como canal de ingresso de sediciosos “com pouca ou nenhuma” educação na Armada, tendo a sua afluência bastante diminuída.¹³⁰

O tom empregado nas opiniões de alguns militares anuncia uma progressiva intolerância para com aqueles que se apresentavam espontaneamente. No começo dos anos 1930, por exemplo, o tenente Jorge Leite defendia que o voluntário era um elemento “sem instrução elementar e profissional, com o qual se perde o tempo no ensino e adaptação ao meio”. Além disso, “salvo raras exceções”, quem procurava as juntas de alistamento não o fazia por vocação, mas sim por estar desocupado, “lutando com sérias dificuldades até para a própria subsistência pessoal”. Para ele, “não raros” procediam “da escola do vício e da malandragem, sem a mínima noção de responsabilidade”. Da mesma forma, o oficial enxergava com restrições o sorteio, outro caminho para admissão. Apesar de a Marinha Mercante fornecer para a de Guerra “pessoal já adaptado ao meio e conhecedor das coisas marinheiras”, aquela era a reserva da Armada e não fonte de quadros para guarnecê-la.¹³¹

Preteridos os grupos de voluntários, as atenções voltaram-se definitivamente aos mais jovens. Fontes elucidativas para que observemos esse aspecto são os Al-

¹²⁹ AS ESCOLAS de aprendizes bastarão?. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 56, fev. 1912, p. 9.

¹³⁰ ROCHA, Álvaro de Rezende. Pessoal. In: MARTINS, Helio Leoncio (Coord.). *História naval brasileira*. v. 5, t. 2. Rio de Janeiro: SDM, 1985, p. 67-81.

¹³¹ AM, chamada 04/00853, gav. 003, rel. 83, cx. 061, p. 1-3.

manuaques do Pessoal, espécie de censo anualmente organizado pela Diretoria Geral do Pessoal e Inspetoria de Marinha.¹³² Menos analíticos que informativos, através deles é possível tabular os dados referentes à lotação da escola da Bahia e acompanhar de que forma evoluiu quantitativamente a entrada de alunos na casa:

TABELA 3

Lotação de alunos da Escola de Aprendizizes-Marinheiros da Bahia (1911-1934)

Ano	Vagas	Ano	Vagas
1911	...	1923	80
1912	200	1924	...
1913	200	1925	...
1914	100	1926	80
1915	40	1927	130
1916	25	1928	130
1917	60	1929	130
1918	60	1930	120
1919	60	1931	120
1920	60	1932	120
1921	60	1933	120
1922	80	1934	120

Fonte: AM – Almanuaques do pessoal da Marinha.

A lotação da Escola nos primeiros anos após a Chibata não diferia muito do número de matrículas por ela oferecidas em épocas anteriores. Nos anos de 1903 e 1905, por exemplo, as mesmas 200 vagas que acima aparecem foram disponibilizadas aos candidatos.¹³³ No entanto, o fato de vultosa oferta ter sido mantida mesmo depois da revolta reforça a tese de que os aprendizes serviram de base para a recomposição do Corpo de Marinheiros Nacionais, esfacelado pelo movimento. Passada a premência de se completar a tropa, no biênio 1915-1916, como se observa, a quantidade de postos foi drasticamente reduzida. Interpretando-se o fato, para a Marinha havia chegado o momento de replanejar suas instituições de ensino antes destas receberem um maior contingente de alunos. Há três anos, vale recordar, elas já

¹³² *ALMANAQUE do pessoal da Marinha* (vários, referentes ao período 1911-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: Imprensa Naval, 1912-1935.

¹³³ *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha* (referentes aos anos de 1903 e 1905). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1904; 1906, p. 58 e 57, respectivamente.

viviam sob novo regulamento – em tese, mais austero do que o anterior –, cuja implantação pode ser vista como medida inicial desse cuidadoso processo.

Em consonância com a exposição feita pelo almirante Rezende Rocha, a tabela 3 nos revela que o crescimento no número de vagas teve início pouco antes do término da Primeira Grande Guerra. Em 1922, mais 20 foram acrescentadas às 60 já ofertadas, retratando um aumento não muito significativo. Cinco anos mais tarde, um notável incremento superior a 60%, alcançando-se a abertura de 130 matrículas. Em 1930, finalmente, verifica-se uma ligeira redução, estabilizando-se a quantidade de postos em 120. Apesar de desconhecemos a lotação da Escola nas fases seguintes, não há indícios de que ela tenha sofrido grandes alterações até 1942, quando do ingresso do Brasil na luta contra o Eixo. A partir do seu segundo semestre, como já visto, o esforço de guerra terminou levando a Esquadra a ampliar ainda mais sua demanda por novos tripulantes.¹³⁴

O arrolamento de rapazes nas escolas era diretamente proporcional aos elogios por elas recebidos dentro da hierarquia naval. Para o comandante Arthur Dias, a Armada nacional tinha motivos de se “regozijar” dos resultados trazidos pela incorporação de grumetes egressos daquelas organizações. A corporação, dizia ele, estava “conseguindo frutos mais compensadores do que outras marinhas no engajamento de bons elementos para formação dos seus efetivos de bordo”. Depreciando o papel desempenhado pelo marujo voluntário, argumentava que no dia-a-dia dos navios, era “fácil perceber a superioridade de um marinheiro educado desde a infância para a vida complexa de homem de guerra e do mar em relação ao estranho surpreendido pelo acaso nas profissões mais diferentes”. Naquele mesmo ano de 1910, devemos lembrar, os menores se tornariam uma das soluções preponderantes para a crise enfrentada.¹³⁵

O ministro Alexandrino Faria de Alencar, por sua vez, em relatório ao presidente da República datado de abril de 1918, é enfático ao definir as escolas como “o melhor viveiro da nossa marinhagem de guerra”. Já à frente da Pasta quatro anos antes, ele reconhecia que, imprescindíveis, era por meio delas que se poderia “moralizar e instruir” o futuro marujo, obtendo-se assim a “perfeição” profissional. Argu-

¹³⁴ De acordo com os Almanques, variações numéricas semelhantes também se verificam em outras escolas de aprendizes-marinheiros, corroborando com a nossa perspectiva de análise.

¹³⁵ DIAS, Arthur. Ainda a instrução do pessoal. In: _____. *Nossa Marinha: notas sobre o renascimento da Marinha de Guerra do Brasil no quadriênio de 1906 a 1910*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Liga Marítima Brasileira, 1910. cap. 9, p. 264.

mentava que o marinheiro de então não poderia mais ser como o do passado, devendo seu engajamento ocorrer na “mais tenra idade”. Além de soldado, ele precisava ser igualmente um “especialista mecânico”, atendendo às complexidades técnicas vivenciadas pela Marinha moderna. Para que essa empreitada lograsse sucesso, eram exigidos “método, tempo e um terreno preparado”, expunha o almirante, manifestando aparente entusiasmo em sua prestação de contas ao chefe supremo das Forças Armadas.¹³⁶

Acompanhando à distância os benefícios trazidos pelas escolas, até mesmo nossos vizinhos argentinos renderam-se a elas. Ainda no começo de 1910, uma matéria publicada no *La Nación*, um dos mais influentes periódicos portenhos, tecia longas ponderações sobre o desinteresse das suas autoridades navais em criar centros para aprendizes. Simultaneamente, elogiava a acertada estratégia brasileira de incentivá-las como meio de alistamento. Defendendo que a melhor maneira de preparar o marinheiro era educando-o desde jovem, o jornal cobrava a concretização de projeto recente para a fundação de “uma ou duas escolas para grumetes”, que “tanta falta” faziam para a formação dos quadros subalternos da Marinha.¹³⁷ Essa preocupação parecia fundamentada. Afinal, nesse período, “apelando para antigas rivalidades”, Brasil e Argentina empreendiam acirrada corrida armamentista, sendo suas linhas de batalha oceânicas um dos tópicos que mereciam atenção.¹³⁸

Como se nota, portanto, a relação entre o desenvolvimento da nossa Armada e o funcionamento das escolas, para muitos oficiais, tornou-se algo indissociável. Se havia uma chance de dotar a corporação de elementos mais habilitados, essa, sem dúvida, seria através do ensino e doutrinação dos mais moços. Com sua personalidade e conhecimentos em etapa ainda inicial de construção, teoricamente seria mais fácil moldá-los de forma a atingir o produto final desejado. Transferindo-se esse processo para a rotina da Escola, a seguir passaremos a ver como ele se operacionalizava na prática, analisando as partes integrantes do curso preparatório para a vida marinheira. Posteriormente, no bojo dessa mesma discussão, tentaremos perce-

¹³⁶ *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha, vice-almirante Alexandrino Faria de Alencar* (referentes aos anos de 1913 e 1917). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1914; 1918, p. 191-93 e 122, respectivamente.

¹³⁷ Sobre a citada matéria, ver CONFRONTOS e sugestões. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 32, Rio de Janeiro, fev. 1910, p. 13-14.

¹³⁸ MARTINS, Helio Leoncio. Panorama dos primeiros anos da Marinha republicana. In: _____ (Coord.). *História naval brasileira*. v. 5, t. 1 B. Rio de Janeiro: SDM, 1997, p. 282.

ber se a instituição de fato se mostrava à altura das inúmeras expectativas geradas em torno dela.

2.2 – Os ensinos básico, profissional e complementar

De um modo geral, o preparo técnico e intelectual dos praças da Marinha do Brasil no decorrer da primeira metade do século XX, assim como o dos oficiais, era executado em três etapas. A formação inicial ficava a cargo das escolas de aprendizes-marinheiros, sendo que, por algum tempo, ela deveria ser completada na Escola de Grumetes, localizada no Rio de Janeiro. O segundo e o terceiro degraus estavam representados pelos cursos de especialização e aperfeiçoamento, respectivamente, ambos oferecidos pelas escolas profissionais. Essas, mais tarde, seriam substituídas em suas funções pelas denominadas escolas de auxiliares especialistas. Somente após o cumprimento desse demorado processo era que o jovem militar teoricamente alcançava plenas condições de ser integrado às guarnições dos navios. Convertia-se, enfim, em um combatente e profissional do mar.¹³⁹

Com referência à Escola de Aprendizes da Bahia e suas demais irmãs, essas proporcionavam aos futuros marujos “educação básica, incluindo a instrução primária”, além de “formação cívico-militar, mentalidade marinheira, culto às tradições navais, noção de disciplina e o grau de higidez compatível com as exigências da vida de bordo”.¹⁴⁰ Era por intermédio desse diversificado leque de valores e conhecimentos que elas davam as “boas-vindas” aos calouros e identificavam aqueles que, em sua concepção, reuniam os atributos necessários para prosseguirem na carreira. No entanto, similarmente ao que se sucedeu com a política de recrutamento, aqui também constatamos a ocorrência de algumas mudanças ao longo do tempo. Modificações que, se não chegaram a afetar a lógica de funcionamento da casa e outros aspectos mais amplos, redesenharam a estrutura e metodologia do curso por ela proposto, buscando aprimorá-lo.

Nos anos de 1910 e, ao que parece, até os de 1930, as escolas estavam divididas em dois grupos. As primárias ou de 1º grau, em maior número, preparavam os

¹³⁹ ROCHA, 1985, p. 81.

¹⁴⁰ *Ibidem*, loc. cit.

novatos com noções elementares pelo período de um ano. Logo após, os rapazes seguiam para uma das instituições modelo, também conhecidas como de 2º grau, onde deveriam submeter-se a mais quatro semestres de aprendizado. A unidade sediada na Bahia era uma delas. Centro da circunscrição norte, ela atendia aos estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba. No que diz respeito à distribuição dos menores, essa era feita da seguinte forma: a 4ª classe era destinada àqueles que chegavam sem saber ler ou escrever. A seguinte, aos que apresentavam deficiências na escrita e na leitura, precisando aprimorá-las. Os já alfabetizados, por sua vez, eram colocados na 2ª série, onde aprendiam matérias básicas. Por fim, os mais avançados formavam a 1ª classe, tendo contato com as demais disciplinas.¹⁴¹

Ao fim da década de 1930, o formato acima descrito não mais vigorava nas escolas. Em primeiro lugar, a idéia de classificá-las em duas categorias havia sido deixada para trás, voltando todas elas a receber mesmo tratamento. Aqui, inexistia qualquer alusão à antiga separação por séries, estando o corpo de alunos organizado em divisões e grupos. Além disso, nesse período, foi estabelecida a redução do programa para apenas um ano letivo, sendo que o seu conteúdo parece não ter enfrentado cortes drásticos. De acordo com o almirante Henrique Guilhem, essa última medida “permitiu a seleção de pessoal com mais idade e conhecimento, tornando as escolas menos dispendiosas para o Estado”. Assim, através de sua declaração, observamos uma Marinha à época preocupada em evitar, além dos órfãos e infratores, indivíduos de instrução quase nula.¹⁴²

A grade curricular do ensino básico compreendia, em linhas gerais, as áreas de Língua Portuguesa – incluindo gramática, ortografia e caligrafia –, Aritmética, Geometria, Ciências, Geografia e História do Brasil. Nada muito distante, portanto, do presente panorama educacional. Particularmente no período quando vigia a configuração em quatro semestres, destacamos que a aplicação dessas matérias apresentava ligeiras variações conforme a classe.¹⁴³ Nas fontes, é sentida a ausência da disciplina Redação. Desconfiamos que o exercício de suas técnicas, especialmente por

¹⁴¹ *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha* (referentes aos anos de 1905, 1907 e 1913). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: Imprensa Naval, 1906; 1908; 1914, p. 61, 43 e 196, respectivamente.

¹⁴² *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha, vice-almirante Henrique Aristides Guilhem, referente ao período 1937-1939*. Rio de Janeiro, [s.d.], p.178. Sobre a fórmula do curso para aprendiz no período, ver *REGULAMENTO para as escolas de aprendizes-marinheiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939.

¹⁴³ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 25171, Livro de notas mensais da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1933-1935).

meio de textos dissertativos, de fato não ocorresse. Examinando instituições de ensino civis no princípio do Novecentos, Ligia Costa Leite depara-se com questão idêntica. A suposta “interdição” para que o discente pensasse e criasse a respeito de sua individualidade, diz ela, só parece ter sido quebrada em meados dos anos 1920, de quando datam as primeiras redações livres encontradas pela autora.¹⁴⁴

Mesmo dentre as matérias disponíveis, havia aquelas que não recebiam igual acolhida da parte de alguns – ou quiçá da maioria – dos comandantes que passaram pela Escola. O tenente Teófilo de Faria era um deles. Tendo como alvo a equidade atribuída pelas normas avaliativas ao peso das disciplinas, em 1928 ele criticava abertamente as situações onde um estudante medíocre em Português, Aritmética e Geometria lograva aprovação tendo boas notas somente em Geografia e História. Em seu modo de ver, essas últimas, embora necessárias para o desenvolvimento do aluno, absolutamente não tinham a mesma importância daquelas áreas. Em se tratando de um centro cuja razão de ser fundamental era a capacitação técnico-naval, esse tipo de postura é de certa forma compreensível. Talvez para muitos oficiais, os estudos históricos, ainda que provavelmente inspirados no tradicionalismo do paradigma “rankeano”, não agregavam maiores benefícios à prática marinheira.¹⁴⁵

Sendo uma organização militar, seus professores, oriundos da escola normal, deveriam ser todos do sexo masculino. Até o início da década de 1920, pelo menos, eles aparentemente não gozavam de maior autonomia no exercício da sua atividade, já que a Marinha, nesse tempo, adotava uma metodologia de ensino eleita como a mais apropriada. Seu referencial era o educador Arnaldo Barreto, autor da *Cartilha analítica*, destinada justamente ao ensino das primeiras letras.¹⁴⁶ Seus pressupostos pedagógicos continham três elementos básicos: “a crítica à abstração, a defesa do movimento que vai do mais simples ao mais complexo, do que se sabe para o que se ignora”, além da ênfase dos sentidos e da observação como forma de aprendizado.¹⁴⁷ Em relação aos dois primeiros pontos, especificamente, visualizamos uma nítida

¹⁴⁴ LEITE, Ligia Costa. *A razão dos invencíveis: meninos de rua – o rompimento da ordem (1554-1994)*. Rio de Janeiro: EDUFRJ: Ipub, 1998, p. 58.

¹⁴⁵ AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 33.

¹⁴⁶ *ALMANAQUE do pessoal da Marinha* (vários, referentes ao período 1911-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: Imprensa Naval, 1912-1935; e ESCOLA de Aprendizes-Marinheiros. In: BAHIA. *Diário Oficial do Estado*: edição comemorativa ao centenário da Independência da Bahia (*fac-simile*). Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2004, p. 183.

¹⁴⁷ FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. *Cartilha analítica* de Arnaldo Barreto: um estudo do impresso produzido na Francisco Alves. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004, Porto Alegre. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2004. CD-ROM.

da aproximação com o racionalismo cartesiano, o que não nos surpreende. Afinal de contas, este é comumente apontado como item marcante da filosofia militar.

Como veremos no capítulo 3, essa sistematização guiava não só a base de pensamento durante as aulas, mas também a rotina da Escola como um todo. Apesar de metódico, porém, deve-se dizer que seu dia-a-dia era eventualmente permeado por certa flexibilidade. Em meados dos anos de 1910, por iniciativa própria ou sugestão das autoridades, a Marinha concedia permissão para que menores pobres das localidades fossem admitidos nas escolas como “externos”, sem compromissos de qualquer natureza. Através da educação primária e alguma instrução militar, eles começavam a ter, “sem obrigações, noções do espírito e disciplina militares que o povo de qualquer nação não pode deixar de ter”, acreditava o ministro Alexandrino. A despeito de ter sido achado escasso material relativo à questão, uma nota publicada em dezembro de 1915, no *Diário de Notícias*, insinua que a unidade sediada na Bahia promovia seleções nesse universo de jovens.¹⁴⁸

Sobre a parte profissional, é provável que os ensinamentos passados a esses alunos especiais representassem apenas uma pequena amostra daquilo o que era transmitido aos regulares. De forma semelhante ao que ocorria no curso elementar, aqui verificamos determinadas mudanças e adaptações de acordo com o período. Em uma lista abrangente, aprendia-se a respeito da aparelhagem e nomenclatura dos navios de guerra, obras de marinho, armas de fogo, remos e bordejos, sinalização, sondagens e rumos de agulha. Além disso, eram praticados exercícios de infantaria, artilharia e tiro ao alvo. Até a década de 1910, possivelmente, oferecia-se ainda nas escolas modelo formação nos ofícios de carpinteiro, serralheiro, limador, torneiro, foguista, ferreiro, calafate e caldeireiro de ferro e de cobre. Atividades típicas da vida de bordo – especialmente nos navios à vela – e que, ao final do século XIX, eram ministradas pela extinta Companhia de Aprendizes-Artífices.¹⁴⁹

Quase todos os instrutores militares eram praças, normalmente cabos ou sargentos. Por certo, muitos deles ingressos na carreira naval através das escolas. Os principais recursos didáticos à sua disposição eram manuais como *O aprendiz-mari-*

¹⁴⁸ RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha, almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar (referentes aos anos de 1915 e 1916). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1916; 1917, p. 45 e 95, respectivamente; BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 29 dez. 1915, p. 1.

¹⁴⁹ RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha (referentes aos anos de 1905 e 1913). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: Imprensa Naval, 1906; 1914, p. 61 e 196-97, respectivamente.

nheiro, elaborado e impresso pela própria escola da Bahia, “onde se encontravam lições de artilharia e outras técnicas da educação profissional”.¹⁵⁰ Nos anos de 1910, outra ferramenta utilizada pelos militares era a película cinematográfica *Como se faz um marinheiro*, produção nacional rodada em 35 mm. Uma atração à época, supomos. Neste mesmo período, as aulas de marinharia poderiam ser realizadas a bordo do navio-escola *Caravelas*, recurso que facilitava a assimilação dos exercícios e a adaptação dos menores ao meio marítimo. Não temos sua localização exata, porém acreditamos que permanecesse atracado ao cais da instituição ou, no máximo, fundeado a pouca distância dela.¹⁵¹

Por vezes, as técnicas aprendidas na Escola eram praticadas para além de suas grades e muros. Em 1928, por exemplo, após a fase inicial de treinamento interno, ao menos três incursões foram organizadas pela cidade do Salvador visando à execução de exercícios mais realistas e, conseqüentemente, um “desenvolvimento mais completo” dos recrutas. Essas movimentações de combate em terra compreendiam, dentre outras, lições de formação, maneabilidade, aproximação e contato com o inimigo. Na primeira oportunidade, percorreram-se 18 km em dois dias, marchando com apenas meio equipamento. Poucas semanas depois, uma segunda atividade de mesma extensão foi feita, sendo a distância vencida em apenas um dia. Animado com os resultados alcançados, o Comando logo programaria uma terceira investida, essa trilhando novas localidades da capital.¹⁵²

Outras maneiras de educar o físico dos meninos se davam por intermédio das aulas de ginástica, natação e esgrima, componentes do ensino acessório ou complementar. A cargo de instrutores civis, esses encontros eram normalmente ministrados seis vezes por semana, freqüência que indica sua relevância para a Marinha na capacitação dos aprendizes.¹⁵³ Retomando aqui a discussão suscitada no capítulo anterior em torno de Alcir Lenharo, presumimos que tal importância não estivesse estritamente ligada ao fato de que a robustez e a habilidade de nadar fossem requisi-

¹⁵⁰ *ALMANAQUE do pessoal da Marinha* (vários, referentes ao período 1911-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: Imprensa Naval, 1912-1935; e *A MARINHA de Guerra e o canhão. Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, nov. 1907, p. 5.

¹⁵¹ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12095, documento sem numeração; e *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha, vice-almirante Alexandrino Faria de Alencar, em 1909*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, p. 50.

¹⁵² AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 19-20.

¹⁵³ AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 11-13; e chamada 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161, p. 4-5.

tos indispensáveis ao labor naval. Rompendo-se essa fronteira, podemos pensar o desenvolvimento corporal enquanto condição necessária a fim de se obter a plena formação moral dos menores, além de um maior controle sobre eles.¹⁵⁴

Sob um ponto de vista mais lúdico, fazia ainda parte da educação complementar o aprendizado de instrumentos musicais, inclusive com a composição de bandas regidas por mestres não pertencentes ao quadro militar da Escola.¹⁵⁵ Entretanto, o elemento do currículo complementar que mais nos atrai a atenção, acreditamos, pouco tinha de divertido aos olhos dos discentes. Aplicadas uma vez por semana, as aulas de educação cívica estavam habitualmente sob a responsabilidade de oradores sem vínculo direto com a Armada. Vários, membros do próprio corpo docente da instituição. Em ensejos como as vésperas das “grandes festas nacionais”, esses preceptores “discorriam sobre as referidas datas, de modo a não só explicar o motivo da glorificação do dia, como procurando o levantamento do patriotismo dos menores”. Do mesmo modo, é provável que menções a heróicas figuras do passado se repetissem ao longo das palestras.¹⁵⁶

Tais discursos eram também reproduzidos de forma escrita, por meio de livros como *Pela Pátria*. Somente em julho de 1914, foram 54 exemplares dele remetidos à Escola pela Inspetoria de Marinha.¹⁵⁷ Um compêndio elaborado pelo professor Paulo da Silveira Rosas, essencialmente positivista, nos dá uma idéia dos valores passados aos aprendizes através de publicações do gênero. Listando os diversos deveres que o jovem alistado deveria cumprir em seu dia-a-dia, o autor enaltecia os compromissos patrióticos, prestando-se à nação “o culto do teu amor e servindo-a com todas as forças do teu coração”. Para melhor lhe ser útil, identificava os cuidados que o recruta deveria ter com seu próprio corpo, aconselhando-o a afastar-se de vícios como o alcoolismo e a preguiça. Afinal, a sagrada promessa de proteger o país, em sua opinião, seria executada com maior êxito por um “homem sadio”.¹⁵⁸

Ao contrário do que previa o regulamento das escolas de 1885, o de 1939 não traz integrada ao plano do curso a prática do ensino religioso, outrora sob a orientação de capelães navais. O fato de a proclamação da República ter oficialmente laici-

¹⁵⁴ Relembrando, LENHARO, Alcir. A militarização do corpo. In: _____. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986, p. 75 e 83.

¹⁵⁵ AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 11-13; e chamada 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161, p. 4-5.

¹⁵⁶ AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 5.

¹⁵⁷ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12095, documento sem numeração.

¹⁵⁸ ROSAS, Paulo da Silveira. *Instrução moral e cívica para os alunos das escolas de aprendizes-marineiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1964, p. 11-13 e 45-52.

zado o Estado brasileiro pode estar relacionado à mudança. Apesar de na primeira metade do Novecentos, talvez por força da tradição católica, ainda verificarmos a realização de atividades com os alunos que professavam essa fé, o que fundamentalmente parecia conduzir o doutrinamento das turmas, tendo-se por base a adoção de materiais como *Pela Pátria*, era mesmo o ideário de Augusto Comte.¹⁵⁹ Segundo José Murilo de Carvalho, os santos dessa “nova religião” criada pelo pensador francês, que tinha como alicerce a defesa não só da pátria, mas também da família e da humanidade como um todo, eram “os grandes homens” do passado. Seus ritos, as festas cívicas nacionais. Os padres e pastores, os próprios positivistas. Já sua filosofia e política apresentavam-se como os princípios teológicos.¹⁶⁰

Se por um lado existiam figuras que guardavam lugar cativo no seleto rol dos “grandes homens” da história naval, por outro havia aqueles que mereciam ser definitivamente esquecidos pelas novas gerações de marinheiros. Um deles era seguramente João Cândido. Exemplo condenável de insubordinação, tocar em seu nome durante o Estado Novo era perigoso, segundo Edmar Morel, jornalista que por longo tempo dedicou-se a averiguar o levante de 1910 e seus personagens. Considerado “assunto proibido”, as redações emudeciam diante do patrulhamento ideológico empreendido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda.¹⁶¹ Ainda hoje, transcorridos quase cem anos, o episódio acontecido nas águas da baía de Guanabara não é assunto que se aborde sem provocar certo desconforto nos círculos navais.

Oficial da Armada em fins do século XIX, Adolfo Caminha era outro que sofria restrições, sendo “cruelmente marcado por suas atitudes”. Sua obra-prima, *Bom-crioulo*, lançada em 1895, foi, assim como as publicações de Jorge Amado e José Lins do Rego, proibida durante muitos anos. Absolutamente não era material “para se dar de prêmio nas escolas”. Em vez de narrar o “escabroso tema” da pederastia no seio da corporação e as punições físicas sofridas a bordo, a crítica desejava que ele escrevesse algo “travesso, alegre, patusco; contando cenas de alcova ou de bordel, ou noivados entre as ervas, à lei do bom Deus”. Em outras palavras, um livro que não escandalizasse ou comprometesse a imagem da Marinha de Guerra. À época, o pró-

¹⁵⁹ BRASIL. *Coleção das leis do Império do Brasil de 1885*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 32, parte 1 – t. 48, parte 2, 1886, p. 203; e *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha, almirante Alexandrino Faria de Alencar, em 1925*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1926, p. 29.

¹⁶⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 130.

¹⁶¹ MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 237.

prio editor, Domingos Magalhães, da Livraria Moderna, foi supostamente alvo de represálias arquitetadas pelas autoridades.¹⁶²

Pierre Bourdieu afirma que “todo ato de transmissão cultural implica necessariamente na afirmação do valor da cultura transmitida e, paralelamente, a desvalorização implícita ou explícita das outras culturas possíveis”.¹⁶³ Associando-se esse raciocínio à mecânica das aulas de educação moral e cívica oferecidas pela Escola, podemos levantar a hipótese de que, para os militares, propagar aos seus pupilos aquilo o que elegiam como positivo e relevante não era o suficiente. Além de “bombardeá-los” com louvores à família e à pátria, mostrava-se conveniente o “exorcismo de determinados fantasmas”, a exemplo da Revolta da Chibata e do romance entre os marujos Aleixo e Amaro, protagonistas do livro de Caminha. Para tanto, talvez bem mais do que recorrer a ataques frontais e agressivos – vistos aqui como as desvalorizações explícitas aludidas por Bourdieu –, os docentes optassem por táticas indiretas como o reforço dos itens presentes na cartilha do “bom” marinheiro ou simplesmente o silêncio em relação àqueles incômodos e embaraços.

Das etapas que compunham o curso, o ensino dos rudimentos cívicos, supomos, era a única em que os moços não eram sabatinados por seus superiores. Pelo menos nenhuma fonte traz qualquer referência a respeito de tal procedimento. Para todas as demais áreas eram aplicados exames orais e práticos, atribuindo-se notas de zero a dez. Até o início da década de 1930, eles eram semestrais, normalmente realizados na última quinzena dos meses de junho e novembro. Em seguida, as avaliações passaram a ser mensais, oferecendo-se aos aprendizes a oportunidade de atingirem a média exigida – fixada em quatro, pelo menos por determinado período – por meio de provas finais administradas ao término do ano letivo.¹⁶⁴

Sobre o desempenho quantitativo dos recrutas nas disciplinas básicas e complementares, apenas um documento foi localizado no AM: o Livro de notas mensais da Escola referente ao período 1933-1935. Superficiais no que tange à questão, os relatórios de serviços anualmente elaborados pelos seus comandantes limitam-se a apresentar um balanço estatístico das aprovações e reprovações registradas na instituição. Essa escassez, entretanto, não deve ser assinalada como o único obstáculo para que melhor observemos os resultados alcançados pelos jovens no decorrer de

¹⁶² MOREL, 1986, p. 236-37.

¹⁶³ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005, p. 218.

¹⁶⁴ AM, chamada 04/00853, gav. 003, rel. 83, cx. 061, anexo 11; e *REGULAMENTO para as escolas de aprendizes-marinheiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939, p. 5-6.

sua preparação. Além dela, também salientamos o quão complexo mostra-se perceber os reais avanços físicos, técnicos e intelectuais do alunado dentro de um modelo educativo onde as valorações numéricas aparecem como recurso fundamental para se aferir os conhecimentos adquiridos.¹⁶⁵

Pelo menos no triênio acima referido, notamos que na visão dos avaliadores grande parte dos calouros que chegavam à Marinha tinha muito que melhorar. Somente em fevereiro de 1933, primeiro mês de aulas e verificações, nada menos que 26 notas zero foram conferidas aos discentes da 1ª série em um universo de 264 resultados. Isso corresponde a quase 10% do total. Se contabilizarmos as demais médias inferiores a quatro, esse percentual eleva-se vertiginosamente. Contribuindo de forma significativa com o baixo rendimento da turma encontramos os aprendizes Manoel Miranda e Arnaldo Gonçalves dos Reis. Em cada histórico, acompanhando alguns espaços em branco, constam três zeros, uma nota um e várias outras notas insatisfatórias. Ainda que seja possível identificarmos problemas em todas as áreas, as grandes vilãs não só para estes dois, mas igualmente seus colegas, pareciam ser as matérias do ensino elementar.¹⁶⁶

Ultrapassadas as dificuldades iniciais, de modo geral, observamos uma sensível elevação do rendimento nas fases subseqüentes. Alguns deles, como o do jovem Rodolfo Passos, amazonense de 14 anos, são emblemáticos. Tendo inaugurado seu boletim com duas notas três em Aritmética – ao lado de Língua Portuguesa, a principal responsável pelo mau desempenho dos menores –, em abril ele conseguiria obter seu primeiro cinco, valor que se repetiria em julho e agosto. No mês seguinte, reprisaria o seis alcançado em maio, sua melhor média até então. Terminando o ano com um oito e um dez em outubro e novembro, respectivamente, pressupomos que Rodolfo tenha atingido, na concepção do seu professor, o nível de aprendizado exigido pela disciplina a fim de ser promovido à classe seguinte.¹⁶⁷

A despeito dos progressos conquistados por muitos, os índices de reprovação, a depender do grupo, poderiam ser bastante altos. Em 1928, por exemplo, dos 36 alistados que formavam a 3ª série, apenas 10 foram aprovados nas apreciações da educação básica. Naquele ano, de um total de 139 aprendizes inscritos, 53 não lograram êxito, número, ainda assim, bem menor do que o registrado em 1927, con-

¹⁶⁵ Para a visualização de uma das páginas do referido livro, consultar o anexo K.

¹⁶⁶ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 25171, p. 14.

¹⁶⁷ AM, Divisão de Documentos Escritos, estantes 25168, termo 404; e 25171, p. 14-15, 26, 28, 31, 33 e 36.

forme fonte descoberta. Então, para que se tenha uma idéia, somente 50% dos concluintes alcançaram o sucesso desejado pelos oficiais, sendo remetidos à Escola de Grumetes.¹⁶⁸ Criado em 1911, este era o centro de instrução complementar para onde eram enviados os melhores alunos egressos das escolas de aprendizes. Os de pior qualificação, por sua vez, eram diretamente encaminhados ao quartel central do Corpo de Marinheiros Nacionais, logo assentando praça.¹⁶⁹

Aos que definitivamente não conseguiam acompanhar o curso, na opinião dos examinadores, o destino habitual era seu desligamento. Em 1916, nada menos que 24 meninos foram excluídos do programa pelos militares, grande parte deles provavelmente em função das deficiências apresentadas.¹⁷⁰ Engrossando a lista de dispensados do ano anterior talvez estivessem os pequenos Mário Severino Mascarenhas e Joaquim Antonio da Silva, recrutas números 67 e 122, respectivamente. Em correspondência endereçada no mês de junho ao capitão-tenente Virgílio de Mesquita Barros, comandante da Escola, o professor Moisés Carlos dos Santos expressava sua preocupação para com os mesmos. Embora fossem “freqüentadores assíduos” das suas aulas, afirmava ele, ambos ainda não haviam atingido o “desenvolvimento intelectual” esperado, revelando-se “improficuos todos os métodos que, pela pedagogia moderna”, eram “aplicáveis ao caso”.¹⁷¹

Passar pelo crivo dos responsáveis lotados em Salvador, porém, não garantia a incorporação definitiva dos rapazes à Armada. Desembarcando em terras sulistas após o término do estágio inicial, encontramos vários deles que, mesmo endossados pelos pareceres de seus mestres, eram devolvidos a quem de direito pelas organizações competentes sediadas no Rio de Janeiro. Em um dos casos, ocorrido em fevereiro de 1915, o então diretor da Escola de Grumetes, capitão-de-fragata Augusto Teotônio Pereira, dava ciência ao seu colega comandante da escola da Bahia sobre a restituição de dois dos seus estudantes. Segundo o militar, Agenor de Senna Farias, identificado com o número 23, e Péricles Vieira dos Anjos, 70, haviam sido julgados “fisicamente incapazes” nos testes preliminarmente realizados pela Inspeção de

¹⁶⁸ AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 2-3.

¹⁶⁹ ROCHA, 1985, p. 84; e *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha, doutor Joaquim Ferreira Chaves, em 1921*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1921, p. 61.

¹⁷⁰ *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha, almirante graduado Alexandrino Faria de Alencar, em 1917*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1917, p. 104.

¹⁷¹ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12096, documento sem numeração.

Marinha. É admissível que, uma vez de regresso, pouco depois eles tenham sido entregues aos seus pais ou tutores.¹⁷²

De acordo com a documentação, as causas dessas reprovações pareciam estar mais relacionadas à benevolência e descuidos por parte da Escola de Aprendizes do que a uma excessiva rigorosidade hipoteticamente praticada pelo inspetor naval. Em 1929, passados apenas quatro anos da implantação de novas regras relativas à observância dos atributos físicos e intelectuais dos concorrentes, o tenente Raul de Santiago Dantas tecia críticas ao conjunto de educandos achado por ele ao assumir a instituição. Referindo-se indiretamente ao seu antecessor, afirmava estar convencido de que, por razões que escapavam à sua alçada, houve “certa negligência” na matrícula dos pretendentes, apostando na pressa como um dos motivos para tal situação. Em face de tantos alistados “fora da idade regulamentar”, apresentando “defeitos físicos” e “completamente” analfabetos, denunciava o administrador, sua decisão foi pelo afastamento de alguns deles.¹⁷³

Além disso, não devemos desprezar o fato de que inúmeros indivíduos chegavam à Escola de maneira compulsória, por intermédio de juizes de menores, autoridades policiais, estabelecimentos assistenciais ou mesmo de seus genitores. É razoável imaginarmos que muitos deles, em protesto ao ato ou por pura ausência de vocação, não demonstrassem a motivação e o empenho necessários em sala de aula e nas avaliações, sendo assim reprovados. Indo ao encontro dessa possibilidade, o ex-aprendiz João Palma Netto expõe em seu livro de memórias que, dentre seus camaradas de turma, facilmente identificava-se aqueles que estampavam no semblante uma “descrença imediata e total” em relação à rotina da casa. Os que, “sem disposição, desanimados” e “irreverentes”, conforme suas impressões, não exibiam “alma ou fé para viver a vida marinheira”.¹⁷⁴

Reduzir o problema do baixo desempenho dos recrutas única e exclusivamente à sua seleção, entretanto, seria algo simplista e equivocado. Em outubro de 1909, certo indivíduo chamado Domingos Fonseca, possivelmente oficial de Marinha, assinava um artigo na *Liga Marítima Brasileira* censurando a forma como os aprendizes

¹⁷² AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12095, documento sem numeração.

¹⁷³ AM, chamada 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161, p. 1-2. Sobre as normas para recrutamento de 1925, estas foram estabelecidas pelo contra-almirante Machado Dutra, chefe do Estado-Maior da Armada. Dentre outros pontos, previam a eliminação de candidatas alcoólatras, “débeis mentais” e “atrasados escolares em geral”, além dos portadores de doenças agudas e crônicas. (O FUTURO marinheiro. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 45, n. 1, jul. 1925, p. 169).

¹⁷⁴ PALMA NETTO, João. *CS-4 – Caça-submarinos Gurupá: memórias de um marinheiro*. Salvador: Jubiabá, 1984, p. 20.

eram preparados. Não obstante a Escola contar com um navio-escola em determinados períodos, o ensino profissional era substancialmente praticado em terra firme, o que não habilitava os rapazotes “a serem bons e futuros marinheiros”, no ponto de vista do articulista. Em vez de se exercitarem “sob ‘coberta enxuta’” e dormirem “em camas confortáveis e fixas”, argumentava, melhor seria se eles aspirassem “as sal-sas evaporações do oceano”, pisassem em um convés sujeito aos “rudes balanços” da embarcação e ouvissem “os fortes látegos dos vendavais”.¹⁷⁵

Quase duas décadas mais tarde, utilizando-se de discurso análogo, o tenente Teófilo de Faria comentava sobre a “falta completa de noção” que seus subordinados tinham “dos deveres do infante e de seu modo de se conduzir na guerra”. Essa deficiência, garantia, devia-se em grande parte à constatação de que os jovens, em solo ou a bordo, jamais haviam sido submetidos pelo comando anterior a determinados tipos de atividades bélicas e físicas.¹⁷⁶ Passados alguns anos, enquanto o ministro Arnaldo Siqueira Pinto da Luz ainda reconhecia a necessidade da criação de “um programa de ensino suficiente” para a preparação do alunado, seu colega de Pasta, almirante Henrique Guilhem, abordava em 1940 a urgência de se padronizar o funcionamento das escolas de aprendizes.¹⁷⁷

Outro aspecto que provavelmente afetava os resultados era a sistemática vacância de funções, em especial no corpo docente da organização. Somente ao longo de um recorte de seis anos, entre 1923 a 1929, a Escola permaneceu sem um oficial imediato em três oportunidades. Já no biênio 1933-1934, ela se ressentia da falta de alguns profissionais para completar o quadro de instrutores militares.¹⁷⁸ No que concerne aos professores normalistas, apenas as turmas mais adiantadas os tinham em 1912. Os principiantes estavam a cargo de dois sargentos auxiliares, o que tornava o ensino “defeituoso”, segundo o vice-almirante Manoel Ignácio Belfort Vieira, em virtude da “pouca instrução” destes últimos.¹⁷⁹ Dezesete anos depois, seria a vez dos

¹⁷⁵ FONSECA, Domingos. Idéias e opiniões: escolas de aprendizes-marinheiros. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 28, out. 1909, p. 12-13.

¹⁷⁶ AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 19.

¹⁷⁷ *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha* (referentes aos anos de 1929 e 1939). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1930; 1940, p. 31 e 115, respectivamente.

¹⁷⁸ *ALMANAQUE do pessoal da Marinha* (referentes aos anos de 1923, 1926, 1929, 1933 e 1934). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1924-1935, p. 436, 583, 927, 746 e 756, respectivamente.

¹⁷⁹ *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha, vice-almirante Manoel Ignácio Belfort Vieira, em 1913*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1913, p. 110.

alunos da 2ª série ficarem sem seu regente durante o primeiro semestre, após licença solicitada pelo educador Manoel Paulino de Lima.¹⁸⁰

Os problemas enfrentados pela instituição, todavia, eram bem mais abundantes. Em muito extrapolavam as falhas cometidas nos processos seletivos, a carência de material humano e a inexistência de uma standardização pedagógica na transmissão dos conteúdos. Além disso, como veremos no tópico seguinte, eles estavam relacionados não só ao curso propriamente dito, mas também às estruturas física e administrativa que permitiam o seu funcionamento, interferindo na formação dos futuros marujos de diversas outras maneiras.

2.3 – As condições estruturais

Em sua edição de 22 de abril de 1910, o jornal *Diário de Notícias* anunciava à sociedade baiana a inauguração do novo edifício da Escola de Aprendizes-Marinheiros, ocorrida na tarde da véspera, feriado nacional de Tiradentes. Contando com as presenças de figuras como o chefe do Serviço de Engenharia, Theodoro Sampaio, a cerimônia teve lugar no grande salão superior, futuro dormitório dos meninos, onde o fiscal do governo junto às obras, Alberto Teixeira Ribeiro, fez a entrega oficial ao comandante da casa, capitão-de-corveta Abdon Ferreira Caminha. Um pouco mais ao sul dali situava-se o antigo prédio da Escola, noutro tempo base do Arsenal de Marinha e da Companhia de Artífices navais. Ligado ao recém-erigido patrimônio por um passadiço, ele continuaria a ser mantido em atividade pelos militares, abrigando certas acomodações e ambientes de ensino.¹⁸¹

Exatos dois anos após o batismo das modernas instalações, entretanto, o ministro Belfort Vieira estranhamente tornava pública a sua precariedade estrutural. De acordo com seu relato ao presidente Hermes da Fonseca, o imóvel, cuja construção visara melhorar as condições operacionais do estabelecimento, apresentava “grande defeito no telhado” tornando-o “quase inabitável” no período de chuvas. Com os dias contados, a velha sede, por sua vez, necessitava de “sérios reparos”, pois todo seu

¹⁸⁰ AM, chamada 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161, p. 2.

¹⁸¹ BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 22 abr. 1910, p. 3.

vigamento, forro e assoalho estavam em “mau estado”.¹⁸² No intuito de salvá-la, em 1914 a Sétima Região Militar, atendendo à solicitação do comandante Olavo Luiz Vianna, constituiu uma comissão formada por três oficiais engenheiros a fim de nela realizar uma vistoria. Ainda que problemas tenham sido detectados, nada ou muito pouco foi feito. Quatro anos depois, condenado, o veterano edifício foi definitivamente esvaziado e, em seguida, demolido.¹⁸³

Tendo-se como fundamento as considerações de Álvaro de Rezende Rocha, tais adversidades não eram privilégios da escola da Bahia. No pós-Primeira Guerra, de acordo com ele, os centros preparatórios de aprendizes, além de numerosos, utilizavam-se de prédios “adaptados” e “deficientes sob todos os aspectos”. Quanto ao gerenciamento dos mesmos, aponta que “nenhuma idéia se tinha dos custos” de cada unidade, “nem das lotações, proporção aconselhável das turmas e localizações ideais”, revelando-nos uma face por demais desorganizada da nossa Marinha. Buscando corrigir essas “situações defectivas”, finaliza, foi feito um estudo pela Diretoria do Pessoal, medida que aparentemente trouxe resultados em longo prazo.¹⁸⁴ No fim da década de 1930, época em que a Escola ganhou uma ala gêmea e sua torre central, o ministro Guilhem comunicava uma sensível melhoria nas condições de funcionamento dos seus núcleos educacionais.¹⁸⁵

Até que esses supostos avanços fossem obtidos, porém, a instituição penaria por muito tempo, aliadas às vulnerabilidades de sua arquitetura, com crises sistemáticas de aparelhamento e abastecimento. Em 1928, por exemplo, o comandante Teófilo de Faria reconhecia a vital necessidade de que, no mês de dezembro, já tivessem os professores o material de ensino completo para quando se iniciassem as aulas. Somente desse modo, sustentava, a educação dos rapazes demonstraria “o seu verdadeiro caráter”. No entanto, em decorrência da escassez de verbas, a Imprensa Naval, órgão responsável pela distribuição dos livros, remetia apenas uma pequena parte do que era solicitado, ainda assim ao término do primeiro semestre.¹⁸⁶

¹⁸² *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha, vice-almirante Manoel Ignácio Belfort Vieira, em 1913.* Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1913, p. 108-9.

¹⁸³ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12095, documento sem numeração; e ESCOLA de Aprendizes-Marinheiros. In: BAHIA. *Diário Oficial do Estado*: edição comemorativa ao centenário da Independência da Bahia (*fac-simile*). Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2004, p. 183.

¹⁸⁴ ROCHA, 1985, p. 81.

¹⁸⁵ *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha, vice-almirante Henrique Aristides Guilhem* (referentes ao período 1937-1939 e ao ano de 1941). Rio de Janeiro, [s.d.], p. 177-78 e 195, respectivamente.

¹⁸⁶ AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 27.

Passado um ano, o embaraço permanecia sem solução. Fazendo coro ao seu colega, o tenente Santiago Dantas reclamava que, graças aos constantes atrasos no envio, o suporte didático continuava “bastante desfalcado”. Indo mais adiante, alegava que os poucos recursos disponíveis não eram suficientes para a recuperação dos escaleres com os quais se efetuava o treinamento dos alunos. As carteiras utilizadas por estes – em quantidade reduzida – e os quadros negros também “deixavam a desejar”, carecendo de reparos. A gravidade da situação era tamanha que nem mesmo bandeira nacional se tinha para as formaturas de parada, precisando os militares recorrer ao empréstimo de um pavilhão junto à Força Pública estadual.¹⁸⁷

Abrindo-se um parêntese, podemos afirmar que, dos documentos levantados, os relatórios anuais de serviço são aqueles que mais enriquecem as discussões em torno das fragilidades enfrentadas pela Escola. O fato não chega a nos causar surpresa, levando-se em conta que os pareceres foram escritos por pessoas que respondiam pelo comando da organização e, portanto, necessitavam conhecer de perto sua rotina. Lendo-se suas linhas, porém, é interessante perceber que os oficiais não se limitavam a apontar problemas e apelar por incrementos orçamentários, conduta que pouco os auxiliaria a granjear prestígio e galgar posições dentro da hierarquia naval. Mais rentável e conveniente era mostrar que, apesar da palidez financeira, benfeitorias se encontravam em andamento. Levar à consciência dos superiores que as ingerências e os erros cometidos pelas administrações precedentes estavam sendo paulatinamente retificados.

Outro transtorno que afligia os militares com certa freqüência relacionava-se à falta de iluminação da Escola. Em ofício remetido ao intendente municipal José Carvalho Filho em dezembro de 1900, o capitão-de-mar-e-guerra Antonio Alves Câmara solicitava seu apoio já que, “por conta do péssimo estado de conservação do encanamento de gás”, o estabelecimento achava-se privado de luz.¹⁸⁸ Aproximadamente 14 anos mais tarde, verificamos a ocorrência de impasse semelhante. Diante da negativa do ministro em autorizar a compra de lampiões a querosene e da ausência de verbas sentida por sua organização, o capitão dos Portos da Bahia, Augusto Heleno Pereira, informava ao responsável pelo centro de ensino que, a partir de 8 de agosto, a área do extinto Arsenal passaria a estar às escuras. O inconveniente permane-

¹⁸⁷ AM, chamada 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161, p. 4-5 e 11.

¹⁸⁸ AHMS, Processos e documentos militares federais, Intendência (1890-1927), cx. única, documento sem numeração.

cia sem solução mais de dois meses depois, após o inspetor de Marinha também recusar-se a liberar crédito para o restabelecimento da energia elétrica.¹⁸⁹

Similarmente ao que ocorria com o fornecimento de luz, e a despeito de ironicamente ser banhada pelo mar, a instituição era “muito mal” atendida quanto aos recursos hídricos. Para que tenhamos uma dimensão dessa carência, as fontes nos indicam que a instalação de água filtrada somente seria concluída em 1931, pagando-se pelo serviço a soma de um conto e 200 mil réis. Ainda no que concerne à alimentação, a louça do rancho dos aprendizes “estava de tal modo escassa” nesse período, “que os menores tomavam café e mate em pratos fundos e comiam com a mão”, conforme um dos relatórios.¹⁹⁰ Ponderosos a nosso ver, esses flagelos contrariavam diretamente o conjunto de regras sanitárias fixadas pela Armada desde, pelo menos, meados da década de 1920, e que deveria ser seguido pelas escolas.¹⁹¹

Dificuldades do gênero não passaram despercebidas aos olhos do diretor Geral de Saúde Pinto de Carvalho, após inspeção realizada no estabelecimento em outubro de 1914. Demonstrando preocupação em laudo posteriormente entregue à cúpula da casa, ele dizia que, embora fosse testemunha “do modo correto e dedicado” com o qual esta zelava pela vida dos seus jurisdicionados, “infelizmente” era forçado a transmitir-lhe a “detestável impressão” produzida pelo edifício da Escola. O estado em que este se encontrava, a seu ver, representava um “duplo perigo”. Aliada à evidente ameaça de ruína, o que podiam perceber “até olhos leigos em assuntos de engenharia”, havia, segundo o perito, o permanente risco à saúde dos que nele viviam. Afinal, fugindo o imóvel “a todas as prescrições de higiene”, qualquer surto epidêmico que batesse à sua porta encontraria “entrada franca e fácil”.¹⁹²

O receio manifestado por Carvalho era procedente. Nas primeiras décadas do século XX, período em que escreveu as palavras acima, diversas eram as moléstias que assolavam o país, em especial grandes centros urbanos como Salvador. Das que mais “alarmavam os especialistas”, podemos citar a cólera, o sarampo, a coqueluche e a varíola.¹⁹³ De uma maneira geral, essas doenças encontravam na falta de saneamento das ruas e espaços fechados oportunidades propícias à sua prolifera-

¹⁸⁹ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12095, documentos sem numeração.

¹⁹⁰ AM, chamada 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161, p. 12-13; e chamada 04/00853, gav. 003, rel. 83, cx. 061, anexo 17.

¹⁹¹ O FUTURO marinho. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 45, n. 1, jul. 1925, p. 169.

¹⁹² AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12095, documento sem numeração.

¹⁹³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 206.

ção, além de escolherem as crianças como alvos preferenciais. Investigando o panorama sanitário do Rio de Janeiro no início do Novecentos, June Hahner nos traz que, após exames procedidos em 1907 com operários cariocas entre os 12 e 14 anos de idade, descobriu-se que “três quartos” deles sofriam de tuberculose. Segundo as palavras da autora, esta era uma “clássica” enfermidade “dos locais insalubres de trabalho e dos cortiços” à época.¹⁹⁴

Ainda que advertissem os oficiais, as missivas vindas da Diretoria de Saúde e outras repartições não impediam que inúmeros males invadissem a Escola. Em fevereiro de 1932, portanto pouco tempo depois da instalação de água filtrada na casa, o Instituto Oswaldo Cruz submeteu os aprendizes ao primeiro teste de ovohelminscopia daquele ano. Dos jovens avaliados, somente o de número 85 recebeu resultado negativo. Todos os demais estavam acometidos por algum tipo de parasita, destacadamente o ascáris e o tricocéfalos.¹⁹⁵ Também por conta das privações infra-estruturais, os casos de doenças pulmonares tornavam-se corriqueiros no inverno, estação caracterizada pelas “bruscas” quedas de temperatura. Em 1919, inclusive, um recruta não identificado acabou falecendo em decorrência de uma pneumonia dupla, conforme registrado no relatório do ministro Raul Soares de Moura.¹⁹⁶

Este mesmo documento igualmente faz referência à varíola, que “com intensidade grassou” a cidade do Salvador, assim como à gripe espanhola que, desde o ano anterior, já devastava a capital baiana e boa parte do mundo.¹⁹⁷ Para se ter uma idéia de sua dimensão, na oportunidade quase seis mil marujos brasileiros foram vitimados pela moléstia nas organizações navais espalhadas pelo país, inserindo-se aí as guarnições dos navios que combatiam na Primeira Grande Guerra.¹⁹⁸ No que diz respeito à Escola de Aprendizes em particular, esta por várias vezes foi tomada pela pandemia ao longo do biênio em questão. De acordo com o jornal *A Tarde*, em sua edição de 1º de outubro de 1918, nada menos que 35 alunos haviam caído enfermos

¹⁹⁴ HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Brasília: Edunb, 1993, p. 227.

¹⁹⁵ AM, chamada 04/00853, gav. 003, rel. 83, cx. 061, anexo 12.

¹⁹⁶ AM, chamada 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161, p. 16; e *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha, doutor Raul Soares de Moura, em 1920*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1920, p. 99.

¹⁹⁷ *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha* (referentes aos anos de 1918 e 1919). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1919; 1920, p. 118 e 99, respectivamente. Sobre a questão, indico a leitura de SOUZA, Christiane Maria Cruz de. A gripe espanhola em Salvador, 1918: cidade de becós e cortiços. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 71-99, jan./abr. 2005.

¹⁹⁸ ROCHA, 1985, p. 91.

naqueles dias, infectados pela virose. Dos três cozinheiros que serviam à instituição, restava apenas um de pé, ainda assim sob a constante “ameaça do mal”.¹⁹⁹

Provido de uma modesta enfermaria, o estabelecimento não estava técnica e materialmente preparado para atender às ocorrências mais delicadas. Assim, frente a essas limitações, alguns discentes precisavam ser transferidos para as instalações da Marinha no Rio de Janeiro a fim de serem tratados. Dentre eles, encontramos os menores Manoel Ceciliano Lustosa e João Raimundo de Oliveira que, em agosto de 1910, padecendo de insistente beribéri, acabaram removidos para terras cariocas.²⁰⁰ Em outras ocasiões, a Escola contava com o suporte e a presteza do Exército que, por meio da Sétima Região, encarregava-se de efetuar inspeções de saúde no alunado. Após passar por uma delas em junho de 1914, o recruta de número 91, Dionísio de Cerqueira Lima, retornou à Escola acompanhado pelas atas dos exames e por um ofício rubricado pelo chefe daquele comando administrativo, general-de-brigada Ignácio de Alencastro Guimarães.²⁰¹

Centros de reabilitação civis igualmente acolhiam os aspirantes a marinheiros, em especial aqueles molestados por doenças infecto-contagiosas. Um deles, Alcides da Silva foi liberado pelos médicos do Hospital de Isolamento de Montserrat em julho de 1910, após várias semanas de tratamento contra a varíola. Naquele mesmo mês, seu colega aprendiz Thomaz Aquino de Andrade, até então internado no Hospital de São Lázaro, outra unidade onde os pacientes ficavam em retiro, recebia alta em virtude de não ter sido confirmado diagnóstico para os sintomas que apresentava. Em setembro daquele ano, não muito distante da capital, o diretor da Casa de Saúde de Itaparica, Augusto Gomes Villaça, enviava notícias aos oficiais da Marinha a respeito dos alunos Manoel Ceciliano Lustosa e João Raymundo de Oliveira, ambos vítimas de “sérias complicações intercorrentes do beribéri”.²⁰²

Da série de enfermidades que atacavam os recrutas também fazia parte a sífilis. Somente em 1931, 13 meninos portadores da doença deram entrada no ambulatório da Escola, sendo que seu tratamento não pôde ser terminado por falta de verba para a aquisição de antibiótico. Além destes, “outros muitos” necessitavam do anti-sifilítico na oportunidade. Porém, diante da “pequena quantidade existente”, sua ad-

¹⁹⁹ BPEB, *A Tarde*, Salvador, 1º out. 1918, p. 1.

²⁰⁰ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12091, documento sem numeração.

²⁰¹ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12095, documento sem numeração.

²⁰² AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12091, documentos sem numeração.

ministração havia sido restringida aos casos mais graves.²⁰³ Mais do que a incidência, o que aqui nos chama a atenção são as formas de contágio deste mal. Sexualmente transmissível, sua presença entre os aprendizes-marinheiros nos revela que, no cotidiano da instituição, o comportamento transgressor era algo que caminhava lado a lado com a disciplina à qual os rapazes estavam submetidos. É justamente a este aspecto que nos ateremos no próximo capítulo.

²⁰³ AM, chamada 04/00853, gav. 003, rel. 83, cx. 061, anexo 12.

CAPÍTULO 3

“NEM A MARINHA DEU JEITO!”

A partida de futebol disputada no gramado da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia no dia 30 de novembro de 1915 não terminou bem. Após acalorada discussão, o recruta Severino Claudino Franco apoderou-se de uma pedra e atirou-a na direção do seu colega Pedro de Andrade. Seriamente atingido na região temporal, o menor logo estaria banhado em sangue. Recebendo os primeiros-socorros por parte dos médicos Aristides Novis e Manuel Francisco Guimarães, este último profissional da casa, Pedro chegou a ser conduzido em ambulância do 50º Batalhão de Caçadores ao Hospital Militar, nas Pitangueiras, onde veio a falecer. No dia seguinte, rodeado por muitas flores e capelas com inscrições, o féretro seguiu em bonde da Linha Circular até o cemitério do Campo Santo, local do sepultamento. Compondo o numeroso cortejo estavam militares da Escola, inclusive seu comandante, capitão-tenente Virgílio de Mesquita Barros.²⁰⁴

Poucas horas depois, o oficial Barros tomaria suas primeiras providências em relação ao episódio. Seu passo inicial foi designar o imediato Aníbal Sales para presidir o Inquérito Policial Militar (IPM) a ser instaurado e que investigaria o incidente. Em seguida, enviou ofício ao chefe de Polícia e Segurança Pública do estado comunicando o desligamento do aluno Severino e a transferência de sua custódia às autoridades competentes, após breve recolhimento a bordo do cruzador-torpedeiro *Tamoio*. Além da carta, acompanharia o menor a arma do crime, posteriormente remetida para perícia no Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues. Coube ainda à administração da Escola a tarefa de comunicar aos pais do ex-aprendiz, residentes na Para-

²⁰⁴ BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 2 dez. 1915, p. 5.

íba, o trágico ocorrido, bem como enviar a estes um vale postal no valor de 40.150 réis, referente ao pecúlio formado por seu filho.²⁰⁵

Cerca de uma semana após a prisão de Severino no quartel dos Aflitos, o delegado da Segunda Circunscrição Policial, responsável pelas averiguações, dava início à convocação das testemunhas. Dentre elas encontramos o próprio tenente Sales, presidente do IPM, os enfermeiros Raimundo e Juvenal da Conceição, além do aprendiz número 127, de identidade por nós ignorada. Quase que simultaneamente, o major e advogado Cosme de Farias solicitava o *habeas corpus* do jovem junto ao Tribunal de Justiça baiano. Alegando irregularidades no processo, para ele o foro civil era incompetente para julgá-lo, haja vista o delito ter sido cometido em uma praça militar e entre militares. Apesar dos esforços empreendidos por Farias, seu cliente acabou enquadrado no parágrafo primeiro do artigo 294 do Código Penal em vigor (o de 1890), respondendo por homicídio simples e culposo.²⁰⁶

Diferentemente do que ocorre no Brasil dos dias atuais, a legislação da época previa a responsabilidade criminal do menor em quatro categorias. Dos 14 aos 17 anos, faixa etária em que normalmente se ingressava na Escola de Aprendizes, o discernimento, segundo a lei, era sempre presumido. Como pena, o condenado deveria ser recolhido a um estabelecimento disciplinar industrial pelo tempo que o juiz determinasse, não devendo lá permanecer após os 18 anos de idade.²⁰⁷ Esse quadro somente começaria a ser alterado com a criação do Código de Menores de 1927, primeiro conjunto de leis especificamente voltado à puerícia em território nacional. Com ele, a educação passou a substituir a punição como forma de regenerar a criança.²⁰⁸ Mais tarde, o novo Código Penal, implantado em 1940 durante a Era Vargas, passou a tratar os pequenos a partir de modernos conceitos sobre a infância, tornando-os irresponsáveis sob o ponto de vista penal.²⁰⁹

Grave e envolta em polêmicas, a situação protagonizada pelo jovem Severino Franco mobilizou parte da redação do *Diário de Notícias* por algumas semanas. Até

²⁰⁵ APEB, Secretaria da Segurança Pública, Setor Republicano, cx. 5, maço 1, f. 13; e AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12096, documentos sem numeração.

²⁰⁶ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12096, documentos sem numeração; BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 14 dez. 1915, p. 5; 13 jan. 1916, p. 5; e BRASIL. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert e Co., 7. ed., 1910, artigos 294-298.

²⁰⁷ SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 216.

²⁰⁸ Sobre a questão, ver MINEIRO, Beatriz Sofia. *Código de menores dos Estados Unidos do Brasil* – comentado por Beatriz Sofia Mineiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1929, p. 17-18.

²⁰⁹ RODRIGUES, Andréa da Rocha. *A infância esquecida: Salvador 1900-1940*. Salvador: Edufba, 2003, p. 21.

o início de janeiro do ano seguinte, várias foram as notas publicadas neste jornal relacionadas a ela, sendo-nos possível acompanhar os seus principais lances. A partir da segunda quinzena daquele mês, entretanto, as páginas do periódico infelizmente calam-se a respeito do destino do rapaz, inclusive sobre o veredicto do seu provável julgamento. Seja como for, o fato é que, ao atirar aquela pedra, Severino feriria não só o seu companheiro. Bem mais que isso, sua ação atingiria de modo dos mais extremos um elemento-chave tradicionalmente zelado pela Escola de Aprendizes e pelo universo militar como um todo: a disciplina.

3.1 – As bases hierárquicas e disciplinares

Um texto opinativo publicado em 1938 nas páginas do diário carioca *Jornal do Commercio* nos dá uma noção da importância atribuída à questão da ordem pelos homens que à época estavam à frente da Marinha de Guerra nacional. Nele, o comandante Luiz Autran de Alencastro Graça defendia a idéia de que a disciplina apresentava-se como a “mola real dos exércitos”. Mais do que isso, de sua “fiel observância” dependia “a segurança e estabilidade das instituições humanas”. O “espírito da disciplina”, dizia, não estava baseado “na firmeza das convicções ou das paixões tumultuosas, mas na educação e nos temperamentos”. Era na “alma das multidões” que se “forjava o futuro de um povo”. Na visão do oficial, porém, este futuro estava ameaçado. O abandono da disciplina pela juventude, que se deixava “seduzir displicentemente por credos e ideologias extremistas” daquele período, estava levando as sociedades a um franco processo de decadência.²¹⁰

Por constituírem-se como organizações navais, mas principalmente por serem responsáveis pelo estágio inicial de formação dos jovens que ingressavam na Armada, podemos considerar que às escolas de aprendizes-marinheiros era atribuído importante papel no resgate e preservação dessa disciplina que, segundo Alencastro, estava sendo perdida. Estruturadas como se fossem navios, sua hierarquia era composta por um estado-maior, do qual faziam parte o comandante, o imediato, demais oficiais, mestres e professores, e um estado-menor, integrado pelo fiel, instruto-

²¹⁰ GRAÇA, Luiz Autran de Alencastro. O conceito e o sentido da disciplina na Marinha. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 16 jan. 1938, p. 7. (Periódico encontrado no acervo da BN).

res militares e demais praças. Abaixo de todos, situavam-se os menores recrutas.²¹¹ Para alguns analistas, todavia, os militares deveriam receber destaque dentre aqueles que compunham a cúpula dos centros de ensino. Em 1925, por exemplo, Augusto Vinhaes argumentava que seus pares, oficiais, possuíam “mais extenso campo de atividade educadora e maiores responsabilidades que os professores civis”, visto serem “chamados a agir entre conjunto de homens no vigor da idade”.²¹²

Quanto à rotina dos rapazes, esta, igualmente, mantinha muitas semelhanças com a vida em alto-mar. Nas décadas de 1930 e 1940, ela era esquematizada da seguinte forma: alvorada às cinco horas da manhã, higiene, rancho (café), ginástica (por meia hora, seguida do banho de mar), formação por divisões em frente à Escola, divisão e execução de tarefas e faxinas, rancho mais elaborado às 7h30, descanso, parada militar, transmissão de ordens às oito da matina e hasteamento do pavilhão nacional. Em seguida era efetuada a distribuição por salas de aulas, sendo três delas ministradas pela manhã. No período da tarde, ocorriam as lições técnicas voltadas às especialidades de sinais, artilharia, máquinas, manobras torpedos e outras. Às 16 horas era tocado o “volta às aulas”. Às 17h30 se iniciavam as atividades esportivas, seguidas do banho, rancho, e da banca de estudos até as 20h45. Ao final do dia, tomavam chá mate e seguiam para o dormitório. Fugir a essa agenda, de um modo geral, somente nos momentos de folga ou nas férias de fim de ano.²¹³

O estabelecimento de uma grade tão dinâmica e rigorosa de horários nos leva a refletir a respeito de algo exposto por Pierre Bourdieu em seus estudos acerca das relações desenvolvidas no interior do sistema de ensino. Em sua visão, a eficácia do chamado poder simbólico, identificado pelo autor como o poder exercido no ambiente escolar, deve-se não ao uso da força física, mas a outro elemento que melhor o caracteriza: a capacidade de mobilizar os indivíduos.²¹⁴ Do mesmo modo, a questão nos remete a Edward Thompson. Debruçando-se sobre a “ditadura dos relógios” e a nova disciplina de trabalho promovida pelo processo de industrialização na Inglaterra, ele identifica a escola como uma instituição não fabril, mas que, no século XVIII,

²¹¹ AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 45-46.

²¹² VINHAES, Augusto. A educação do pessoal. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 45, n. 4, out. 1925, p. 580.

²¹³ BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 15 dez. 1937, p. 1; e PALMA NETTO, João. CS-4 – *Caça-submarinos Gurupá*: memórias de um marinheiro. Salvador: Jubiabá, 1984, p. 40-41.

²¹⁴ Sobre a questão, ver BOURDIEU, Pierre. *Sur le pouvoir symbolique. Annales*, Paris, v. 32, n. 3, maio/jun. 1977, p. 408-11.

igualmente “podia ser usada para inculcar” aquilo o que denomina como o “uso-econômico-do-tempo”.²¹⁵

Ainda no que concerne à discussão, Michel Foucault, por sua vez, afirma que a vida dentro das instituições é “repartida de acordo com um horário absolutamente estrito, sob uma vigilância ininterrupta. Cada instante do dia é destinado a alguma coisa, prescreve-se um tipo de atividade e implica obrigações e proibições”. Nestes ambientes, de acordo com o filósofo francês, “o poder se articula diretamente sobre o tempo, realiza o controle dele e garante sua utilização”. O corpo do sujeito permanece “diretamente mergulhado num campo político”, sendo que “as relações de poder têm alcance imediato sobre ele. Elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais”. Nada muito distante, a considerar a programação acima apresentada, do cotidiano enfrentado pelos internos da Escola de Aprendizes da Bahia.²¹⁶

“Sujeitar”, “obrigar” e “exigir” são alguns dos verbos que deixaram marcas no ex-aluno João Palma Netto. Em suas memórias, ele registra uma visão um tanto crítica e frustrada do universo naval, pouco condizente com as imagens e estórias marinheiras que trouxe na bagagem que o acompanhou desde Maragogipe:

Meses depois, já aclimatado, pude me aperceber do que seria a Marinha. [...]. Seríamos, ali, um igual a milhares na maneira de ser e poder. As diferenciações, as habilitações, as qualidades teriam pouquíssima ou nenhuma oportunidade para arrimar quem quer que fosse. Bitolamento. Escutar ordens, fazer o determinado, tudo preestabelecido, sem oportunidade para a desenvoltura de qualquer predicado. Máquinas algumas vezes mais convenientes que as de ferro, porque humanas, obedientes, e menos exigentes, que não podiam reclamar, encrencar e quase nada exigiam além de um saco, uma maca, meia dúzia de fardas por ano e, pronto.²¹⁷

Seguir um cronograma de atividades era apenas um dos itens que faziam parte do código disciplinar elaborado pelos superiores. Em 1939, o processo de “formação moral” dos meninos era avaliado através de vários outros critérios, dentre eles a “apreciação bimestral da aptidão para a carreira, garbo militar, entusiasmo profissional e acentuada correção de conduta, uniformes e atitudes”. Essas notas eram con-

²¹⁵ THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 292.

²¹⁶ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 25, 102 e 136.

²¹⁷ PALMA NETTO, 1984, p. 42.

cedidas por um conselho constituído pelo comandante e demais oficiais da escola, sendo que lograriam aprovação somente aqueles discentes que alcançassem média não inferior a quatro. Era justamente levando em conta a lisura moral dos rapazes, aliada ao seu aproveitamento técnico, que a direção da casa estabelecia uma hierarquia entre eles, conferindo-lhes as patentes de sargento-ajudante, primeiro-sargento, segundo-sargento, terceiro-sargento e cabo. Válidas unicamente durante o curso, essas graduações davam direito a uma gratificação fixada pela Armada.²¹⁸

Alistado em 1929, aos 15 anos de idade, o bonfinense José Rodrigues de Moraes surge no Livro de notas mensais de aplicação e comportamento como um dos alunos que, desde o início do curso, mais se destacavam em sua turma. Ostentando o posto de primeiro-sargento, o jovem obteve nada menos que 13 médias dez, de 14 possíveis, entre março e outubro daquele ano. Já o seu colega de classe Almir Alves de Oliveira, nascido em Remanso e residente na fazenda São Gonçalo, município de Curaçá, figura como exemplo de aprendiz que, apesar dos primeiros resultados negativos, parece ter gradualmente se adaptado ao perfil aceito pelos almirantes. Após ter recebido notas um e três nas avaliações inaugurais, ele encerraria o segundo semestre positivamente, em setembro e outubro, alcançando um nove e dois dez como marcas. Uma situação, considerando-se a amostragem por nós analisada, bem mais comum que a do recruta Moraes.²¹⁹

Outra forma de se agraciar os menores de “boa” postura era outorgando-lhes a medalha de ouro relativa ao prêmio *Marcílio Dias*, honraria criada durante a primeira passagem do almirante Alexandrino pelo Ministério da Marinha (1906-1910). Concedida anualmente ao melhor aprendiz nacional, a escola da Bahia teve como representante em 1937 o aluno de número 88, César Orlando Salles, eleito então o mais distinto daquela unidade. Além disso, os três jovens mais bem colocados de cada centro de ensino eram convidados a realizar uma viagem de instrução a bordo do navio-escola *Almirante Saldanha*.²²⁰ O governo estadual, por sua vez, também efetuava condecorações anuais. Em 1925, na gestão Góes Calmon, foram instituídas três insígnias (ouro, prata e bronze) a serem oferecidas àqueles que melhores notas obti-

²¹⁸ REGULAMENTO para as escolas de aprendizes-marinheiros. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939, p. 5-7.

²¹⁹ AM, Divisão de Documentos Escritos, estantes 25171, p. 2 e 4; e 25168, termos 78 e 124. Para a visualização de uma das páginas do mencionado livro, consultar o anexo L.

²²⁰ RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha, vice-almirante Alexandrino Faria de Alencar, em 1914. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1914, p. 196; e BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 15 dez. 1937, p. 1 e 3.

vessem ao longo do curso. Os primeiros agraciados foram, pela ordem, os recrutas Arlindo Costa, Antonio Joaquim Ribeiro e João da Costa Pinheiro.²²¹

Se por um lado havia os meninos que cumpriam satisfatoriamente as normas determinadas pelos militares, encarnando o papel de “máquinas convenientes” aludido por Palma Netto, por outro existiam os que não se ajustavam de modo adequado a elas. A estes aprendizes, dentro daquilo o que Foucault identifica como “duplo sistema de gratificação-sanção” estimulado no espaço disciplinar, não caberia qualquer troféu ou medalha.²²² Pelo contrário. Nas próximas páginas, nos dedicaremos a verificar quais eram os tipos de infração mais comuns cometidos pelos internos, bem como o leque de penalidades aplicadas a cada um deles. Mais do que isso, tentaremos nos aproximar das relações desenvolvidas no interior da Escola, buscando perceber, dentre outros aspectos, os motivos que levavam tantos rapazes a se insurgirem contra as regras estabelecidas.

3.2 – As contravenções e penalidades

Em 1913, foi lançada na cidade do Salvador uma publicação intitulada *Educação: livro dos bons costumes*, escrita pelo professor Luiz da Camino. Espécie de manual de comportamento endereçado especialmente aos mais jovens, suas linhas tratam de uma série de hábitos que, na visão do autor, deveriam ser evitados no convívio social. Dentro daquilo o que ele classifica como “atos inurbanos ou molestadores da sensibilidade de outrem” encontramos “pôr o dedo no nariz” e “cuspir no chão”. A lista dos “atos absolutamente inurbanos”, por sua vez, apresenta as “imperfeições físicas, intelectuais, morais e civis” como itens a serem rechaçados. Já no que diz respeito aos ditos “atos inconvenientes ou degradantes a nós mesmos”, eram passíveis de censura elementos como o excesso de peso e a afetação, esta considerada uma “caricatura da beleza junto à aparência do esforço”. Quanto aos “atos físicos absolutamente inconvenientes”, mereciam repreensão o “riso imoderado”, os “berros e zur-

²²¹ RELATÓRIO do Ministério da Marinha relativo ao ano de 1925. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1926, p. 29.

²²² FOUCAULT, 1987, p. 150.

ros” (pois o homem civilizado não deveria assemelhar-se a um asno), a gesticulação excessiva e os passos muito lentos ou rápidos, dentre outras condutas.²²³

Da mesma forma que o sistema educacional à época utilizava-se de recursos como o livro de Camino a fim de lapidar as futuras gerações, as escolas de aprendizes-marinheiros, em um plano mais estrito, também possuíam suas cartilhas de disciplinamento voltadas à formação dos pequenos marujos. Em nossas buscas nos arquivos navais, no entanto, infelizmente não foi possível encontrar nenhum documento que expusesse a íntegra dessas normas. Para as conhecermos – pelo menos em parte –, precisamos recorrer a ofícios e jornais do período, mas destacadamente aos chamados livros de contravenções penais, também conhecidos como livros de castigo. Era nas páginas desses tomos onde os militares de serviço, responsáveis diretos pela manutenção da ordem, registravam os atos cometidos pelos recrutas e que, de acordo com as normas internas, constituíam-se como faltas.²²⁴

Nos raros cinco volumes localizados referentes à escola da Bahia encontram-se anotadas não só as violações cometidas pelos menores e flagradas entre os anos de 1938 a 1942, como igualmente os castigos a eles aplicados pela instituição. Quase que diárias, a maioria absoluta das ocorrências – das mais simples às mais sérias – aparecem rubricadas por sargentos ou suboficiais. Sobre as punições, estas eram habitualmente determinadas pelo comandante, possivelmente a partir de consultas a um código penal específico ou ao restante do estado-maior da organização, ou mesmo por decisão pessoal. Ao lado da versão apresentada pelo militar – a qual quase sempre prevalecia – havia um espaço para a defesa do aprendiz. Além disso, vale ressaltar que, pelo que foi levantado, grande parte dos meninos era registrada nos livros. Poucos eram aqueles cujos nomes e números não são mencionados pelo menos uma vez em suas folhas.²²⁵

O controle exercido sobre os internos se iniciava por aspectos básicos como a observância da adequação e cuidado com o fardamento. Duas vezes citado no livro de contravenções em 8 de novembro de 1941, o recruta Wilson de Oliveira, além de ter sido encontrado descalço por um superior, havia se apresentado à guarda “com a roupa suja” naquele dia. Pelas falhas, acabou penalizado com a perda de duas licen-

²²³ CAMINO, Luiz da. *Educação: livro dos bons costumes*. Bahia: [s.n.], 1913, p. 2-3; 26-32 e 39-48.

²²⁴ Consultar o anexo M deste trabalho.

²²⁵ Inscrições nas capas dos livros de contravenções disciplinares relativos aos períodos 1938-1939 e 1939-1940 indicam que os mesmos correspondem aos 14^o e 15^o tomos pertencentes à Escola de Aprendizes da Bahia, respectivamente. Os dados nos levam a concluir que os livros, pelo menos sob esta denominação, somente começaram a ser adotados pela instituição na década de 1920.

ças. Na mesma página encontramos os nomes de Plínio Guimarães e Edilson Pires. Enquanto o primeiro fora notificado por ter “formado na parada sujo e rasgado”, o segundo havia comparecido à mesma sem sapatos, “não estando dispensado de calçar”. Já em 21 de outubro de 1938, por terem guardado peças de seus uniformes “atrás do armário de sua ala”, uma mostra de desorganização, os aprendizes Reginaldo Passos, Jorge Salles, Rex Henrique, Raymundo de Jesus e Álvaro Leal foram autuados pelo primeiro-sargento Isaías.²²⁶

Essa aparente falta de comprometimento estendia-se também à sala de aula, através de posturas compatíveis com a pouca idade dos futuros marinheiros. Em 14 de fevereiro de 1941, por exemplo, os recrutas de números 50, 86, 122 e 128, Tales Garcia, Paulo Caetano, Edgar Lima e Alberto Oliveira, “faziam algazarra” durante as explicações do professor, “não obstante serem observados pelos mais antigos”. Pela má conduta, a cada um deles foi aplicado um serviço de castigo. O discente Manoel Azevedo, por sua vez, foi colocado no livro quase dois anos antes pelo sargento Manoel José Duarte, acusado de estar jogando peteca em seus colegas no decorrer da lição, “em vez de procurar estudar”. Terminou penalizado com duas horas de serviço noturno por uma semana. Situação análoga promoveu o aprendiz 74, João de Oliveira, denunciado em outubro de 1940 por, além de soltar aviões de papel por ocasião da aula, fazer “gestos indisciplinados” após ser repreendido.²²⁷

Fazer imitações em momentos impróprios era outra diversão para os rapazes. No dia 11 de outubro de 1938, o menor Wilson Miranda foi censurado pelo primeiro-tenente Amaral por, na hora do exercício de canto, nas presenças do mestre de música e do sargento de serviço, ter “propositalmente” reproduzido o miar de gato “com o intuito patente de provocar indisciplinada no seio dos colegas que ensaiavam”. Mais adiante, em abril de 1940, nos deparamos com o caso do aluno número 39, Giovane de Araújo. De acordo com o cabo Arlindo Soledade, que assina a ocorrência, o referido recruta “procurava provocar gargalhadas dos seus colegas, imitando com a boca e as mucosas do braço uma ação das necessidades fisiológicas, interrompendo assim o silêncio que deveria reinar” no ambiente. Pelo ato, o comandante da Escola retirou de Giovane a possibilidade de ausentar-se da organização durante as folgas, aplicando-lhe como corretivo um mês de impedimento.²²⁸

²²⁶ AM, Divisão de Documentos Escritos, estantes 26428, p. 6; e 26432, p. 60.

²²⁷ AM, Divisão de Documentos Escritos, estantes 26428, p. 33; e 26430, p. 7 e 34.

²²⁸ AM, Divisão de Documentos Escritos, estantes 26428, p. 1; e 26429, p. 38.

Até mesmo nos protocolares cerimoniais de formatura e bandeira, tão tradicionais e significativos para as forças armadas, os meninos manifestavam atitudes condenáveis aos olhos dos inspetores. Em uma dessas passagens, ocorrida em fevereiro de 1939, o jovem Manoel Azevedo, segundo a anotação do sargento Duarte, “dava risada” enquanto perfilado para a solenidade de arriamento do pavilhão nacional, sendo conseqüentemente punido pelo seu comportamento. Igualmente castigado foi o aprendiz 22, Oscar Santos Silva, em 13 de agosto de 1940. Na versão do denunciante, este recruta precisou ser retirado da formação por estar “procurando arrastar” os demais componentes da sua divisão a perturbar a ordem. Supomos que, para a Marinha, segregar o sujeito fosse medida fundamental nestes casos onde uma ação individual pudesse influenciar aberta e diretamente a conduta coletiva. Afinal, o preço a ser pago por uma brincadeira generalizada poderia ser muito alto.²²⁹

Bem mais silenciosa, porém não menos lúdica, parecia ser a arte de caricaturar os superiores e companheiros de turma. Por ordem da direção da casa, o interno 51, Augusto de Almeida, terminou tendo seu nome acrescentado ao diário por achar-se fazendo desenhos do seu colega de número 81 no horário da aula. Próxima à assinatura do encarregado, cabo João Lima Costa, está registrada a pena recebida pelo jovem: duas horas de serviço noturno.²³⁰ A prática das caricaturas é algo reconhecido pelo ex-aprendiz Palma Netto em suas memórias. Em sua opinião, esse tipo de comportamento – assim como talvez vários outros – justificava-se basicamente pela falta de “orientação” e “vocação” dos educadores. Conforme suas palavras, as lições que assistiam, “muitas delas versando sobre matéria curiosa”, acabavam “assassinadas por expositores monótonos ou inexpressíveis”. Indivíduos que, a despeito de se esforçarem no “papel de professores”, admite, não conseguiam cativar os pequenos marinheiros que se reuniam diante deles.²³¹

Esse pouco interesse demonstrado pelos aprendizes poderia se manifestar de diversas outras formas. Em 13 de março de 1941, cinco deles foram citados por continuarem sem a menor afeição pelas aulas de canto, não obstante as advertências que tinham recebido. Um dos que compunham o grupo, o já mencionado Alberto Oliveira, “não abriu a boca” durante todo o ensaio, de acordo com o registro, enquanto seu camarada Oton Severo de Cerqueira somente chegou ao mesmo em seu final.

²²⁹ AM, Divisão de Documentos Escritos, estantes 26428, p. 33; e 26429, p. 86.

²³⁰ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 26428, p. 29.

²³¹ PALMA NETTO, 1984, p. 44.

Quatro meses mais tarde, um novo conjunto de menores seria incluído no livro por motivo parecido. Desta vez, “apesar das recomendações feitas em classe”, nenhum deles havia lido os textos de Português requisitados pelo professor. Cochilar em sala também era visto pelos militares como uma falta de compromisso. Este é o caso do jovem José Araújo Freitas, punido com duas horas de serviço noturno por quatro dias, em janeiro de 1939, por estar desfrutando de alguns minutos de sono.²³²

Por não acompanharem devidamente as aulas em função destes e outros motivos, não nos surpreende o fato de alguns moços serem flagrados “colando” durante as avaliações. Um deles, o recruta número 12, Antonio Leal de Oliveira, foi notificado em 15 de setembro de 1940 por ocasião de uma prova escrita. O aprendiz 56, Sinval Neves, por sua vez, foi pego por um cabo instrutor enquanto tentava, a partir de uma janela, “soprar” para um camarada que respondia – ou pelo menos buscava responder – às questões do seu exame. Posteriormente encaminhado ao primeiro-sargento Paula Rosa naquele 28 de outubro de 1941, o solidário Sinval acabou sendo oficialmente denunciado por este e penalizado pelo Comando da Escola com a prestação de um serviço em dia de licença.²³³

Se por um lado muitos dos passatempos praticados pelos aprendizes condiziam com a sua faixa etária quase infantil, por outro existiam aqueles que pareciam introduzi-los no mundo dos adultos; auxiliá-los de alguma forma a se afirmarem socialmente perante os colegas, superiores e demais grupos com os quais conviviam. Em 15 de dezembro de 1938, por exemplo, nos deparamos com o caso do interno número 71, Lourival Villa Maior. Este, mesmo sabendo ser proibida a ingestão de bebidas alcoólicas pelos menores, segundo os apontamentos do sargento João Damásio da Conceição, foi surpreendido na oportunidade com uma garrafa em seu poder. Levando-se em conta as “48 horas de prisão rigorosa” a que foi condenado, notamos o quão grave era esse tipo de falta para a Armada.²³⁴

Bem mais abundantes são os registros referentes a alunos que eram apreendidos por estarem fumando. Raro era o dia em que pelo menos um deles não acabava incluído nas páginas dos diários. Quase dois meses antes de o seu companheiro Lourival ser flagrado com bebida, o recruta Rubens Evangelista fora citado por ter sido visto pitando duas vezes – no passadiço e nas privadas dos aprendizes, respecti-

²³² AM, Divisão de Documentos Escritos, estantes 26428, p. 24; 26430, p. 53; e 26431, p. 37.

²³³ AM, Divisão de Documentos Escritos, estantes 26429, p. 98; e 26432, p. 47-48.

²³⁴ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 26428, p. 16.

vamente – em 18 de outubro. “Por ficar em abandono”, este último local, segundo anotação encontrada, era o preferido dos meninos. Por meio das fontes, descobrimos que as maneiras de se burlar a vigilância dos militares eram diversas. Apesar das recomendações para que não recebesse carteiras de cigarros dos licenciados que regressavam da rua, com o jovem Antonio Amorim, vigia do setor norte em 15 de maio de 1939, foram encontrados maços sigilosamente entregues a ele por seus camaradas Álvaro Moinhos e Valdir da Silva. Caso a sentinela não tenha agido sob coação, seu gesto demonstra que, em determinadas circunstâncias, existia certa cumplicidade entre os aprendizes.²³⁵

No que se refere aos entretenimentos que fugiam ao cronograma estabelecido, os banhos de mar fora do horário, tão convidativos em uma cidade como Salvador, aparecem como um dos prediletos dos discentes. Pela violação, Wilton Schmith foi sentenciado a prestar duas horas de serviço noturno, em abril de 1939. Em 2 de janeiro daquele ano, as atividades aquáticas já tinham proporcionado conseqüências um pouco mais sérias. Provavelmente durante uma aula de natação, os alunos 12 e 40, Jair Pinheiro e Ariosto Vieira Coutinho, “davam caldos” nos novos alistados, sendo castigados com oito horas de serviço e oito dias de impedimento, respectivamente. De acordo com o segundo-sargento José Martins Freire, militar responsável pelas anotações, Coutinho, além de incidir na mesma falta, foi ainda mais longe, afirmando que, mesmo após a repreensão recebida, não “deixaria de ‘dar caldos’” nos estudantes recém-chegados.²³⁶

As brincadeiras de mau gosto e perseguições a colegas, além de variadas, eram muito freqüentes na rotina da Escola. Em 21 de maio de 1941, o sargento Paula Rosa escrevia que, depois de apuração por ele realizada, descobriu-se que o recruta número 8, Souza Cairo, era o autor de uma série de sabotagens nas macas de seus companheiros. Recentemente, a do aprendiz 87 havia aparecido desmanchada, enquanto a do aluno 85, molhada e com areia. Já em março de 1940, sem motivo aparente, o menor Washington Quadros foi denunciado por chamar um de seus camaradas “de veado, na presença do cabo de serviço”. Sua pena: um dia de impedimento. Nem mesmo os rapazes responsáveis pela ordem eram respeitados por seus iguais. Em 23 de setembro do ano seguinte, por conta de ter sido alertado pelo encarregado

²³⁵ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 26428, p. 4-5 e 50.

²³⁶ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 26428, p. 19-20 e 48.

da turma, aprendiz 111, em virtude de estar “conversando em aula”, o aluno Antonio Carlos reagiu inadequadamente, mandando-o “tomar num certo lugar”.²³⁷

Algumas semanas antes, em 6 de agosto, outro interno, de nome Walter Salles, chamara seu colega número 34 de ladrão durante a aula de ginástica, “forçando-o a se retirar do exercício devido à insistência da humilhação”. Este episódio ocorreu cerca de quatro meses após o recruta 120, Cícero José do Nascimento, ter a quantia de 11 mil réis subtraída do seu saco de pertences, conforme denúncia registrada. Aqui, todavia, o jovem preferiu delatar seu companheiro 122 aos superiores em vez de enfrentá-lo diretamente. Na prudente opinião do sargento Paula Rosa, que assina a ocorrência, apesar do acusado mostrar-se há algum tempo como uma figura de comportamento misterioso – fator que fortalecia as suspeitas em relação a ele –, não se poderia assegurar que o mesmo fosse o autor dos “inúmeros furtos” que vinham acontecendo nas dependências da Escola.²³⁸

Em várias situações, incapazes de resolver as pendências existentes entre os meninos, as trocas de insultos e discussões acabavam se transformando em agressões físicas. Em fevereiro de 1939, por exemplo, Raimundo Amâncio e João Gomes foram incluídos no livro em virtude de terem sido achados em luta corporal no alojamento, após o toque de silêncio. No ano seguinte, seria a vez das duplas Paulo Santana e Wilson Azevedo, e Haroldo Amaral e Wilson Guimarães serem citadas pelo mesmo motivo, esta última flagrada durante uma aula de voleibol. Mais adiante, em 13 de maio de 1941, os recrutas sete, 117 e 121 deixaram de comparecer à faina de manobra geral para atacar a “socos e pedradas” o seu colega de número 87, recebendo como punição a perda de uma licença. A vítima – que confessaria mais tarde ser diariamente assediada pelo trio – acabou tendo melhor sorte do que o aprendiz Pedro de Andrade, cujo homicídio foi relatado na introdução deste capítulo.²³⁹

Nos apontamentos por nós analisados não foram descobertos episódios de agressões físicas cometidas pelos menores contra seus superiores. Por outro lado, os atos de deboche e desacato verbal direcionados a estes eram faltas praticamente diárias. Em anotação realizada em maio de 1941, o sargento Durval Teixeira Lima expunha que, ao passar por um grupo de sete recrutas, os mesmos “soltaram risadas” pelo fato de o aluno 102, Orlando Carvalhal, ter “dito palavras” à sua pessoa. De mo-

²³⁷ AM, Divisão de Documentos Escritos, estantes 26429, p. 14; 26431, p. 1; e 26432, p. 9.

²³⁸ AM, Divisão de Documentos Escritos, estantes 26430, p. 66; e 26431, p. 61.

²³⁹ AM, Divisão de Documentos Escritos, estantes 26428, p. 29; 26429, p. 10 e 67; e 26430, p. 96.

do similar, em outubro de 1938 o jovem Afonso Costa foi delatado pelo sargento Damásio em função de ter procurado ridicularizar-lhe perante seus colegas, chamando-o de girafa, “em voz alta”, quando o militar saía para terra. Este aprendiz seria protagonista de nova afronta dois meses depois. Ao receber uma ordem para uniformizar-se, ele, além de desobedecê-la, “desconsiderou” o encarregado, dizendo-lhe em tom desafiador que “só podia botá-lo no livro e que pancada não lhe dava”. Pelo incidente, o rapaz acabou sentenciado a “quatro dias de prisão rigorosa”.²⁴⁰

Entre o fim da década de 1930 – quando Afonso recebeu sua punição – e início da de 1940, o encarceramento aparece formalmente como o corretivo mais severo aplicado aos internos da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia. Considerando-se não só a frase atribuída ao referido recruta, como também o próprio amadurecimento organizacional alcançado pela Armada, é provável que casos como o veiculado no *Diário de Notícias*, em setembro de 1910, já tivessem sido superados há algum tempo. No dia 26 daquele mês, portanto em um momento anterior à Revolta da Chibata, o jornal denunciava que, segundo informações recebidas, a instituição continuava a “infringir castigos de há muito abolidos” nas classes militares. Na sexta-feira, 23, enquanto um aluno havia levado 400 bolos por estar deitado no capim, outro, por razões desconhecidas, fora surrado com 60 chibatadas. Coincidência ou não, no dia seguinte o comandante da casa, capitão-de-corveta Bernardino José Coelho, seria exonerado do cargo pela Inspetoria de Marinha.²⁴¹

Todavia, a despeito dos rotineiros serviços extras, repreensões, suspensões – estes mais freqüentes – ou mesmo detenções, a expressiva taxa de reincidência nos sugere que, muitas vezes, as penas adotadas não surtiam o efeito desejado pelos oficiais. Uma das situações que nos chama a atenção é a do aprendiz José Nogueira, citado por três oportunidades em um curto espaço de cinco dias. Além de transportar cigarros escondidos em uma caixa de sapatos, quando regressava da rua, o menino havia agredido a socos o seu colega de número 35, “porque este não lhe quis dar a chave do alojamento”, e se portado “de modo inconveniente” para com um sargento. Nome mais assíduo nos livros de contravenções é o de Wilson Pontes, mencionado

²⁴⁰ AM, Divisão de Documentos Escritos, estantes 26428, p. 2 e 16; e 26430, p. 94.

²⁴¹ BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 26 set. 1910, p. 1; e 27 set. 1910, p. 5; e AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12091, documento sem numeração. Sobre o referido amadurecimento, podemos apontar algumas conseqüências da revolta de 1910, a exemplo da abolição da Companhia Correccional (responsável pelos castigos), além da instituição de um novo código penal para a Armada (1911), da Auditoria de Justiça Militar (1919) e de um Regulamento Disciplinar para a Marinha (1923). Ver ROCHA, Álvaro de Rezende. Pessoal. In: MARTINS, Helio Leoncio (Coord.). *História naval brasileira*. v. 5, t. 2. Rio de Janeiro: SDM, 1985, p. 91.

nada menos que onze vezes apenas entre outubro de 1938 e janeiro do ano seguinte. Dentro dessa ampla lista de faltas, encontramos três punições por desobediência e uma séria acusação de ter detonado uma bomba no interior da Escola.²⁴²

Outro que parecia receber uma vigilância mais cuidadosa era o interno Ariosto Coutinho, há pouco citado pelos “caldos” que aplicava em seus colegas mais moços. Em 4 de janeiro de 1939, este jovem foi alertado pelo tenente de serviço pelo fato de não tê-lo cumprimentado ao retornar de terra. Como resposta, disse ao oficial “que já o havia feito várias vezes” naquele dia, e que não o fizera naquele instante, a exemplo de seus companheiros, por esquecimento. Questionado, de acordo com o militar, “se estava resolvido a tomar juízo”, visto ter sido libertado há poucas horas do bailéu e já estar cometendo nova infração, o menor retrucou que tinha “juízo demais, rindo-se ironicamente”. De novo repreendido, agora pelas risadas, e perguntado se estava “disposto a ser excluído da Escola”, Ariosto replicou, com o mesmo riso, que “talvez”. Ao lado da nota, o tenente acrescenta que o menor era reincidente em reclamações daquele tipo, além de ser um recruta “bastante indisciplinado e malvado”.²⁴³

Conforme a ameaça do oficial, a insistente desobediência de muitos meninos, assim como a gravidade de determinada violação e outros fatores, poderia levá-los à exclusão definitiva do corpo discente. Inicialmente a cargo de um Conselho de Disciplina formado por membros do estado-maior da Escola (no princípio do Novecentos), essas deliberações passaram a ser, em período por nós desconhecido, responsabilidade exclusiva do comandante da organização.²⁴⁴ Em abril de 1940, nos deparamos com o caso do recruta 17, Robson Lopes, desligado naquele mês após ter atirado ao solo, de modo malcriado, um pão. Antes disso, seu histórico já trazia outros atos reprováveis como xingamento a colega e desobediência. Passando ao mês de abril do ano seguinte, verificamos o afastamento do aprendiz 134, Jorge Passos. Censurado pelo praça auxiliar por assistir à reunião teatral com os pés sobre as cadeiras, reagiu

²⁴² AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 26428, p. 4, 11, 13-14, 16-18, 25-26 e 43.

²⁴³ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 26428, p. 20-21.

²⁴⁴ *RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha, vice-almirante Júlio César de Noronha, em 1906*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906, p. 60; e *REGULAMENTO para as escolas de aprendizes-marinheiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939, p. 8. Segundo este último, o desligamento do aprendiz poderia se dar nas seguintes situações: revelar mau caráter; tiver má conduta habitual ou praticar ato que o torne indigno da carreira; faltar à escola, sem licença, por período superior a oito dias; demonstrar ausência de qualidades julgadas necessárias para o exercício da profissão; demonstrar não possuir suficiente resistência física; revelar a incapacidade para aprender os assuntos que constituem o curso; e não conseguir as notas necessárias para ser aprovado no mesmo.

agressivamente, sendo preso por oito dias. Mais tarde, encarregado pela limpeza de sua divisão, “recusou-se a executar o serviço”, sendo então desligado.²⁴⁵

A sucessão de tantos enfrentamentos entre os aprendizes e seus superiores, além das incontáveis – e muitas vezes exitosas – tentativas dos primeiros de fugir às normas estabelecidas, nos remete a um posicionamento de Foucault, o qual nos ajuda a refletir sobre a questão. Segundo ele, não devemos

tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder [...] não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possui e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão.²⁴⁶

Ainda que de certa forma consigamos associar suas palavras às reações dos meninos, dizer que indivíduos tão jovens e recém-chegados ao hierarquizado universo naval exerciam poder nas relações com militares veteranos e que estavam vários postos acima do seu nos parece exagerado. Em vez disso, talvez seja mais prudente interpretarmos essa capacidade dos alistados afrontarem seus superiores a partir daquilo que Michel de Certeau afirma no seu *A invenção do cotidiano*. De modo semelhante a Foucault, ele reconhece que, dentro das sociedades, “as forças são distribuídas” entre seus componentes. Porém, enquanto “o poder se acha amarrado à sua visibilidade” – ou à sua institucionalização, de acordo com nossa leitura – a astúcia, outro elemento apresentado pelo autor, “é possível ao fraco e, muitas vezes, apenas ela como último recurso”.²⁴⁷

Outra discussão pertinente concerne às razões que levavam os recrutas a assumirem tão grande número de comportamentos inapropriados aos olhos dos militares. Em primeiro lugar, reiteramos um fator oportunamente já apontado: a faixa etária dos alunos. Afinal, é difícil imaginarmos a plena manutenção da disciplina em um

²⁴⁵ AM, Divisão de Documentos Escritos, estantes 26429, p. 36; e 26430, p. 88.

²⁴⁶ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007, p. 183.

²⁴⁷ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 101.

ambiente habitado por dezenas de jovens de 14 ou 15 anos, idades, em geral, marcadas por muitas pilhérias e poucas responsabilidades. Além disso, vale lembrar que parte deles chegava à Marinha compulsoriamente, fosse por intermédio dos pais, tutores ou representantes do Estado. Insatisfeitos com tal medida e sem conseguir encontrar a menor sintonia com a vida naval, supomos que alguns alunos procurassem forçar sua exclusão não só por meio de um baixo rendimento nos estudos, mas também através das indolências, zombarias e confrontações.

No que se refere a determinadas faltas, especialmente as agressões físicas e verbais, podemos compreendê-las como um modo de os rapazes se auto-afirmarem e se defenderem de um mundo muitas vezes estranho e hostil. De um universo que, na condição de parte integrante da esfera estatal, provavelmente tinha uma sociabilidade mediada por “relações burocráticas” e “pobre em afetividade”.²⁴⁸ Em seus estudos a respeito da vida nos quartéis, Peter Beattie apresenta um argumento que vai ao encontro dessa hipótese. Segundo ele, até o fim da década de 1920, pelo menos, o meio militar era um local onde se promovia o “ideal da masculinidade”, pressionando os soldados “a provar de tempos em tempos sua bravura e dominação”.²⁴⁹ Transferindo-se essa colocação para o âmbito da Escola, enxergamos as lutas corporais e ofensas disparadas pelos aprendizes justamente como algumas das maneiras deles demonstrarem os atributos mencionados pelo autor.

Citado apenas três vezes nos diários de castigo referentes a 1941, em nenhuma delas João Palma Netto aparece envolvido em grandes apuros e confusões. Isso talvez se justifique, dentre outros motivos, pelo fato dele ter se cercado de “dois amigos de infância dos tempos de Cachoeira” após chegar à instituição. Como o próprio ex-aprendiz admite, esse amparo e união foram importantes para que as adversidades encontradas no novo ambiente fossem superadas. Mais adiante, referindo-se às causas da rebeldia sua e de seus colegas, ele argumenta que, “por certo”,

no trato e no mando com uma coletividade como a Escola, o que determinava a gaiatice, a desobediência, a resistência passiva, o pouco caso, a falta de respeito dos aprendizes para com os superiores era

²⁴⁸ KOSMINSKY, Ethel Volfzon. Internados – os filhos do Estado padrasto. In: _____. MARTINS, José de Souza. (Coord.). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 158.

²⁴⁹ BEATTIE, Peter M. Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras (1860-1930). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 289.

muito menos a índole daqueles que o exagero, a falta de senso de justiça, a vingança e a incapacidade destes.²⁵⁰

Em consonância com a opinião expressada por Palma Netto, nos deparamos com algumas ocorrências onde alunos reagem a supostas arbitrariedades cometidas contra as suas pessoas. Em uma delas, registrada em outubro daquele mesmo ano, o recruta número 12, Otton França de Araújo, é denunciado pelo sargento Paula Rosa por ter atendido com “atraso considerável” a um toque de formação. Após mandar o cabo de serviço tomar nota da violação praticada – o que rendeu ao jovem a cassação de duas dispensas –, o encarregado ouviu deste último que “já estava acostumado com as injustiças da Escola”.²⁵¹

Ao lado de fatores como a saudade de casa e dos amigos, é possível que esses sentimentos de iniquidade e desproteção contribuíssem para que vários internos aproveitassem as folgas recebidas para viajar, sem a autorização dos militares, rumo às cidades do interior. No dia 1º de novembro de 1938, por exemplo, o aprendiz 119, Vécio de Moraes Santos, foi rebaixado de graduação por ter embarcado para o município de Maragogipe e regressado à capital com uma delonga de 36 horas em sua licença. Punição mais severa foi aplicada em outubro de 1940 ao alistado Genaro de Almeida, pelo fato de ter se ausentado de Salvador “por sua conta”: dois dias de prisão rigorosa. Passados alguns meses, em abril de 1941, o número 96, Edgar Teixeira de Carvalho, seria adicionado ao livro por ter retornado à Escola três dias após o término de sua licença. Segundo apurou-se posteriormente, o menino havia cruzado a baía de Todos os Santos de navio em direção a Cachoeira.²⁵²

De igual maneira, havia aqueles que se valiam das folgas para fugir definitivamente, desistindo da vida de aprendiz de marinheiro e, por conseqüência, da carreira naval. Em sua edição de 24 de julho de 1919, o *Diário de Notícias* tratava da detenção de um deles, Antenor Francisco Gomes, por solicitação do imediato da Escola. Localizado na véspera por prepostos do Gabinete de Capturas, o recruta 49 trabalhava em uma obra na região dos Barris.²⁵³ No seu relatório anual relativo a 1928, o comandante Teófilo de Faria afirmava que as deserções geralmente se davam por conselhos de parentes, conhecidos e namoradas. “Às vezes” conseguia-se realizar a apreensão do menor, “mas este insistia na deserção”. Esse tipo de conduta, alertava

²⁵⁰ PALMA NETTO, 1984, p. 38-39 e 48.

²⁵¹ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 26432, p. 17.

²⁵² AM, Divisão de Documentos Escritos, estantes 26428, p. 8; e 26430, p. 11 e 74.

²⁵³ BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 24 jul. 1919, p. 7.

o oficial, além de “encorajar os pouco obedientes” enfraquecia “sobremaneira a autoridade”. No sentido de coibir tal costume, ele defendia que, dentre os documentos exigidos no ato da matrícula, deveria haver um termo de compromisso assinado pelos pais dos candidatos ou seus responsáveis.²⁵⁴

Outra preocupação de Faria dizia respeito ao caráter e ao preparo dos praças que serviam na organização – em especial os marujos de baixa patente –, demonstrando que não só os meninos sentiam-se incomodados com o problema. Segundo o militar, a disciplina em geral era “sempre afetada com a presença de marinheiros incultos e que não” correspondiam “ao desenvolvimento intelectual do meio”. Afinal de contas, argumentava ele, o aprendiz via no veterano “o seu companheiro de amanhã e, com a sagacidade própria de sua idade”, tirava “conclusões muito depreciativas” quando lhe era oferecido “um condutor que, algumas vezes”, estava “em piores condições que o próprio aluno”.²⁵⁵ No final da década de 1930, o ministro Guilhem igualmente abordava a questão em seu parecer ao presidente da República. Para o almirante, era “imprescindível” certo cuidado na escolha do pessoal designado para atuar nas escolas, a fim de que as turmas fossem formadas em um ambiente de “correção e entusiasmo” e “educadas moral e profissionalmente em bases sólidas”.²⁵⁶

Folheando jornais da época, percebemos que os receios expressos pelos oficiais muitas vezes faziam sentido. Na noite de 14 de julho de 1910, conforme nota veiculada no *Diário de Notícias*, o marujo Rogenor Pedreira do Couto, lotado na Escola de Aprendizes-Marinheiros,

promoveu desordens na rua do Arcebispo à Maria Senhorinha de Jesus, moradora do prédio número três. Preso e recolhido ao posto policial da Sé, o marinheiro desrespeitou o sargento, derrubou o sentinela e evadiu-se. Perseguido por praças e populares, ao chegar em frente à loja *A noiva*, na rua da Misericórdia, atirou contra a polícia com um revólver e prosseguiu na fuga. Na volta da Montanha, foi preso pelo capitão da Guarda Nacional, senhor Paulo Victor de Souza Machado, e caiu, recebendo ligeiro ferimento na cabeça. Novamente recolhido ao posto policial da Sé, dali foi escoltado para a Escola de Aprendizes.²⁵⁷

²⁵⁴ AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 32-33.

²⁵⁵ AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 7 e 9.

²⁵⁶ RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha, vice-almirante Henrique Aristides Guilhem, referente ao período 1937-1939. Rio de Janeiro, [s.d.], p. 176.

²⁵⁷ BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 15 jul. 1910, p. 5.

Passado pouco mais de um mês, o periódico estamparia em suas páginas novos imbróglios envolvendo subalternos da Armada nacional. O primeiro deles, de nome ignorado e navalha em punho, “promovia conflito”, na tarde de 21 de agosto, nas imediações da Baixa dos Sapateiros. Perseguido por dois soldados de cavalaria que tentavam contê-lo, o “delinqüente” conseguiu evadir-se correndo pela ladeira do Tabão. Naquele noite, outro marujo de identidade desconhecida, este ligado à Escola, provocou “correrias” na rua da Ordem Terceira de São Francisco. Ao notar a aproximação de uma patrulha policial, tomou imediatamente o elevador Lacerda com destino à Cidade Baixa. Mais tarde, um terceiro indivíduo, chamado Irineu e também pertencente ao quadro da instituição, não teve a mesma sorte, sendo preso pela escolta e remetido para o seu quartel.²⁵⁸

Uma vez custodiados em celas situadas dentro da própria Escola de Aprendizes, esses “maus elementos” permaneciam no aguardo de deliberações sobre o seu futuro. Em 10 de junho de 1914, por exemplo, o então comandante da casa, capitão-de-fragata Augusto Heleno Pereira, recebeu um ofício enviado pelo capitão dos Portos da Bahia a respeito do encaminhamento a ser dado ao marinheiro Antônio José dos Santos. Preso nas dependências daquele centro de ensino, o praça, segundo as orientações, deveria apresentar-se na manhã seguinte no prédio da Capitania, a fim de que fosse embarcado para o Rio de Janeiro. Mesmo destino tiveram Mário Macedo e Antônio Fiúza, “desertores da Armada” igualmente “depositados” na instituição, despachados para a capital federal no pacote *Ceará*, do Lloyd Brasileiro, cinco dias depois. Por afastar esses infratores do espaço dedicado aos seus pupilos, suspeitamos que as transferências fossem bem vistas pela direção da Escola.²⁵⁹

Os perigos internos, todavia, não eram os únicos a gerar inquietação na cúpula naval. Da mesma maneira que rotineiramente corrompiam os marinheiros antigos, as sedutoras e degradantes atrações das ruas a qualquer momento também poderiam conquistar e perverter os jovens aprendizes. Neste sentido, a própria localização física da Escola era um fator que contribuía de forma significativa para que tais ameaças se concretizassem. Já em meados do século XIX, a Conceição da Praia – local onde sempre esteve sediada a Escola –, assim como outras freguesias voltadas para o mar, era considerada uma área de “grande concentração de vadios” e “desem-

²⁵⁸ BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 22 ago. 1910, p. 5.

²⁵⁹ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12095, documentos sem numeração.

pregados”.²⁶⁰ Transcorridas algumas décadas, a situação pouco parece ter se alterado. Em 3 de dezembro de 1915, o *Diário de Notícias* denunciava que, “digno de melhor sorte”, o largo da Conceição representava à época “a negação completa da higiene, do asseio, da ordem e da moral”. Desprezada pelas autoridades, a zona era um “nauseante mictório público, valhacouto de vagabundos e mendicantes”.²⁶¹

No período, as atenções governamentais estavam prioritariamente concentradas em regiões como a da avenida Sete de Setembro, inaugurada em 1916 durante a primeira e reformadora administração de Joaquim José Seabra. Principal via da Cidade Alta, a nova passagem aberta pelo gestor “contrastava com os caminhos tortuosos dos bairros circundantes e da balbúrdia das áreas próximas aos mercados e ao porto, onde negros e desocupados dedicavam-se à jogatina e à cachaça”.²⁶² Citando levantamentos estatísticos apresentados em algumas edições do jornal *A Tarde* entre os anos de 1915 e 1916, Rinaldo César Nascimento Leite trata do funcionamento de mais de mil pontos de venda de bebidas alcoólicas em Salvador. Destes, de acordo com o autor, ao menos 106 (cerca de 10% do total, portanto) estavam instalados na Conceição da Praia, fazendo companhia às quase 80 casas de jogos também localizadas na área do comércio.²⁶³

Vários destes estabelecimentos funcionavam no entorno ou mesmo no interior do Mercado Modelo, cujo prédio erguia-se bem ao lado dos terrenos da Marinha. Na visão de alguns oficiais, pior vizinhança não poderia existir para uma instituição educacional como a Escola de Aprendizes. Em seu parecer referente a 1929, o comandante Santiago Dantas reconhecia a proximidade com o famoso e movimentado entreposto como um “grave inconveniente” por ele enfrentado naquele ano. Para o militar, o Mercado era um local onde só reinava “a flor da malandragem”, esta “sempre pronta a vir palestrar” com seus alistados através das grades da organização. Objetivando atenuar o problema – que, segundo Dantas, havia sido detectado pelo próprio ministro –, ele recomendava que “se murasse completamente” a Escola, substituindo-

²⁶⁰ FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Edufba, 1996, p. 87.

²⁶¹ BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 3 dez. 1915, p. 1.

²⁶² ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de. *Questões de vida e morte na Bahia republicana: valores e comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas (1890-1930)*. 1996. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, f. 38.

²⁶³ LEITE, Rinaldo César Nascimento. *E a Bahia civiliza-se: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana – Salvador, 1912-1916*. 1996. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, f. 115-18.

do-se o gradil então existente. Desde 1921, pelo menos, essas obras já faziam parte das pautas de reivindicações apresentadas pelos diretores da casa.²⁶⁴

A malandragem citada por Dantas certamente era composta por figuras como Pedro Bala e os demais “capitães da areia”, a quem Jorge Amado deu vida em um dos seus mais célebres e, como visto, perseguidos romances. Na Salvador dos anos 1930, “vestidos de farrapos, sujos, semi-esfomeados, agressivos, soltando palavrões e fumando pontas de cigarro”, estes menores eram, nas palavras do escritor, “os donos da cidade”.²⁶⁵ Trazendo-os para o mundo real, não raro encontramos-los presentes nas páginas dos principais diários baianos. Na noite de 10 de maio de 1910, por exemplo, um grupo formado por cinco destes “meninos de rua” foi recolhido ao posto policial do Comércio. Segundo o *Diário de Notícias*, Manoel Luiz Gonzaga de Moura, Geraldo Gomes dos Santos, Antonio Gentil de Jesus, Francisco P. Gallo e Sergio da Silva Cardoso “vagavam sem destino” pela região, declarando aos agentes de segurança “não ter onde dormir”.²⁶⁶

Cinco anos mais tarde, a própria Escola tornar-se-ia alvo dos infringentes. Em correspondência assinada no dia 26 de novembro de 1915, o comandante Mesquita Barros informava ao chefe de Polícia da capital que, na noite anterior, “alguns desocupados” haviam arremessado pedras contra o prédio da instituição “visando destruir a lâmpada elétrica aí instalada e em funcionamento para a devida vigilância”. Atendendo às providências solicitadas pelo oficial em relação ao desagradável incidente, a Chefatura expediu ordens para que o subdelegado da Conceição da Praia apurasse devidamente o caso.²⁶⁷ Aqui, porém, colocamos em xeque o fato de tal ataque ter sido efetivamente realizado por pessoas estranhas ao estabelecimento. No ofício do militar, não há indícios de que os autores tenham sido reconhecidos por ele ou qualquer outra testemunha. Desse modo, a partir daquilo o que nos traz os livros de contravenções penais, não afastamos a possibilidade de a ação ter sido coordenada por aprendizes, na tentativa de burlar as sentinelas de serviço.

Situado a poucos metros do Mercado Modelo, o cais do porto era outro ponto de concentração de sujeitos nos quais os jovens recrutas não deveriam se espelhar. Dentre eles, ressaltamos os inúmeros trapicheiros, estivadores e doqueiros pratican-

²⁶⁴ AM, chamada 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161, p. 8; e Divisão de Documentos Escritos, estante 12105, documentos sem numeração.

²⁶⁵ AMADO, Jorge. *Capitães da areia*. [1937]. 54. ed. Rio de Janeiro: Record, 1982, p. 27.

²⁶⁶ BPEB, *Diário de Notícias*, Salvador, 11 maio 1910, p. 3.

²⁶⁷ APEB, Secretaria da Segurança Pública, Setor Republicano, cx. 5, maço 1, f. 14.

tes da capoeira – julgada como “coisa de preto e vadio” –, cuja legalização somente seria obtida em 1937, durante o governo Vargas.²⁶⁸ Ainda assim, quatro anos depois encontramos o interno 85, Florisvaldo Agatão, sendo admoestado por seus superiores em função de ter sido surpreendido “em atitude de um verdadeiro capoeira”. Por este “gesto de desrespeito às ordens e instruções recebidas”, o menino acabou perdendo uma das licenças a que tinha direito.²⁶⁹ Outro aprendiz que por certo dera trabalho aos militares foi Vicente Ferreira, instrutor clandestino que lecionou as manhas da sua arte a vários colegas. Décadas após desligar-se da Escola em 1909, já sob o nome de Mestre Pastinha, ele se tornaria um dos maiores ícones da capoeira angola na Bahia e, conseqüentemente, no país.²⁷⁰

Em contato com estudos como o de Adriana Albert Dias, no entanto, percebemos que as relações entre capoeiristas e marinheiros eram, de um modo geral, mais tensas do que amistosas. No principal episódio narrado pela pesquisadora, ocorrido em 26 de dezembro de 1914, marujos que integravam a guarnição do torpedeiro *Pi-auhy* foram subitamente atacados por um grupo de capoeiras enquanto jantavam no Botequim do Galinho, nas imediações da praça da Sé. Compondo a turma agressora estava Pedro Mineiro, um dos mais conhecidos praticantes da luta no estado durante a República Velha. A investida, que resultou na morte de dois militares, na verdade era uma reação a um primeiro entrevero acontecido alguns dias antes. Posteriormente, Mineiro sofreria um atentado por parte de um marujo no interior da Chefatura de Polícia, vindo a falecer mais tarde no Hospital Santa Izabel. Como causa aparente do “crime do Saldanha”, uma referência à rua onde se deu o tumulto, Dias identifica uma disputa por mulheres, algo bastante comum à época.²⁷¹

A presença feminina nas calçadas defronte a Escola, aliás, era igualmente um fator que poderia desviar o foco dos menores em relação às suas responsabilidades. Segundo ocorrência registrada em 6 de novembro de 1940, o jovem Carlos Pedro da Silva “abandonou o seu posto para ir conversar com uma mulher” que se encontrava no passeio da instituição. Advertido pelo sargento Durval Lima, ainda “respondeu de forma imoral” ao seu denunciante. De igual maneira, em 30 de julho de 1941 o recru-

²⁶⁸ DIAS, Adriana Albert. Malandragem e repressão no universo da capoeira baiana (região portuária – 1912-1937). In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 5., 2004, Salvador. *Anais...* Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2004, p. 831 e 835-36.

²⁶⁹ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 26430, p. 40.

²⁷⁰ DECANIO FILHO, Ângelo A. *A herança de Pastinha*. 2. ed. Salvador: [s.n.], 1997. (Coleção São Salomão, n. 3), p. 43.

²⁷¹ DIAS, Adriana Albert. Os “fiéis” da navalha: Pedro Mineiro, capoeiras, marinheiros e policiais em Salvador na República Velha. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 32, jun. 2005, p. 271-303.

ta Waldomiro Queiroz, mesmo sabendo ser proibido manter contato através das grades, “estava o fazendo com duas mocinhas que passavam” pela rua. Pelo comportamento, terminou punido com dois dias de prisão rigorosa. Já em dezembro de 1938, Aloísio Tavares, na condição de cabo de quarto, “deixou o serviço em abandono” para dialogar com uma meretriz, de acordo com o sargento José Freire. Assim como o aluno Waldomiro, o rapaz foi condenado a cumprir pena no bailéu.²⁷²

Diante de tantos incômodos, a possibilidade de se transferir a Escola para outras regiões da capital como Montserrat ou Penha, ambas na península de Itapagipe, era um assunto recorrentemente discutido dentro da Armada. Na visão de alguns oficiais, além de a instituição estar localizada em uma zona comercial, sua insuficiência de espaço também pouco contribuía para com a formação dos meninos. No entanto, por várias razões, inclusive técnicas e infra-estruturais, essa mudança jamais foi efetivada.²⁷³ Como veremos no próximo item, com seu centro de ensino estacionado no mesmo sítio os militares acabavam testemunhando muitos dos perigos que combatiam rotineiramente se concretizarem. Para os jovens recrutas, por sua vez, podemos supor que o “aprender a ser marinheiro”, suas manhas, rituais, segredos e tudo aquilo que lhe era próprio não se desse apenas em sala de aula ou nas relações internas com os colegas e superiores, mas também nas praças e becos de Salvador.

3.3 – O “ser” aprendiz fora da Escola

O modo mais comum de os aprendizes-marinheiros ganharem as ruas da capital baiana era através das licenças a que tinham direito. Segundo o ex-interno Luiz Rocha Filho, estas geralmente ocorriam aos sábados e domingos, sendo que pernoitar fora da Escola era algo proibido.²⁷⁴ Muitos menores, porém, abusavam desse benefício, excedendo o tempo de folga que recebiam dos militares. Em 2 de novembro de 1938, por exemplo, Dia de Finados, os alunos Orlando Machado e Almir Leal ganharam do seu comandante o prazo de três horas para a “visitação aos mortos”. Todavia, enquanto o primeiro levou quase nove horas para regressar de terra, o segun-

²⁷² AM, Divisão de Documentos Escritos, estantes 26428, p. 13; 26430, p. 19-20 e 26431, p. 56.

²⁷³ AM, chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161, p. 35-39.

²⁷⁴ ROCHA FILHO, Luiz Marques. Entrevista concedida em ago. 2007.

do, de acordo com o sargento Duarte, apenas se reapresentaria mais de duas horas e meia após seu companheiro. Justificando sua falta, Orlando acabou absolvido. Almir, em contrapartida, não conseguiu oferecer uma razão convincente para o excesso de “preces”, sofrendo pena de um mês de impedimento.²⁷⁵

Outro modo de ausentar-se da Escola, este ilegal, era por meio das fugas. Em 28 de setembro de 1939, encontramos o caso dos aprendizes Orlando Silva e Antonio Amorim, que se evadiram para terra após o silêncio e apenas retornaram à 1h30 da madrugada. A dupla acabou punida com o pagamento de quatro horas de serviço noturno durante duas semanas. Já em 8 de março de 1942, o cabo Porfírio entregou aos superiores o número 56, Divaldo Fernandes, dizendo-lhes que o referido recruta, mesmo na condição de rancheiro, havia pulado o muro da instituição a fim de ganhar as ruas. Pela grave infração, a Divaldo foram aplicados dez dias de encarceramento. Conforme anotação realizada em 16 de agosto de 1940, essas escapadas poderiam igualmente ocorrer por via marítima. Às 19 horas daquela noite, os menores Artur Ribeiro da Silva e José Santiago conseguiram burlar a vigilância do praça de serviço e afastaram-se da Escola a bordo do bote *Baleia*.²⁷⁶

As debandadas, entretanto, não se davam única e exclusivamente a partir das instalações navais. Em 2 de maio de 1941, um grupo de recrutas liderado por um cabo aprendiz de identidade ignorada deixou a Escola, em formação, a fim de assistir a uma cerimônia religiosa na igreja de São Bento. Ao subirem o elevador Lacerda, porém, os menores Luiz Lemos, Osdeval Magalhães, João dos Santos, Orlando Carvalho e Arnaldo Noronha, aproveitando-se de uma confusão, ludibriaram o encarregado e afastaram-se do grupo, tomando rumo desconhecido. De acordo com o suboficial Barbosa, que registra a ocorrência, o inusitado comportamento foi um desrespeito a ordens do próprio “senhor comandante”. À direita de suas ponderações, separada por algumas colunas, encontramos o castigo aplicado pela direção à turma de fuzões: a proibição de sair do estabelecimento por um prazo de 30 dias.²⁷⁷

Tratando do cotidiano dos marujos nacionais no século XIX, Álvaro Pereira do Nascimento afirma que, uma vez na rua, estes “sentiam a liberdade de não estarem presos à disciplina e à hierarquia militar”.²⁷⁸ Trilhando caminho semelhante, Hendrik

²⁷⁵ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 26428, p. 10.

²⁷⁶ AM, Divisão de Documentos Escritos, estantes 26428, p. 89; 26429, p. 88; e 26432, p. 84.

²⁷⁷ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 26430, p. 88-89.

²⁷⁸ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, p. 105.

Kraay sustenta que, na referida época, “nos espaços sociais fora do alcance da vigi-
lância dos oficiais, [...] uma sociabilidade informal e voluntária tomava o lugar da cul-
tura do dever e da obrigação em que se assentava a disciplina militar”.²⁷⁹ Trazendo
essas análises para a primeira metade do Novecentos, a nosso ver também é possí-
vel associá-las às várias experiências que marcavam o dia-a-dia dos aprendizes-ma-
rinheiros baianos. Contudo, apesar das diferenças existentes entre os momentos de
folga e de serviço, as fontes nos mostram que, mesmo no ambiente externo à institu-
ição, a liberdade gozada pelos jovens era bastante relativa. Isso, tanto para aqueles
que fugiam quanto para os legalmente licenciados.

Onde quer que estivessem, a probabilidade dos meninos se encontrarem com
algum superior disposto a repreendê-los ou denunciá-los ao Comando era significati-
va. Em um desses episódios, ocorrido em 24 de fevereiro de 1941, um grupo de seis
recrutas acabou flagrado pelo sargento Paula Rosa quando viajava indevidamente
no estribo de um bonde. Em função do “desinteresse pelas ordens recebidas”, todos
tiveram uma de suas licenças retirada. Passados quase cinco meses, seria a vez do
recruta 49, Plínio Guimarães, ser pego fumando em plena praça da Piedade pelo im-
placável “caçador” Paula Rosa. Colocado no livro, o rapaz teve duas folgas perdidas.
Apenas quatro dias mais tarde, nos deparamos com o caso do aprendiz número 13,
Francisco Alves da Silva, que, não satisfeito em transitar pela cidade sobre o degrau
do bonde, ainda o fazia com um cigarro na boca. Surpreendido pelo sargento Durval
Lima, o menor seria preso por 48 horas em virtude da dupla violação.²⁸⁰

O exercício desse controle em tempo integral pode ser interpretado a partir de
uma discussão trazida à tona por José Murilo de Carvalho. Reportando-se às organi-
zações militares de uma maneira geral, o autor afirma que estas possuem existência
própria e são dotadas de “grande complexidade”. Propõe que, pelo fato de “envolve-
rem todas as dimensões da vida de seus membros” e requererem destes “uma radi-
cal transformação de personalidade”, elas se adequam àquilo o que Erving Goffman
classifica em seus estudos como “instituições totais”.²⁸¹ Recorrendo ao sociólogo,
este nos diz que

²⁷⁹ KRAAY, Hendrik. O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-89). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 259.

²⁸⁰ AM, Divisão de Documentos Escritos, estantes 26430, p. 40; e 26431, p. 47 e 51.

²⁸¹ CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 13.

uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.

Mais à frente, Goffman nos apresenta uma subdivisão dessas instituições. Na listagem daquelas que, segundo ele, são criadas “com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho”, encontram-se os quartéis, navios e as escolas internas.²⁸²

Com passagem pela Escola em 1943, o ex-interno Washington Trindade lembra-se que, para entrar nos cabarés situados no Comércio, ele e seus companheiros muitas vezes utilizavam disfarces no lugar das fardas.²⁸³ Porém, nem mesmo nessas situações mais íntimas os menores conseguiam se livrar da vigilância imposta pelos militares. Conforme notificação processada em 31 de abril de 1940 pelo cabo Arlindo Soledade, o aluno número 69, Gilcepe dos Santos Araújo, havia sido por ele encontrado, às 21 horas da noite anterior, em uma das casas do baixo meretrício que funcionavam na área. Estando na companhia de mais um colega, o rapaz foi então chamado pelo cabo, o qual tentou fazê-lo “sentir e compreender que aquele local lhe era impróprio, mesmo por serem os aprendizes considerados de menor idade”. Tal diálogo, argumenta ainda o denunciante, teve como único objetivo aconselhar seu subordinado, posteriormente castigado com 15 dias de impedimento.²⁸⁴

Abrindo-se um parêntese, vale realçar que essas infrações relacionadas à sexualidade dos recrutas também eram praticadas no interior da própria Escola. Em 15 de abril de 1941, Joseti Pereira da Rocha foi posto na caderneta por circular na instituição com “páginas de livros pornográficos”. Ao ser interrogado se o material de fato lhe pertencia, tomou uma atitude de “superioridade e consciência”, replicando ao seu superior “que era homem e podia andar com as referidas páginas”. Cerca de um ano antes, no dia 5 de abril, outro aprendiz, Hermes do Nascimento Palmeira, havia sido flagrado enquanto “masturbava-se no alojamento, depois do silêncio”. Dentre os que testemunharam contra ele, estavam seus camaradas de números 7 e 9. Já em 14 de março de 1940, o discente Teodomiro Barboza foi acusado pelo cabo Carlos Massur

²⁸² GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 11 e 16-17.

²⁸³ TRINDADE, Washington. Entrevista concedida em jan. 2007.

²⁸⁴ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 26429, p. 35.

de “alisar o rosto” de seu colega 55 no momento da aula. A despeito de ter negado o episódio, o jovem terminou perdendo suas licenças por oito dias.²⁸⁵

Assim como as visitas aos bordéis, outro temor dos oficiais que habitualmente se confirmava era o consumo de bebidas alcoólicas. Neste sentido, o caso envolvendo o aprendiz 76, Mário Costa Sousa, é emblemático. Em 11 de abril de 1941, o próprio comandante da Escola na oportunidade, capitão-de-corveta Mário Câmara Hoffmann, expunha no livro de infrações ter tido a notícia, por meio do sargento Conceição, de que o referido menor “achava-se embriagado em terra, na residência de conhecidos seus, portando-se de maneira inconveniente”. Passados somente quatro dias, repetindo um raro procedimento aos diretores da casa, o militar escreveria que, através de informações fornecidas pelo sargento Rosa, ficara sabendo que o mesmo aluno havia retornado da rua, na véspera, “com veementes indícios de ter-se embriagado”. Incapacitado de freqüentar as aulas e os exercícios naquele dia, acrescenta a nota, Mário seria condenado a mais de uma semana de prisão.²⁸⁶

Ébrios ou não, as chances dos recrutas se envolverem em questões mais sérias eram similarmente consideráveis. Em 15 de janeiro de 1939, por exemplo, o alistado João Alberto dos Santos teve seu nome adicionado ao diário de controle por ter “provocado desordem” durante os festejos referentes à lavagem da igreja do Bonfim. Quase três meses mais tarde, seria a vez do seu companheiro de turma Waldir Marques também ser punido, pelo fato de ter “desacatado a autoridade dos guardas” por ocasião de uma partida de futebol no campo da Graça. Tal postura, de acordo com o registro efetuado, supostamente teve a conivência dos aprendizes números 25 e 30, Manoel Santos Filho e Moacyr Gonçalves, que faziam companhia a Waldir. Já em fevereiro de 1941, o interno 87, Antonio Carlos Mattos, teve duas licenças caçadas por ferir o rosto de um menino que transitava pela rua Chile. A ocorrência, entretanto, infelizmente não traz maiores detalhes sobre a refrega.²⁸⁷

Em 22 de fevereiro do ano seguinte, uma nova confusão chegaria ao conhecimento da Escola. Às 8h15 daquela noite, o suboficial Barbosa recebeu um telefonema da Polícia, em que esta lhe solicitava providências em relação a um grupo de recrutas que “procurava invadir” um recinto chamado Parque da Mocidade, apesar dos seus dirigentes terem informado que o acesso só seria liberado mediante pagamen-

²⁸⁵ AM, Divisão de Documentos Escritos, estantes 26429, p. 17 e 24; e 26430, p. 75.

²⁸⁶ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 26430, p. 78.

²⁸⁷ AM, Divisão de Documentos Escritos, estantes 26428, p. 23 e 44; e 26430, p. 40.

to. Prestada a queixa, o sargento Muniz, do Corpo de Fuzileiros Navais, foi deslocado “a toda pressa” para o local, juntamente com dois maiores, a fim de “investigar o vexatório acontecimento”. Após as averiguações, descobriu-se que Valter Mussuly e Elias Jorge Neine, promotores do incidente, além de terem forçado sua entrada, tentaram persuadir seus colegas 120 e 132 a pedir a restituição do valor pago pelos ingressos. Diante da questão, Barbosa garantia ao Comando que “todas as iniciativas” haviam sido tomadas “com o único objetivo de manter a devida disciplina”.²⁸⁸

Em determinadas circunstâncias, porém, os policiais não se limitavam apenas a noticiar à Marinha sobre os problemas surgidos, cabendo a eles próprios a apreensão e condução dos transgressores à Escola. Um desses recrutas, Josué Waldomiro da Silva, foi preso nas Pitangueiras, área sob a jurisdição do 1º Distrito de Brotas, na noite de 11 de janeiro de 1915. Apresentado na manhã seguinte à instituição militar, após permanecer três dias ausente sem licença, ele seria recusado pelos oficiais “por já não mais fazer parte do efetivo”.²⁸⁹ Quase cinco anos antes, por motivos distintos, outro aluno, José Pedro da Silva, havia sido encaminhado aos superiores pelo chefe de Polícia da capital. Segundo este, ao cruzar a Baixa dos Sapateiros às 17 horas do dia 21 de agosto de 1910, o respectivo menor estava “de navalha em punho e em estado de embriaguez”. Frente àquela cena, a autoridade orientou então que sua ordenança desarmasse e detivesse o aprendiz.²⁹⁰

Atendo-se ao período compreendido entre o final do Oitocentos e início do século XX, Álvaro do Nascimento afirma que, na época, “marinheiros não tinham tanto respeito por policiais e vice-versa”, havendo “grande rivalidade entre eles”. Uma das causas apontadas pelo autor para que tal sentimento fosse nutrido eram justamente as “incessantes incursões” dos guardas e delegados em torno da marujada. Para esta, o fato da Polícia assumir em terra “o lugar de seus comandantes”, indivíduos cujo poder já tinha de se “aturar e respeitar” durante a semana, era algo difícil de ser acatado.²⁹¹ Analisando as fontes referentes aos nossos aprendizes, notamos que essas tensas relações foram preservadas com o passar do tempo.

João Palma Netto, por exemplo, narra que,

²⁸⁸ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 26432, p. 77-78.

²⁸⁹ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12095, documento sem numeração; e APEB, Secretaria da Segurança Pública, Setor Republicano, cx. 5, maço 1, f. 12.

²⁹⁰ AM, Divisão de Documentos Escritos, estante 12091, documento sem numeração.

²⁹¹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Entre o convés e as ruas: vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 330.

certa vez, quando demoliram as edificações que ocupavam a área que constitui hoje o largo da Sé, surgiu um barulho, desses muito comuns entre militares de corporações diferentes. [...]. Há ataques covardes de ambas as partes, consumados por turmas que lincham um ou dois desgarrados da turma contrária. [...] O barulho era com soldados da Força Pública estadual, justamente aqueles com quem mais implicam os militares de primeira linha. Depois de muitos “combates”, resultou que no da praça da Sé os aprendizes estavam com mais “esquadrrias” e surravam uns tantos soldados, apanhados na “emboscada” de uma festa religiosa, nas proximidades.²⁹²

O também ex-aluno Luiz Rocha Filho, por sua vez, além de relatar outro evento semelhante, nos oferece mais um possível motivo para as desavenças existentes entre policiais e marujos:

Existia um problema muito sério que era o desentendimento entre soldado de Polícia [...] e o marinheiro. Porque a maioria dos soldados [...] eram candidatos que não conseguiram entrar pra Marinha, mas entraram pra Polícia. Então eles tinham aquela [...] mágoa, aquele ressentimento, aquela rixa porque não tinham entrado pra Marinha, e então achavam que deviam descontar na gente. [...]. Passando pra ver uma namorada que eu tinha lá [...] pro lado dos Alagados, [...] passei pela feira do Curtume, e ali tinha uma penitenciária [...] e muitos soldados. [...]. E um soldado daqueles, por mais que eu tenha tido o cuidado de não me encontrar com ele [...], me jogou do passeio embaixo. Aí eu: “me desculpe, meu amigo, eu não vinha prestando atenção, não lhe vi. Me bati com você, mas você não me leve a mal, não”. “Não, não, você é um marinheiro educado. A culpa foi minha porque eu não lhe dei passagem”. Aí passei lá pela linha férrea e fui lá pelo meu caminho, beirando a estrada, pra ver a namorada. E quando eu cheguei num lugar lá perto, lá pelo fundo do São Caetano, onde tinha uma pedreira, [...] quatro soldados me atacaram. [...]. Felizmente que apareceu um cabo que tinha conversado comigo uma semana antes, falando sobre esse problema do desentendimento entre marinheiros e soldados de Polícia. [...]. E por felicidade minha, esse cara [...] me tirou do embaraço.²⁹³

Ser um aprendiz de marinheiro nas ruas de Salvador, entretanto, não se resumia a embriagar-se com os amigos, conquistar novos amores ou enfrentar grupos rivais. Logo em sua primeira folga como recruta, Palma Netto, ao chegar em casa, satisfez de imediato seu “desejo de ser visto fardado” pelos familiares. Em seguida, ganhou novamente os logradouros da capital “sem propósito”, apenas para perambular e exibir seu uniforme. Andou, diz ele, “até que os calos produzidos pelas botinas no-

²⁹² PALMA NETTO, 1984, p. 50.

²⁹³ ROCHA FILHO, Luiz Marques. Entrevista concedida em ago. 2007.

vas e grosseiras quase tolhessem os passos”.²⁹⁴ Já Hilton Mendes Moreno recorda-se que, na condição de “fomentador das marchas”, gostava de evoluir em formatura pela Cidade Baixa, apresentando-se aos moradores da área.²⁹⁵ Em ambos os casos, percebemos que ser um aspirante à Marinha de Guerra para além dos limites da Escola poderia também significar uma espécie de suntuosidade; um modo de os meninos, dentro de sua pobreza material, se fazerem notados por uma sociedade muitas vezes incompreensível e repleta de contradições.

²⁹⁴ PALMA NETTO, 1984, p. 39.

²⁹⁵ MORENO, Hilton Mendes. Entrevista concedida em jan. 2007.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando-se em conta aquilo o que nas últimas décadas vem se discutindo no campo das ciências humanas, acreditamos que o ofício do historiador, em essência, seja o de interpretar analiticamente o passado e não comprovar fatos ou apontar para supostas verdades. Seu trabalho investigativo, incluindo os métodos e propósitos, a nosso ver conserva diferenças pontuais em relação ao de um detetive policial, por exemplo, não devendo, portanto, ser confundido com o mesmo. Assim sendo, gostaríamos de ressaltar que esta dissertação tem como objetivo maior problematizar nosso objeto de pesquisa a partir das fontes documentais e referências bibliográficas localizadas. Longe de qualquer proposta de reconstituição histórica, nosso desejo é de apenas lançar um olhar crítico na direção dos aprendizes-marinheiros da Bahia e do universo no qual estavam inseridos, gerando reflexões a seu respeito.

Em nosso estudo, pudemos notar que a educação apresentava-se como uma das principais ferramentas utilizadas pelas autoridades republicanas na primeira metade do século XX com vistas a atingir as transformações sociais por elas ansiadas. Além disso, o sistema de ensino arquitetado ajustava-se de forma diferenciada a depender da camada da sociedade, tinha como alvo prioritário os indivíduos mais jovens e, em linhas gerais, era aplicado dentro dos moldes militares. Neste contexto, a Marinha de Guerra, mais precisamente a Escola de Aprendizes-Marinheiros, desempenhava importante papel no cenário educacional baiano à época. Atendendo não só a menores residentes em Salvador, mas também oriundos de outros municípios e unidades federativas, a instituição constituía-se como uma das poucas alternativas de formação básica e profissional voltada à infância pobre no estado.

O leque de trajetórias dos candidatos que chegavam à Escola era bastante diversificado, sendo que a maioria deles, segundo as fontes, tinha sua matrícula efetu-

ada pelos próprios genitores. Uma das razões para estes alistamentos era a difícil situação socioeconômica enfrentada pela família do menor. Afinal, diante da ausência de perspectivas, o amparo educativo e material proporcionado – ou pelo menos prometido – pela Armada aos meninos mostrava-se como uma oportunidade rara e das mais atraentes. Outro principal estímulo a inúmeros pais recrutarem seus filhos nas fileiras navais, ainda que identificar esse tipo de situação nas fontes não seja tarefa das mais fáceis, era a ociosidade e o mau comportamento destes. Uma vez entregues à carreira militar, havia a esperança de que, através de métodos mais rigorosos, seus rebentos pudessem aprumar-se na vida.

Contudo, nem todos os menores que participavam dos processos seletivos da instituição tinham pais vivos ou conhecidos, não gozando, assim, da convivência familiar. De um modo geral, órfãos e abandonados eram conduzidos à Escola por tutores, casas assistenciais e, em particular, pelo poder público, através de magistrados e representantes da Polícia. A partir da década de 1920, porém, a documentação nos mostra um gradual decréscimo desse tipo de recrutamento, até sua quase extinção, o que nos faz cogitar a hipótese de a medida estar relacionada, dentre outros fatores, à Revolta da Chibata. Logo após seu desfecho, a Marinha, por meio do ministro Marques de Leão, manifestava abertamente sua inquietação e descontentamento quanto à continuidade das matrículas de jovens enviados às escolas pelas secretarias estaduais da Segurança Pública.

Grandes responsáveis por completar as lacunas abertas na tropa pelo motim de 1910, os aprendizes apenas se tornariam a principal fonte supridora dos quadros navais justamente a partir dos anos de 1920, substituindo os homens que eram arregimentados via voluntariado. Até que as escolas se consolidassem nessa época como a mais importante porta de entrada na Marinha, foi necessário aperfeiçoá-las, inclusive no que diz respeito aos critérios de seleção de novos recrutas, como já abordado. Além dos menores órfãos e abandonados, gradualmente diminuídos na documentação examinada, ao que se supõe era idéia da corporação evitar o ingresso de candidatos com nível de conhecimento muito aquém do desejado. Entretanto, a despeito dos cuidados que, em tese, os almirantes tentaram aplicar a esse processo de mudança, enxergamos na prática a ocorrência de problemas no que se refere à captação de pessoal e no funcionamento da Escola como um todo.

Engrossando as turmas de aprendizes, finalmente nos deparamos com os jovens que, cheios de sonhos e deslumbrados com elementos ligados ao mar que po-

voavam seu imaginário, buscavam espaço nas guarnições dos navios de guerra por livre e espontânea vontade. Aqui, incluímos especialmente aqueles que residiam em localidades costeiras. Sobre a origem geográfica dos alunos, aliás, verificamos que, seguindo determinada linearidade, grande parte deles morava na própria cidade do Salvador. Igualmente regulares, todavia em menor número, estavam os postulantes oriundos do interior, em particular da região do Recôncavo e de outros municípios do litoral baiano. Em alguns períodos, também nos chama a atenção as expressivas levadas de forasteiros vindos de estados como Sergipe e do Distrito Federal que, por vários motivos, chegavam à Escola com o intento de conseguir uma vaga.

Sobre a metodologia do curso, percebemos esta amparada de forma preponderante no racionalismo e – supostamente – no positivismo, elementos bastante disseminados no sistema educacional daquele período. Além disso, dividida a preparação dos discentes em três itens essenciais, esta, ao que parece, recebia tratamento distinto por parte da Armada. Contrastando com a ausência da disciplina Redação e a presumida menor importância dada a outras, a exemplo de História e Geografia, as matérias integrantes do chamado ensino elementar mais comentadas nas fontes são Língua Portuguesa e Aritmética. Do mesmo modo, mais que aprender a ler ou efetuar contas, a análise dos documentos nos sugere que a capacitação técnico-profissional e as aulas de educação moral e cívica destacavam-se como os eixos fundamentais na formação dos futuros marinheiros.

No que se refere ao desempenho quantitativo dos jovens que chegavam à Escola, notamos que grande parte deles obtinha resultados iniciais bastante insatisfatórios. Passado esse primeiro momento, de um modo geral, observamos uma sensível melhoria em seu rendimento nos meses subsequentes. Contudo, a despeito desses progressos alcançados por muitos, averiguamos que os índices de reprovação, a depender do grupo, poderiam ser significativamente altos. Isso, em particular nas disciplinas do ensino básico, a exemplo de Português e Matemática. Aos que reincidiam de forma exagerada nas notas baixas e, na opinião dos examinadores, não reuniam condições de acompanhar o curso, o destino habitual era seu desligamento. Mesmo já no Rio de Janeiro, para onde seguiam após aprovação, encontramos vários meninos sendo devolvidos pela Marinha a Salvador por falta de capacitação.

Podemos associar essas reprovações a uma série de causas. Em primeiro lugar, identificamos a própria metodologia do curso, provavelmente não muito cativante aos olhos de grande parcela de alunos, bem como a ausência de uma didática

mais adequada da parte de determinados mestres e instrutores. Além disso, não devemos nos esquecer que diversos candidatos chegavam à Escola de modo forçoso, através de juízes de Direito, delegados de Polícia, estabelecimentos assistenciais ou mesmo de seus pais. É coerente concebermos que muitos deles, em protesto à ação ou por pura falta de sintonia com a carreira naval, não evidenciassem o interesse e o empenho necessários nas aulas e verificações, sendo portanto reprovados. Outros aspectos que certamente interferiam nos resultados dos internos eram a recorrente vacância de funções e a carência orçamentária da instituição, esta última diretamente relacionada às suas fragilidades infra-estruturais.

Estruturada tal qual um navio de guerra, a Escola possuía uma hierarquia formada por um estado-maior, do qual faziam parte o comandante, o imediato, demais oficiais e professores, e um estado-menor, composto pelo fiel, instrutores militares e os outros praças. Na base dessa pirâmide localizavam-se as turmas de aprendizes-marinheiros. Quanto ao cotidiano dos recrutas, este, igualmente, mantinha várias semelhanças com a vida em alto-mar, de modo que seus dias eram programados obedecendo a horários bastante rígidos. Seguir um cronograma de atividades sistematizado, porém, era apenas um dos itens que compunham o código disciplinar proposto pelos militares. Aliado a este aspecto, nos deparamos com a observância da aptidão para a carreira, o entusiasmo e a galhardia militar, além da correção de conduta dos alistados. Para os que lograssem êxito, condecorações eram outorgadas. Já para os que fugissem às normas, caberia a aplicação de um leque de castigos.

A tipologia dos comportamentos que, na concepção da Marinha, deveriam ser tratados como violações é bastante rica. Dentre as mais comuns, podemos mencionar a falta de zelo dos recrutas para com seu fardamento e o hábito de fumar às escondidas. Passando às faltas que, a nosso ver, podem ser consideradas como mais graves, citamos as agressões físicas e verbais a colegas, além dos gestos de desobediência aos superiores. Um dos principais motivos para a prática dessas infrações era, em nossa concepção, a pouca idade apresentada pelos alunos. Da mesma maneira, enfatizamos mais uma vez que vários deles eram alistados compulsoriamente, fato que poderia levá-los a reagir de modo negativo ao universo naval. Por fim, analisando certas contravenções, a exemplo das ofensas e lutas corporais, estas podem ser entendidas como uma forma de os internos se defenderem deste referido universo, por vezes estranho, hostil e injusto aos seus olhos.

Como visto, no entanto, as tensões e ameaças internas não eram as únicas a provocar intranqüilidade nos militares. Fosse através das licenças a que tinham direito ou por meio das sorradeiras e freqüentes fugas, grande parte dos recrutas ganhava as ruas da capital em busca de jogos, mulheres, bebidas, entre outros prazeres e diversões. Muitas vezes, porém, esses deleites poderiam se converter em badernas em espaços públicos e disputas com grupos externos, especialmente policiais. Tanto nestas quanto em situações mais corriqueiras, como fumar ou viajar nos estribos dos bondes, as chances dos menores serem flagrados pelos praças – responsáveis pela disciplina também fora da Escola – eram significativas. Por meio das entrevistas realizadas com ex-alunos e da obra memorialista de João Palma Netto, contudo, percebemos que ser um aprendiz-marinheiro nas vias de Salvador poderia igualmente ter outras simbologias e contemplar outros tipos de necessidades.

Após ousar romper vagas de maior envergadura, chega o momento de nossa embarcação regressar ao seu porto de origem. Diante da carga que trazemos sobre seu convés e no interior dos porões – fruto da experiência vivida –, os danos ao seu casco e a exaustão deste timoneiro tornam-se conseqüências menores. Assim como geralmente ocorre com outros estudiosos que singram o mar da história, retornamos transformados em relação à maneira como partimos. Para aqueles navegadores que um dia desejarem seguir rotas semelhantes, o acesso a fontes por nós não localizadas e/ou a opção por novas interpretações poderão em muito enriquecer os debates em torno dos aprendizes-marinheiros da Bahia na primeira metade do século XX. Do mesmo modo, é possível que futuras investigações sobre outras escolas de aprendizes tragam relevantes contribuições para que nos aproximemos um pouco mais não só dos pequenos recrutas, mas também da Armada nacional à época.

REFERÊNCIAS

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS VISITADOS:

Arquivo da Marinha (Rio de Janeiro).

Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

Arquivo Público do Estado da Bahia (Salvador).

Arquivo Público Municipal de Itabuna.

Biblioteca Central da Universidade Federal da Bahia (Salvador).

Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (Salvador).

Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (Salvador).

Biblioteca da Marinha (Rio de Janeiro).

Biblioteca da Universidade Católica do Salvador – Campus da Federação.

Biblioteca do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia – Campus V (Santo Antônio de Jesus).

Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).

Biblioteca Pública do Estado da Bahia (Salvador).

Centro de Documentação e Informação Cultural sobre a Bahia (Salvador).

Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia (Salvador).

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (Salvador).

PERIÓDICOS

Arquivo Público Municipal de Itabuna:

Jornal Oficial, Itabuna, 12 maio 1942.

Biblioteca Nacional:

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 16 jan. 1938.

Biblioteca Pública do Estado da Bahia:

A Tarde, Salvador, 1º out. 1918.

Diário de Notícias, Salvador, 22 abr., 11 maio, 15 jul., 22 ago., 24 ago., 2 set., 26 set., 27 set. 1910; 2 dez., 3 dez., 14 dez., 29 dez. 1915; 13 jan. 1916; 24 jul. 1919; 15 dez. 1937.

Estado da Bahia, Salvador, 17 dez. 1937.

FONTES ORAIS

MORENO, Hilton Mendes. *Hilton Mendes Moreno*: depoimento [jan. 2007]. Entrevistador: Raul Coelho Barreto Neto. Salvador: Arquivo pessoal do autor, 2007. 1 cassete sonoro (60 min.). Entrevista concedida para a dissertação de mestrado *Marujos de primeira viagem*.

ROCHA FILHO, Luiz Marques. *Luiz Marques Rocha Filho*: depoimento [ago. 2007]. Entrevistador: Raul Coelho Barreto Neto. Salvador: Arquivo pessoal do autor, 2007. 1 cassete sonoro (60 min.). Entrevista concedida para a dissertação de mestrado *Marujos de primeira viagem*.

TRINDADE, Washington. *Washington Trindade*: depoimento [jan. 2007]. Entrevistador: Raul Coelho Barreto Neto. Salvador: Arquivo pessoal do autor, 2007. 1 cassete sonoro (60 min.). Entrevista concedida para a dissertação de mestrado *Marujos de primeira viagem*.

FONTES ESCRITAS

Arquivo Público do Estado da Bahia:

OFÍCIO do comandante da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia ao chefe de Polícia e Segurança Pública do Estado da Bahia em 14 jan. 1915. Secretaria da Segurança Pública, Setor Republicano, cx. 5, maço 1, f. 12.

OFÍCIO do comandante da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia ao Chefe de Polícia e Segurança Pública do Estado da Bahia em 26 nov. 1915. Secretaria da Segurança Pública, Setor Republicano, cx. 5, maço 1, f. 14.

OFÍCIO do comandante da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia ao chefe de Polícia e Segurança Pública do Estado da Bahia em 6 dez. 1915. Secretaria da Segurança Pública, Setor Republicano, cx. 5, maço 1, f. 13.

Arquivo Histórico Municipal de Salvador:

OFÍCIO do comandante da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia ao intendente municipal de Salvador em 5 dez. 1900. Processos e documentos militares federais, Intendência (1890-1927), cx. única.

Arquivo da Marinha:

AVISO n. 0090, Ministério da Marinha, 24 jan. 1973, dispondo sobre a desativação da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia.

LIVRO de contravenções disciplinares dos aprendizes da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1938-1939). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 26428.

LIVRO de contravenções disciplinares dos aprendizes da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1939-1940). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 26429.

LIVRO de contravenções disciplinares dos aprendizes da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1940-1941). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 26430.

LIVRO de contravenções disciplinares dos aprendizes da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1941). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 26431.

LIVRO de contravenções disciplinares dos aprendizes da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1941-1942). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 26432.

LIVRO de notas mensais da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1933-1935). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 25171.

LIVRO de notas mensais de aplicação e comportamento da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1929). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 25171.

LIVRO de papéis e demais documentos referentes ao alistamento e admissão dos aprendizes-marinheiros (1922). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 12860.

LIVRO histórico da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia. Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 50490.

OFÍCIOS recebidos pela Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1910). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 12090.

OFÍCIOS recebidos pela Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1910). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 12091.

OFÍCIOS recebidos pela Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1914-1915). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 12095.

OFÍCIOS recebidos pela Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1915). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 12096.

OFÍCIOS recebidos pela Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1921-1922). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 12105.

RELATÓRIO anual dos serviços da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia referente ao ano de 1928, apresentado pelo capitão-tenente comandante Teófilo de Faria. Chamada 05/02106, gav. 008, rel. 294, cx. 161.

RELATÓRIO anual dos serviços da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia referente ao ano de 1929, apresentado pelo capitão-tenente comandante Raul de Santiago Dantas. Chamada 05/02116, gav. 008, rel. 306, cx. 161.

RELATÓRIO anual dos serviços da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia referente ao ano de 1931, apresentado pelo capitão-tenente comandante Jorge da Silva Leite. Chamada 04/00853, gav. 003, rel. 83, cx. 061.

TERMOS de alistamento da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1928-1934). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 25168.

TERMOS de alistamento da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1934-1939). Estabelecimentos e comandos terrestres, Divisão de Documentos Escritos, estante 25169.

FONTES IMPRESSAS

ALMANAQUE do pessoal da Marinha (vários, referentes ao período 1911-1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional: Imprensa Naval, 1912-1935.

AMADO, Jorge. *Capitães da areia*. [1937]. 54. ed. Rio de Janeiro: Record, 1982. 239 p.

A MARINHA de Guerra e o canhão. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 5-6, nov. 1907.

AS ESCOLAS de aprendizes bastarão?. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 56, p. 9-11, fev. 1912.

BILAC, Olavo. Palavras aos meninos brasileiros. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 11, n. 132, p. 8, jun. 1918.

BRASIL. *Código Penal dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert e Co., 7. ed., 1910.

BRASIL. *Coleção das decisões do governo do Império do Brasil de 1833*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 3. ed., 1908.

BRASIL. *Coleção das leis do Império do Brasil de 1855*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, t. 16, parte 1, 1856.

BRASIL. *Coleção das leis do Império do Brasil de 1885*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, t. 32, parte 1 – t. 48, parte 2, 1886.

BRASIL. *Coleção das leis do Império do Brasil desde a Independência – 1840*. Ouro Preto: Tipografia de Silva, v. 11, 1841.

CAMINO, Luiz da. *Educação: livro dos bons costumes*. Bahia: [s.n.], 1913.

CONFRONTOS e sugestões. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 32, Rio de Janeiro, p. 13-14, fev. 1910.

DECANIO FILHO, Ângelo A. *A herança de Pastinha*. 2. ed. Salvador: [s.n.], 1997. 103 p. (Coleção São Salomão, n. 3).

DIAS, Arthur. Ainda a instrução do pessoal. In: _____. *Nossa Marinha: notas sobre o renascimento da Marinha de Guerra do Brasil no quadriênio de 1906 a 1910*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Liga Marítima Brasileira, 1910. cap. 9, p. 257-82.

ESCOLA de Aprendizes-Marinheiros. In: BAHIA. *Diário Oficial do Estado: edição comemorativa ao centenário da Independência da Bahia (fac-simile)*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2004, p. 183-84.

ESCOLAS de aprendizes-marinheiros: vantagens do alistamento. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 22, jul. 1907.

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. 460 p.

FONSECA, Domingos. Idéias e opiniões: escolas de aprendizes-marinheiros. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 28, p. 12-14, out. 1909.

FREXEIRAS, Raymundo. *As provas das minhas idéias – Abrigo dos Filhos do Povo: pela causa da criança e o conflito social*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1921. 399 p.

GRAÇA, Luiz Autran de Alencastro. O conceito e o sentido da disciplina na Marinha. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 7-8, 16 jan. 1938.

HUGO, Victor. *Os trabalhadores do mar*. [1866]. São Paulo: Martin Claret, 2004. 461 p.

LYRA, Márcio de Faria Neves Pereira de. *Tradições do mar: usos, costumes e linguagem*. 7. ed. Brasília: SRPM, 1999. 32 p.

O FUTURO marinheiro. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 45, n. 1, p. 168-172, jul. 1925.

O HOMEM do mar. *Poder naval*, Rio de Janeiro, p. 4-5, 1984.

PALMA NETTO, João. *CS-4 – Caça-submarinos Gurupá: memórias de um marinheiro*. Salvador: Jubiabá, 1984. 354 p.

PEREIRA DA CUNHA, Heitor Xavier. *A revolta na Esquadra brasileira em novembro e dezembro de 1910*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1953. 108 p.

REGULAMENTO para as escolas de aprendizes-marinheiros. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939.

RELATÓRIO apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado dos Negócios da Marinha (vários, referentes ao período 1905-1944). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Imprensa Naval, 1906-1945.

ROSAS, Paulo da Silveira. *Instrução moral e cívica para os alunos das escolas de aprendizes-marinheiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1964. 116 p.

UM OFICIAL da Armada (José Eduardo de Macedo Soares). *Política versus Marinha*. [S.l.: s.n.], [1911?].

UMA PROPAGANDA necessária. *Liga Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 10, p. 13, abr. 1908.

VINHAES, Augusto. A educação do pessoal. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 45, n. 4, p. 569-601, out. 1925.

ARTIGOS, TESES E DISSERTAÇÕES

ASSIS, Nancy Rita Sento Sé de. *Questões de vida e morte na Bahia republicana: valores e comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas (1890-1930)*. 1996. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

BOURDIEU, Pierre. *Sur le pouvoir symbolique*. *Annales*, Paris, v. 32, n. 3, p. 405-11, maio/jun. 1977.

DIAS, Adriana Albert. Malandragem e repressão no universo da capoeira baiana (região portuária – 1912-1937). In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 5., 2004, Salvador. *Anais...* Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2004. p. 831-40.

_____. Os “fiéis” da navalha: Pedro Mineiro, capoeiras, marinheiros e policiais em Salvador na República Velha. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 32, p. 271-303, jun. 2005.

ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval: cavalheiros e tarpaulins. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 89-116, 2001.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. *Cartilha analítica* de Arnaldo Barreto: um estudo do impresso produzido na Francisco Alves. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004, Porto Alegre. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2004. CD-ROM.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. *A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1972)*. 1995. 312 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LEITE, Rinaldo César Nascimento. *E a Bahia civiliza-se: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana – Salvador, 1912-1916*. 1996. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LUZ, José Augusto Ramos da. Educação, progresso e disciplina na Salvador republicana: a criança como ponto de partida. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA BAHIA, 5., 2004, Salvador. *Anais...* Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2004. p. 731-40.

MARQUES, Vera Regina Beltrão; PANDINI, Silvia. Feios, sujos e malvados: os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 8, p. 85-104, jul./dez. 2004.

MOURA, Vera Lúcia Braga de. *Pequenos Aprendizes: assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX*. 2003. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

NUNES, Antonietta D'Aguiar. *Política educacional no início da República na Bahia: duas versões do projeto liberal*. 2003. 2 v., 541 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PANDINI, Silvia. *A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná: viveiro de homens aptos e úteis (1910-1928)*. 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. A gripe espanhola em Salvador, 1918: cidade de becos e cortiços. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 71-99, jan./abr. 2005.

SOUZA, Rosa Fátima de. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 20, n. 52, p. 104-21, 2000.

LIVROS

ARAÚJO, Manoel Firmo Nazareno de. *Dezesseis lustros a serviço da educação na Bahia (1900-1980)*. Salvador: Escolas Profissionais Salesianas, 1983. 128 p.

ARIÈS, Philippe. A vida escolástica. In: _____. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981. cap. 2, p. 165-94.

BEATTIE, Peter M. Ser homem pobre, livre e honrado: a sodomia e os praças nas Forças Armadas brasileiras (1860-1930). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor;

KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 269-300.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987. 253 p.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005. 371 p.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: _____. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Edunesp, 1992, p. 7-37.

CAMINHA, Herick Marques. Pessoal. In: MARTINS, Helio Leoncio (Coord.). *História naval brasileira*. v. 5, t. 1 B. Rio de Janeiro: SDM, 1997, p. 39-75.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 196 p.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166 p.

_____. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 222 p.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 291-310.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. Da história militar à “nova” história militar. In: _____ (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 11-42.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1984. 351 p.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250 p.

COSTA, Paulo Segundo da. Internato N. S^a. da Misericórdia. In: _____. *Ações sociais da Santa Casa de Misericórdia da Bahia*. Salvador: Contexto e Arte, 2001. cap. 4, p. 37-78.

COSTA, Veloso. Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco. In: _____. *A Marinha em Pernambuco*. Recife: Fundarpe, 1987, p. 103-12.

DOMINGOS NETO, Manuel. Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 43-70.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Jorge Amado: romance em tempo de utopia*. Rio de Janeiro: Record, 1996. 277 p.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987. 262 p.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007. 295 p.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Edufba, 1996. 188 p.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974. 315 p.

HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil – 1870/1920*. Brasília: Edunb, 1993. 428 p.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon. Internados – os filhos do Estado padrasto. In: _____. MARTINS, José de Souza. (Coord.). *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 155-80.

KRAAY, Hendrik. O cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-89). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 237-68.

LEITE, Ligia Costa. *A razão dos invencíveis: meninos de rua – o rompimento da ordem (1554-1994)*. Rio de Janeiro: EDUFRJ: Ipub, 1998. 227 p.

LENHARO, Alcir. A militarização do corpo. In: _____. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986. cap. 3, p. 75-105.

LORIGA, Sabina. A experiência militar. In: SCHMITT, Jean-Claude; LEVI, Giovanni (Org.). *História dos jovens: a época contemporânea*. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 17-47.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil – 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 53-80.

MARTINS, Helio Leoncio. Participação da Marinha no ciclo revolucionário – 1922-1938. In: _____ (Coord.). *História naval brasileira*. v. 5, t. 2. Rio de Janeiro: SDM, 1985, p. 121-49.

_____. A Revolta dos Marinheiros – 1910. In: _____ (Coord.). *História naval brasileira*. v. 5, t. 1 B. Rio de Janeiro: SDM, 1997, p. 101-227.

_____. Panorama dos primeiros anos da Marinha republicana. In: _____ (Coord.). *História naval brasileira*. v. 5, t. 1 B. Rio de Janeiro: SDM, 1997, p. 279-84.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. *Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim: de recolhido a assalariado*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 1999. 220 p.

MINEIRO, Beatriz Sofia. *Código de menores dos Estados Unidos do Brasil – comentado por Beatriz Sofia Mineiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1929. 480 p.

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 315 p.

MOUTINHO, Augusto César. *A sombra da guerra: o medo e a sobrevivência em um povoado baiano durante a Segunda Guerra Mundial*. Salvador: Quarteto, 2005. 195 p.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fename, 1974. 400 p.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 165 p.

_____. Entre o convés e as ruas: vida de marinheiro e trabalho na Marinha de Guerra (1870-1910). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 315-42.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 347-75.

PHILLIPSON, David. *Band of brothers: boy seamen in the Royal Navy*. Stroud: Sutton, 2003. 164 p.

PORTELLI, Alessandro (Coord.). *República dos sciuscìa: a Roma do pós-guerra na memória dos meninos de Dom Bosco*. São Paulo: Salesiana, 2004. 198 p.

RAGO, Margareth. A preservação da infância. In: _____. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil: 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. cap. 3, p. 117-62.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 19-54.

ROCHA, Álvaro de Rezende. Pessoal. In: MARTINS, Helio Leoncio (Coord.). *História naval brasileira*. v. 5, t. 2. Rio de Janeiro: SDM, 1985, p. 67-99.

RODRIGUES, Andréa da Rocha. *A infância esquecida: Salvador 1900-1940*. Salvador: Edufba, 2003. 260 p.

SALDANHA DA GAMA, Arthur Oscar. *A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi, 1982. 291 p.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 210-30.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *A República do povo: sobrevivência e tensão – Salvador, (1890-1930)*. Salvador: Edufba, 2001. 203 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287 p.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Edunesp, 1992, p. 39-62.

SILVA, Marcos Antonio da. *Contra a chibata: marinheiros brasileiros em 1910*. São Paulo: Brasiliense, 2002. 103 p.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 439 p.

SOUSA, Cynthia Pereira de. Saúde, educação e trabalho de crianças e jovens: a política social de Getúlio Vargas. In: GOMES, Angela de Castro. (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 221-49.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493 p.

VENANCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 192-99.

VILLA, Marco Antonio. *O nascimento da República no Brasil: a primeira década do novo regime*. São Paulo: Ática, 1997. 120 p.

GLOSSÁRIO

Almirantado. Conselho de almirantes; corporação de oficiais-generais de marinha.

Atracar. Encostar e prender (a embarcação, a cais ou outra embarcação).

Bailéu. Prisão celular; solitária; cadeia.

Belonave. Navio de guerra.

Calafate. Aquele que veda as juntas, buracos ou fendas de uma embarcação.

Caldeireiro. Artífice que faz caldeiras e outros utensílios de cobre ou de outro metal.

Caldo. Mergulho forçado que, geralmente por brincadeira, se dá em quem está nadando.

Dreadnought. Classe de encouraçados predominante no século XX. No início da década de 1910, os dois *dreadnoughts* da Marinha de Guerra do Brasil, o *Minas Gerais* e o *São Paulo*, eram as mais poderosas belonaves do mundo.

Divisão. Grupo de alunos normalmente formado a partir da separação de um todo em categorias ou classes.

Faina. Atividade ou trabalho a cargo da tripulação de um navio.

Fiel. Encarregado por determinado setor de bordo na marinha de guerra.

Foguista. Encarregado das fornalhas nos navios a vapor.

Fundear. Deitar ferro ou âncora; ancorar.

Grumete. Marinheiro que está iniciando a carreira na armada.

Imediato. Na hierarquia naval, aquele que está logo abaixo do comandante.

Navio-escola. Embarcação destinada a prover treinamento a futuros tripulantes de navios de guerra ou mercantes.

Obras de marinheiro. Trabalhos como nós, falças, voltas, estropos e coxins, entre outros, realizados com os cabos de bordo; trabalho de marinheiros.

Oficial. Militar que exerce certo grau de comando. Na marinha de guerra, aqueles que possuem nível hierárquico acima de suboficial.

Praça. Militar de baixa patente. Na marinha de guerra, aqueles que estão abaixo de guarda-marinha.

Rancheiro. Responsável pelo preparo da refeição.

Rancho. Comida; refeição.

Torneiro. Artífice que trabalha ao torno (engenho em que se faz girar uma peça para lavrá-la, ou para arredondá-la).

ANEXOS

ANEXO A – Aspecto geral da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (ca. 1930). Em primeiro plano, o antigo edifício do Mercado Modelo. Fonte: AM.



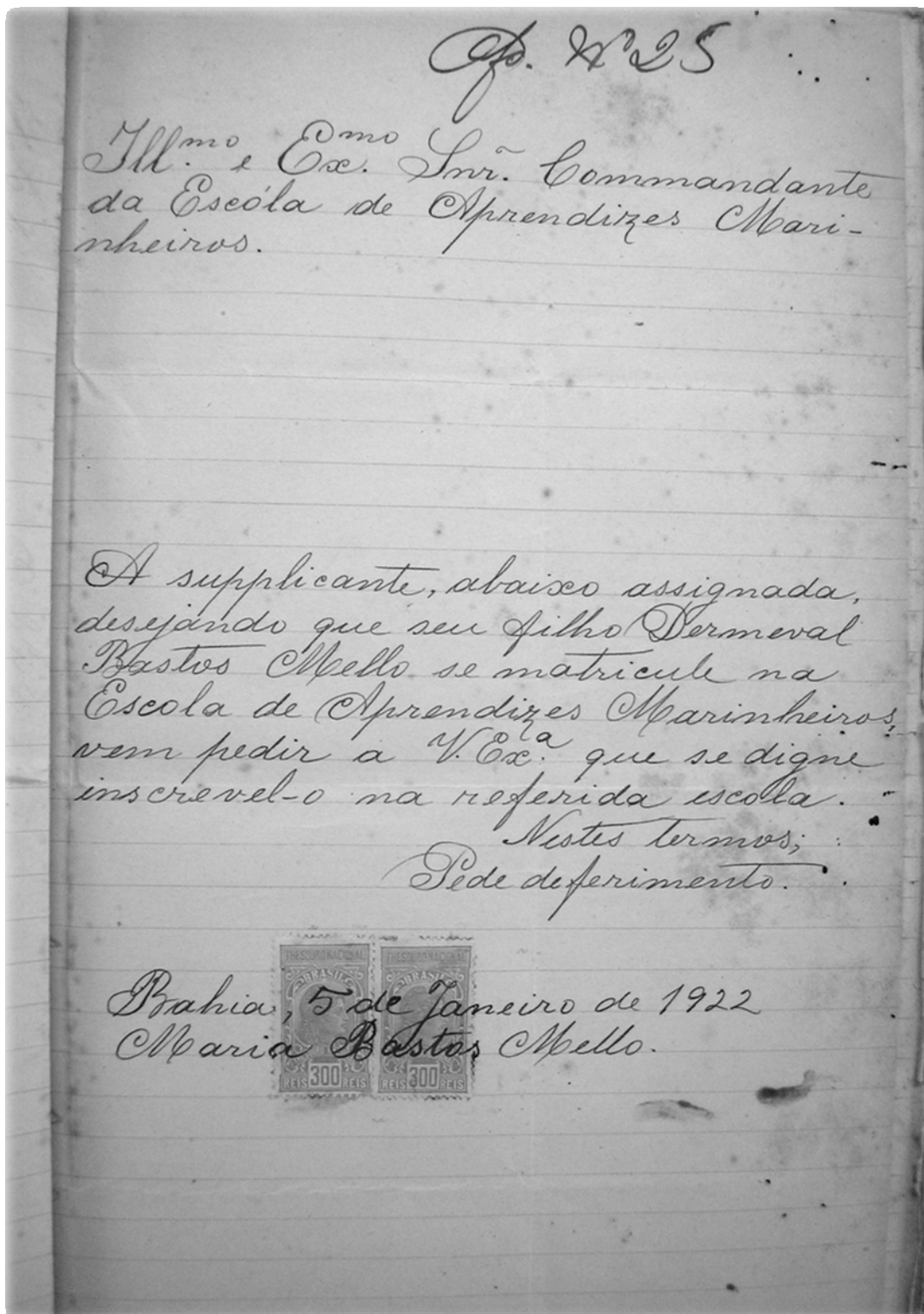
ANEXO B – Aspecto geral da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia após ampliação realizada (entre o fim da década de 1930 e início da de 1940). Fonte: AM.



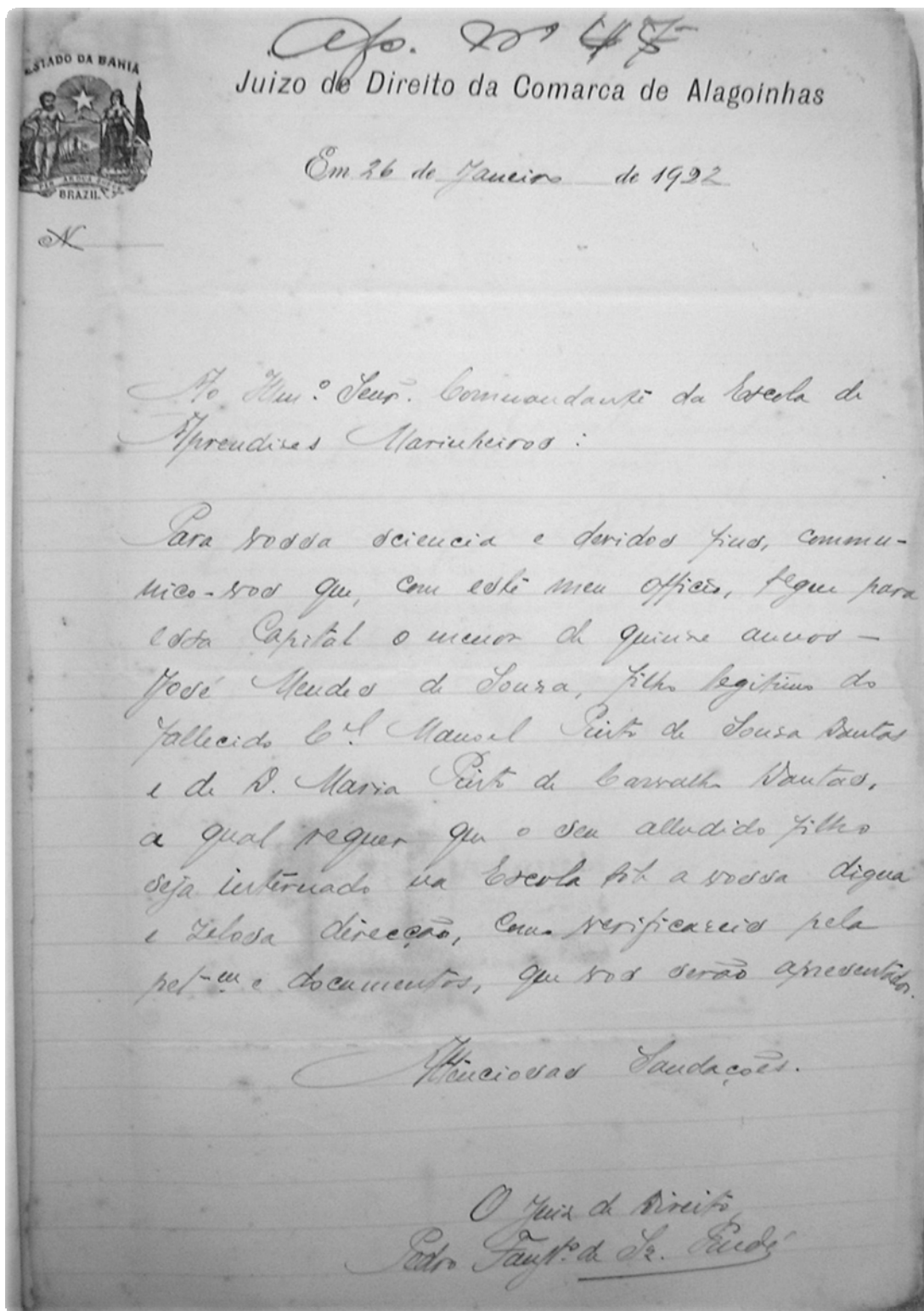
ANEXO C – Antigo prédio da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia, hoje sede do Comando do Segundo Distrito Naval (2007). Está situado na avenida das Naus, bairro do Comércio, em Salvador. Fonte: Arquivo pessoal do autor.



ANEXO D – Exemplo de petição materna apresentada à Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia durante os períodos de alistamento. Neste caso, o candidato foi aprovado sob o número 25. Fonte: AM.



ANEXO E – Exemplo de petição apresentada por juiz de Direito à Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia durante os períodos de alistamento. Fonte: AM.



ANEXO F – Modelo n. 1 de termo de alistamento da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia. Fonte: AM.

teste

TERMO N.º 197

Aos 20 dias do mez de Fevereiro do anno de 1930 alistou-se nesta Escola, como Aprendiz Marinheiro, sob-n.º 4 o menor Armando Bittencourt com 14 annos de idade, natural de Bahia filho de Amalia de Carvalho Bittencourt em virtude do requerimento nos seguintes termos a mãe solicitando a matricula do seu filho menor na Escola para os fins de servir a Marinha de Guerra Nacional.

apresentado por Amalia de Carvalho Bittencourt e com autorisação do Snr. Commandante D. João Pedro de Souza Lobo
Commandante.

Immediato
Lucas Lima de Lucena
Commissario.

Testemunhas:
Luís Amoreira
J. L. Andrade

D. 507

ANEXO G – Modelo n. 2 de termo de alistamento da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia. Fonte: AM.

TERMO N. 502

Aos seis dias do mez de março do anno de 1934 alistou-se nesta Escola como Aprendiz Marinheiro, sob n. 35 o menor Carlos Alves da Silva com 15 annos de idade, natural de Bahia filho de Justino Alves da Silva em virtude do requerimento nos seguintes termos o tutor Nestor de Figueiredo Brasil, solicitando a matriculo do menor acima na Escola de Aprendizes Marinheiros afins do mesmo servico a Marinha de Guerra Nacional

apresentado por seu tutor e com autorisação do Snr. Capitão de Casaca Comandante

Nelson Alves da Graça Mello
Commandante Immediato

Nelson Alves da Graça Mello
Commissario
NELSON ALVES DA GRAÇA MELLO
PRIMEIRO DELENTE-INTENDENTE MARÍTIMO

Testemunhas:

Waldemiro Alves
Euphrasio Perena de Albuquerque

Responsavel Nestor de Figueiredo Brasil
Residencia R. Dr. Lobra n. 120
Data do requerimento 28 de Dezembro de 1933
Requerente Nestor de Figueiredo Brasil
Resultado da inspecção de saúde Opto
Nota obtida no exame Gráo 7

D. 737

ANEXO H – Modelo n. 3 de termo de alistamento da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia. Semelhante ao anterior, porém acompanhado pela fotografia do recruta. Fonte: AM.

1939

TERMO N. 943

Aos 10 dias do mez de Janeiro do anno de 1939 alistou-se nesta Escola como Aprendiz Marinheiro, sob n. 99 o menor Walter da Silva Novais com _____ annos de idade, natural de Baía, filho de Ulysses Rodrigues Novais e Maria José Siqueira da Silva ~~_____~~

Ident. 136.652/1939.

apresentado por seu proprio pae e com autorisação do Snr. Comute. da Escola

J. Silva
Commandante

Immediato

Commissario

Testemunhas:

nacem: 28-6-922

Responsavel seu proprio pae

Residencia Rua da Estação - Mata de S. João


Data do requerimento 14-12-38

Requerente seu proprio pae

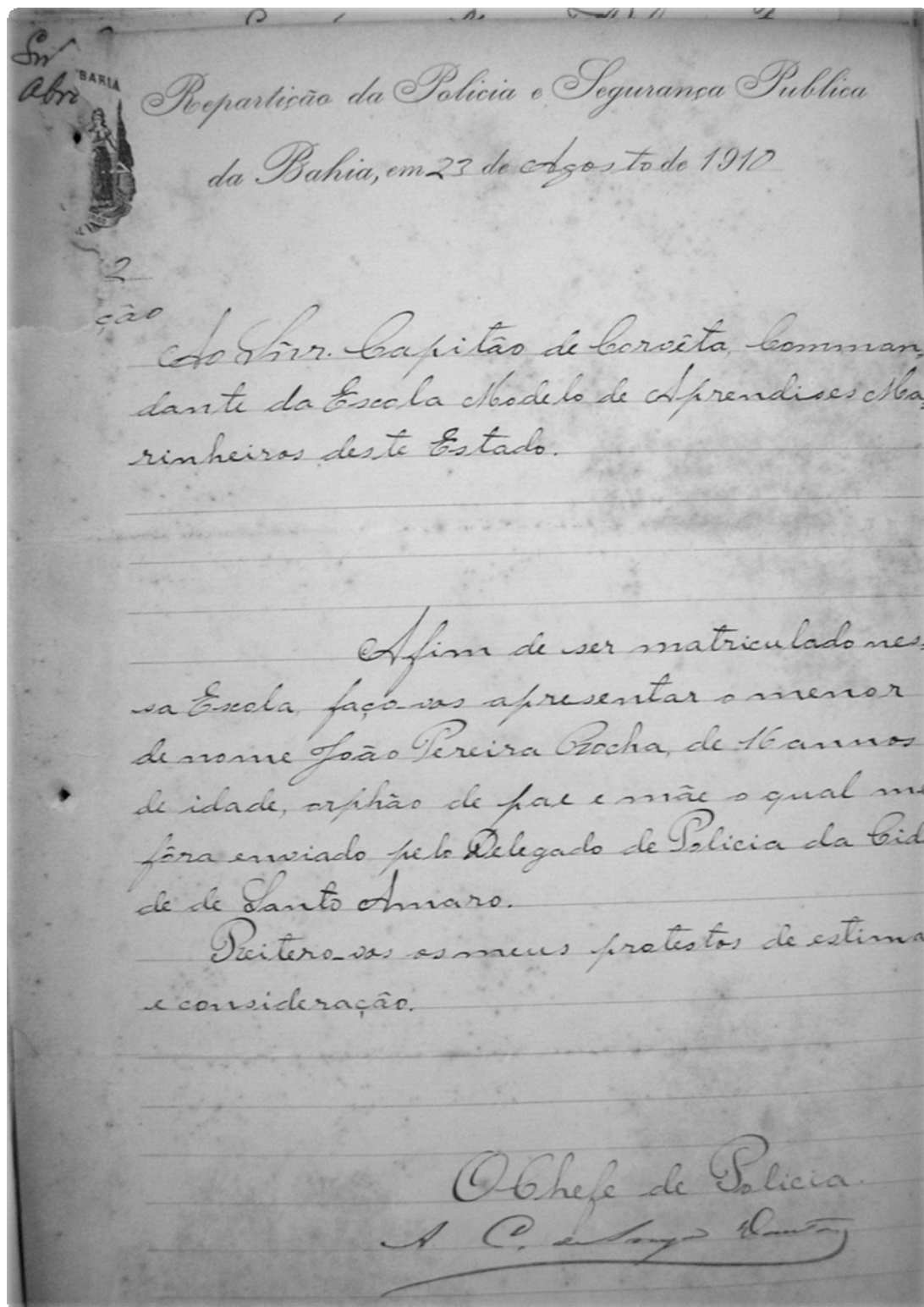
Resultado da inspecção de saúde apt. 26-9-38

Nota obtida no exame 8

Documento 1315



ANEXO I – Exemplo de petição apresentada por autoridade policial à Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia durante os períodos de alistamento. Fonte: AM.



ANEXO J – [Sem título]. In: O HOMEM do mar. *Poder naval*, Rio de Janeiro, p. 4-5, 1984.



ANEXO K – Página ilustrativa do Livro de notas mensais da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1933-1935). Fonte: AM.

4ª serie - Notas do mes de Fevereiro de 1933

Nº	Nome	Notas deaphito												
		Artilheria	Portuguez	Geometria	Geografia	Caligrafia	Manobras	Marinharia	Alfabeto	Sinagra	Alfabeto	Alfabeto	Alfabeto	Alfabeto
1	Crispim das Mercês	8	5	8	7	6	8	7	2	6	6	6	1	6
4	Joaquim Ribeiro de Araújo	8	5	8	6	5	7	7	0	6	6	6	0.9	5.4
6	Antônio Rodrigues das Chagas	9	8	10	8	8	8	8	8	9	6	8	1	8
8	Carlos de Souza Mendes	8	5	7	6	8	9	8	8	8	7	8	1	8
9	Eduardo Julio PTO	10	7	9	8	10	8	8	10	8	7	8	1	8
10	Fernanda Bastos Costa	7	4	6	8	6	5	8	2	6	6	6	1	6
12	Ewaldio Balbino Nascimento	8	7	8	9	5	7	8	8	6	6	8	1	7.3
19	Johnson Coelho Barreto	10	7	10	5	10	10	10	9	7	6	8	0.9	6.3
21	Mario Dixão Silva	7	5	6	5	8	6	8	7	7	6	6	1	6.3
24	Jose Pinho de Souza	9	6	10	6	10	9	10	10	8	6	7	1	7
26	Jose de Souza Soares	10	7	10	7	6	8	10	10	9	7	8	1	8
28	Joaquim da Silva Pinheiro	9	7	9	8					6	6	6	1	6
29	Clementino Argilindo Silva	7	8	10	9	7	0	8	4	6	6	6	1	6
35	Jose de Mendez Santos	8	8	10	5	7	5	8	4	6	6	6	1	6
38	Ivon Yanard	8	7	6	6	8	8	8	8	8	8	8	0.8	5.6
39	Carlota Ferreira Pitencourt	7	6	7	5	4	8	7	7	2	6	6	0.9	4.5
43	Edvaldo Chaves	7	5	9	8	9	6	6	5	6	4	6	-	-
67	Manoel Anselmo Oliveira	9	8	8	7	5	8	6	5	6	6	6	1	6
78	Andino da Silva Rego	8	7	8	6	8	9	7	6	8	7	8	1	8
98	Graciliano Maximiano Nazim	6	9	8	8	10	9	8	10	6	7	8	1	8
100	Belisberto Vieira Goulart	10	5	7	7	3	0	6	2	6	6	6	1	6
107	João Batista Guimarães	8	7	7	8	10	8	8	8	8	8	8	1	8
108	Caivaldo Willmanno Pinheiro	9	6	9	6	8	9	9	9	8	8	8	1	8
110	Manuelito Cezar Ramos	8	7	9	6	8	8	9	8	6	7	8	0.9	6.3
113	João Chava Guimarães	10	8	10	6	10	9	10	9	9	8	8	1	8.3
118	Flavio Laires da Costa	8	6	9	8	1	0	6	4	6	8	8	0.8	5.6

ANEXO L – Página ilustrativa do Livro de notas mensais de aplicação e comportamento da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1929). Fonte: AM.

N.ºs	Nomes	Notas de			Aplicação			e			Comportamento			Outros	N.º
		Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Jan.	Fev.		
121	Belamir Costa Ferreira	3	10	3	4	6	6,2	8	8,0	9	10	10	9	10	10
122	Octavio de Sant'Anna	6	10	4	2	5	5,2	8	7,5	7	9	8	7	10	10
123	Octavio da Costa Pinto	2	3	4	4	6	4	1,0	10	8	10	6	10	10	10
124	Polycarbo José dos Santos	2	5	7	5	3	4,4	8	7,0	8	9	8	9	9	9
125	Antônio Lamacendalante	-	9	9	8	4	3	3	3,0	0	3	2	4	5	5
126	Roberto de Oliveira Alves	6	4	8	10	2	2	6	1,0	5	3	5	2	5	5
127	Samuel José Leal	-	0	7	8	2	3	5	3,0	1	3	3	4	5	5
128	Samirino de Brito	-	10	10	10	3	3	6	3,0	4	4	4	4	5	5
129	Francisco Oliveira Siqueira	2	8	2	4	6	3,4	8	6,3	7	10	9	9	9	9
130	Antonio Sebastião Cabral	-	9	4	4	3	4,2	8	5,2	8	10	10	9	9	9
131	Alvares de Silva	3	1	10	10	5	8	7	8,0	2	9	4	4	10	5
132	Waldemar de Miranda Massa	2	10	-	-	10	4,5	7	5,2	8	10	10	7	8	8
133	Guilherme Pereira Paiva	-	1	8	9	4	2	1	3,0	0	2	2	4	1	1
134	Landolfo Franco	1	5	10	10	4	2	2	2,0	5	3	4	5	5	5
135	Walter Portella da Costa	6	3	2	10	4	3	10	2,0	8	1	5	5	3	3
136	Waldemar Pholle	2	9	10	10	10	6	9	5,0	8	6	7	1	3	3
137	Washington Wagner de Espirito Santo	-	5	10	6	3	2	5	2,0	3	2	2	1	2	2
138	Albino Moreira	6	10	6	8	6	8	6	7,0	6	5	2	1	9	9
139	Waldemar Augusto da Silva	1	4	2	4	3	4,1	7	5,3	4	10	9	7	7	7
140	Waldemar Augusto dos Santos	-	10	4	6	4	6,1	8	8,0	9	10	10	9	10	10
141	Antonio Rodrigues Sobrinho	-	-	-	-	-	10	10	10	10	10	10	10	10	10
142	Theophilo Pereira Leite	-	-	-	-	-	2	4	2,0	1	1	1	1	1	1
143	Dinheiro Ribeiro	-	-	-	-	-	5,2	8	7,0	8	10	10	9	10	10
144	Américo Antonio Rodrigues	-	-	-	-	-	3,0	4	3,0	4	10	10	3	10	6

ANEXO M – Página ilustrativa do Livro de contravenções disciplinares da Escola de Aprendizes-Marinheiros da Bahia (1940-1941). Fonte: AM.

DATA		COMPANHIA	CLASSE	NOME	CONTRAVENÇÃO E ASSINATURA	COMETIDA DO OFICIAL	CIRCUMSTANCIAS		Pena imposta e natureza da autoridade	OBSERVAÇÕES
Dia	Mês						Ano	Atenuantes		
3	1941	~	47	José Rodrigues de Jesus	Estes atitudes na hora da inspeção de avarias em tubos de escape na sala de caldeiras.	Paulo Rosa, 1º sargento			180- P. 45	
3	"	"	53	Francisco Alves dos Santos	Estes atitudes na hora da inspeção de avarias em tubos de escape na sala de caldeiras.	Paulo Rosa, 1º sargento			187-51-48-52-55- P. 57	
"	"	"	58	Manuel Antônio Mendes	Estes atitudes na hora da inspeção de avarias em tubos de escape na sala de caldeiras.	Paulo Rosa, 1º sargento			187-51-48-52-55- P. 57	
"	"	"	58	Francisco Alves dos Santos	Estes atitudes na hora da inspeção de avarias em tubos de escape na sala de caldeiras.	Paulo Rosa, 1º sargento			187-51-48-52-55- P. 57	
3	1941	~	47	Cláudio de Souza	Estes atitudes na hora da inspeção de avarias em tubos de escape na sala de caldeiras.	Paulo Rosa, 1º sargento			187-51-48-52-55- P. 57	
3	1941	~	100	Eduardo José dos Santos	Estes atitudes na hora da inspeção de avarias em tubos de escape na sala de caldeiras.	Paulo Rosa, 1º sargento			187-51-48-52-55- P. 57	

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)